

**A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO:  
fé, política e resistência**

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP

Número 6: A convivência com o semiárido: fé, política e resistência

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

Grupo Gestor

Representantes da PUC Minas:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick

José Zanetti Gonçalves

Secretaria

Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Roberto Jefferson Normando

Robson Sávio Reis Souza

CAPA:

Cláudio Lütkenhaus - Agência PUC

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

FUMARC - Fundação Mariana Resende Costa

# A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: fé, política e resistência

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM  
CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES  
ROBERTO JEFFERSON NORMANDO  
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA  
(Organizadores)

OBSERVATÓRIO  
SOCIAL DO NORDESTE



**nesP**  
Núcleo de Estudos  
Sociopolíticos



EDITORA  
**FUMARC**  
Fundação Mariana Resende Costa



Belo Horizonte  
2016

© 2016 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.



GRÃO-CHANCELER: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR: Professor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

VICE-REITORA: Professora Patrícia Bernardes

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO: Professor Mozahir Salomão Bruck

COORDENADOR DO ANIMA: Professor Carlos Frederico Barboza de Souza

COORDENADOR DO NESP: Professor Robson Sávio Reis Souza

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C766 A convivência com o semiárido: fé, política e resistência / Organização de Adriana Maria Brandão Penzim ... [et al.]. Belo Horizonte: FUMARC, 2016.  
163 p.: il.

**ISBN:**

1. Igreja e problemas sociais - Igreja Católica. 2. Fé. 3. Política pública. 3. I. Penzim, Adriana Maria Brandão. II. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 262.852

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APL	-	Arranjo Produtivo Local
ASA	-	Articulação do Semiárido
ASA/PB	-	Articulação do Semiárido Paraibano
BNDE	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CELAM	-	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODENO	-	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
COMUDE	-	Companhia Municipal de Desenvolvimento
CONIC	-	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
COP 3	-	Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (3ª seção)
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
EG	-	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	-	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAGRIN	-	Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial
FUNDACT	-	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica

FURNE	-	Universidade Regional do Nordeste
GTDN	-	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IES	-	Instituição de Ensino Superior
IFPB	-	Instituto Federal da Paraíba
JK	-	Presidente Juscelino Kubitschek
LS	-	Carta encíclica <i>Laudato Si</i>
MEB	-	Movimento de Educação de Base
MED	-	Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín
OA	-	Carta Apostólica <i>Octogesima Adveniens</i>
ONG	-	Organização não governamental
P1MC	-	Programa Um Milhão de Cisternas
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SANESA	-	Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima
SAR	-	Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SRS	-	Carta Encíclica <i>Sollicitudo Rei Socialis</i>
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEPB	-	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	-	Universidade Federal de Campina Grande
USP	-	Universidade de São Paulo

# Sumário

Lista de siglas e abreviaturas.....5

## Apresentação

*Adriana Maria Brandão Penzim, Claudemir Francisco Alves,  
Robson Sávio Reis Souza* .....9

## Parte I:

### A IGREJA CATÓLICA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

#### Para uma ecologia da fé-teoria-política

*Dom Jaime Vieira Rocha, Josineide Silveira de Oliveira,  
Maria da Conceição de Almeida* .....17

#### A convivência com o semiárido: missão e profecia

*Marcelo Barros*.....43

#### Síntese socioantropológica do catolicismo

#### ou como a tradição reforma a modernidade:

#### um projeto civilizatório em curso

*Luciano Albino*.....65

## Parte II:

### AÇÃO PASTORAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

#### Participação nas políticas públicas:

#### exercício de direitos e efetivação da cidadania

*Ana Patrícia Sampaio de Almeida*.....87

Celso Furtado e a Operação Nordeste <i>Rosa Freire d'Aguiar</i> .....	105
A Escola Politécnica da Paraíba e a formação do Polo Tecnológico no interior do nordeste <i>Fábio Ronaldo da Silva, Raquel da Silva Guedes,</i> <i>Rosilene Dias Montenegro</i> .....	113
Padre Ibiapina no Cariri Paraibano: modelo de cristianismo social <i>João Jorge Rietveld</i> .....	131
O nordeste 60 anos depois do Primeiro Encontro dos Bispos Católicos <i>Tania Bacelar de Araujo</i> .....	147
SOBRE OS AUTORES .....	161

# Apresentação

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM  
CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES  
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

CRIADO EM 2005, quando se comemoravam os 40 anos de publicação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, e nela inspirado, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas constitui-se como um espaço de reflexão, debate e formação em conteúdos orientadores para uma atuação social engajada na construção do bem comum e na promoção da justiça e da paz, à luz da Doutrina Social da Igreja.

Atuando no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão e contemplando diferentes campos do conhecimento, o Nesp busca promover a conexão entre saberes acadêmicos e populares, com o objetivo central de auxiliar os participantes de grupos pastorais, movimentos eclesiais e outros coletivos leigos e religiosos no desenvolvimento de sua capacidade de leitura e compreensão pluridimensional da realidade brasileira para que possam promover e ampliar sua atuação social e política.

Desde a sua primeira edição, em 2011, os *Cadernos Temáticos do Nesp*, publicados anualmente, propõem-se a divulgar artigos, ensaios, relatórios de pesquisas, entrevistas, resenhas e outras produções textuais que possam ampliar o debate e a reflexão sobre temas de

especial relevância no mundo contemporâneo, mormente no que tange à realidade brasileira.

Esta sexta edição dos Cadernos é fruto de uma feliz parceria entre o Nesp e o Observatório Social do Nordeste. Fundado em 2012, em Campina Grande, na Paraíba, o Observatório busca articular em rede entidades diversas que se dedicam a análises atinentes ao semiárido brasileiro, visando à produção de saberes que possam orientar projetos e políticas públicas e fomentar o controle da sociedade sobre as ações do governo.

Este número dos Cadernos tem como tema central a vida no semiárido e, sobretudo, a fé e a luta de um povo para sobreviver em um amplo território<sup>1</sup> onde pobreza e sofrimento são ainda tão presentes. É nesse contexto que a Igreja Católica tem tido ao longo dos anos papel significativo, mantendo um olhar atento a tal realidade, que se impõe complexa e desafiante, buscando compreender em profundidade e extensão os problemas que ali se manifestam visando dar-lhes efetiva solução.

Trata-se, em especial, de opor-se a um certo modelo amplamente difundido e que histórica e culturalmente se implantou em nosso país e que toma o semiárido como bolsão de pobreza e atraso cuja causa é a seca, a qual se deve combater por meio de obras portentosas e medidas drásticas que não mais fazem que manter ao longo de muitos anos o privilégio de minorias e a concentração de terras e de recursos em mãos da elite.

Contrapondo-se a esse paradigma reducionista, que aparta sujeito humano e natureza, novo modelo tem-se pouco a pouco difundido.

---

<sup>1</sup> O semiárido brasileiro compreende, na atualidade, uma vasta região que abrange 1.135 municípios integrantes dos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, em uma extensão de 982.563,3 km<sup>2</sup> (BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **O semiárido brasileiro**; riquezas, diversidade e saberes. 2.ed.rev.at. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2014).

Reafirmando a necessária reconciliação daquilo que foi separado, assevera a importância da convivência com o semiárido e orienta o desenvolvimento sustentável por meio do incentivo a práticas econômicas adequadas às potencialidades e aos limites daquele ecossistema.

Vale aqui lembrar a Carta Encíclica *Laudato Si*, que a todos exorta à proteção a nossa casa comum, o planeta Terra, o que exige que se difundam novas maneiras de entender a economia e o progresso com vistas a preparar um “futuro melhor, pleno de justiça, paz, amor e beleza”.

Esta edição dos Cadernos Temáticos do Nesp divide-se em duas partes. A primeira delas, *A Igreja Católica e a convivência com o semiárido brasileiro*, convida o leitor a conhecer como, desafiada a realizar no mundo a mensagem do Evangelho, ao longo da história recente do país, a Igreja tem-se comprometido com a transformação das condições de vida das populações que habitam o semiárido brasileiro, ainda que entre avanços e retrocessos.

Inicia essa primeira seção o artigo *Para uma ecologia da fé-teoria-política*, escrito em coautoria pelo Bispo de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, e as professoras Josineide Silveira de Oliveira, da UERN, e Maria da Conceição de Almeida, da UFRN. Trata-se de um breve apanhando histórico que conduz ao entendimento da relevante participação da Igreja na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, nos idos anos 50 do século passado e, desde então e ao longo dos anos, da CNBB e dos bispos do Nordeste no enfrentamento de uma pluralidade de desafios que se originam ainda na vigência do paradigma do “combate à seca” e caminham em direção à compreensão da necessária articulação da “ideia-movimento” da convivência com o semiárido. Ao final, fazem um relato de iniciativas atuais, concluindo com a narrativa de uma caravana feita às obras de transposição do Rio São Francisco.

Na sequência, o monge beneditino Marcelo Barros – amplamente conhecido pela sua atuação junto aos movimentos populares e em favor dos setores mais pobres da população – discute a convivência com o semiárido na perspectiva da missão e da profecia, dialogando com o modelo pastoral proposto pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e na Carta Encíclica *Laudato Si*.

Encerrando essa parte, o professor Luciano Albino, da Universidade Estadual da Paraíba, apresenta uma síntese socioantropológica do catolicismo, procurando demonstrar como a Igreja Católica construiu, mais que uma religião, um projeto civilizacional. Em sua argumentação, revisita a Doutrina Social da Igreja, apresenta a *Laudato Si*, com destaque para a análise dos conceitos de “casa comum” e “bem viver”, para, enfim, convocar a todos não somente à reflexão sobre o meio ambiente, mas à adoção de novos estilos de vida.

Abrindo a segunda parte deste volume, intitulada *Ação pastoral, políticas públicas e a convivência no semiárido brasileiro*, a socióloga Ana Patrícia Sampaio de Almeida, a partir da discussão sobre o conceito de cidadania, conduz o leitor à reflexão sobre os direitos sociais, os quais demandam, para sua efetivação, a ação ativa do Estado por meio de políticas públicas. Mas não apenas. Evidenciando a importância da participação da sociedade, narra uma experiência de formação de política pública a partir dos “de baixo”, a Articulação do Semiárido, que congrega entidades sindicais e comunitárias, setores da Igreja Católica e de universidades públicas, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Na sequência, a jornalista Rosa Freire d’Aguiar, em *Celso Furtado e a Operação Nordeste* forma uma bela narrativa histórica sobre a ação do grande e saudoso economista em prol da criação da Sudene. Nele o leitor encontrará as marcas coerentes do seu percurso e compreenderá como ali se insere a luta de Dom Helder Câmara.

Prosseguindo, Fábio Ronaldo da Silva, Raquel da Silva Guedes, Rosilene Dias Montenegro – membros do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal de Campina Grande – examinam, à luz da história oral, a formação de uma escola politécnica em Campina Grande, em 1952, primeira instituição de ensino superior ali instalada, e que veio a culminar na formação de um polo educacional e de produção de alta tecnologia – uma cidade *high tech* – no interior da Paraíba, a impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

Finalizando a segunda parte, João Jorge Rietveld, pároco de Nossa Senhora da Conceição e São Bento de Cabaceiras, em *Padre Ibiapina no cariri paraibano: modelo de cristianismo social*, narra as andanças daquele religioso em um trabalho missionário que, ainda atrelado a velhas tradições, não perde de vista a dimensão mística que move um cotidiano de luta.

Encerrando a publicação, em *O Nordeste 60 anos depois do primeiro encontro dos bispos católicos*, apresenta-se uma síntese da palestra proferida pela economista Tânia Bacelar de Araújo por ocasião do seminário regional “Nordeste, 60 anos depois: mudanças e permanências”, realizado em maio de 2015, em Natal, no Rio Grande do Norte, em celebração aos sessenta anos do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*.

Os textos que integram este volume apresentam-se em formatos diversos. Não se buscou uma padronização, tendo sido facultado aos autores escolherem a melhor forma de apresentarem suas ideias.

Desejamos que a leitura deste Caderno Temático possa contribuir para uma profunda reflexão acerca da dinâmica *fé e vida* tão presente no cotidiano católico no semiárido. Em um momento em que o Brasil se vê diante de novas formas de pobreza e que tendências a retroceder mostram-se tão evidentes, após década e meia de acelerado desenvolvimento e de efetiva redução da pobreza e da miséria, é inspirador recordar os caminhos percorridos desde

a década de cinquenta por aqueles que, no semiárido, aceitaram o desafio de promover a vida para todos em um país mais justo, democrático e fraterno.

### Nova Delimitação do Semiárido



Fonte: Ministério da Integração Nacional

Parte I:

A IGREJA  
CATÓLICA E A  
CONVIVÊNCIA  
COM O  
SEMIÁRIDO  
BRASILEIRO



# Para uma ecologia da fé-teoria-política

DOM JAIME VIEIRA ROCHA  
JOSINEIDE SILVEIRA DE OLIVEIRA  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

DESCRITO NA LITERATURA COMO UM POVO FORTE que não teme as intempéries da natureza, o nordestino é um povo temente a Deus e tem, nas raízes da cultura, o substrato de uma religiosidade arcaica expressa em devoções e rituais de súplicas para enfrentar os desafios cotidianos. Essas marcas antropológicas são, ao longo da história, mediadas pelas religiões institucionalizadas. Homens da Igreja como Padre Ibiapina, o missionário Frei Damião e tantos outros ministros de Deus revestidos dos valores do Evangelho percorreram com desprendimento os caminhos do sertão nordestino numa atitude de escuta dos gemidos daqueles que sofrem. A Igreja do Nordeste tem permanecido atenta aos desafios de seu chão, em cumprimento ao princípio bíblico que proclama: “Eu ouvi o clamor do meu povo [...] conheço seus sofrimentos. Por isso, desci para libertá-los” (Ex. 3, 7-8). Esse ideário tem permanecido vivo no coração de muitos pastores católicos que, sensíveis às dores de tantos irmãos, vão além do limiar dos templos para encontrar os que estão feridos em sua dignidade.

Foi esse espírito que fez Dom Helder Câmara, na década de 1950, quando era bispo auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário Geral da recém-criada CNBB, convocar seus irmãos do episcopado, intelectuais e as forças políticas da época para denunciar os efeitos da chamada “indústria da seca”, produtora de injustiças e desigualdades sociais. Cansados de presenciar a itinerância constante de exércitos de retirantes que fogem da pobreza e da miséria, as forças vivas da sociedade nordestina empenharam-se em combater o aumento do êxodo rural e suas graves consequências. Sob a liderança de Dom Helder, os bispos do Nordeste propuseram iniciativas e políticas de desenvolvimento socioeconômico para a região, pois entendiam os bispos que a fé deve ser impulsionadora da libertação. Foi com esse propósito que realizaram, em maio de 1956, na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, o *I Encontro dos Bispos do Nordeste* e, três anos depois, em maio de 1959, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, o *II Encontro dos Bispos do Nordeste*. Com seu talento messiânico e alimentado pela vivência da misericórdia, Dom Helder Câmara anunciou: “nós não somos bispos de almas desencarnadas” (cf. MARTIN, 2006), numa sintonia com o testemunho de Cristo que diz “eu vim para que todos tenham vida e vida em plenitude” (Jo 10,10).

## A CONVOCAÇÃO DE DOM HELDER CÂMARA

Os *Encontros I e II dos Bispos do Nordeste* contaram com a participação do então Presidente da República Juscelino Kubitschek e o aparato governamental. A parceria entre governo e Igreja deveu-se ao reconhecimento, por parte dos bispos, de que a grandiosidade dos problemas enfrentados pelos mais pobres requer ações imediatas como a implantação de políticas de Estado. A Igreja entendeu que

era tempo de unir forças com vistas ao combate à miséria que ao longo dos séculos já se abatia sobre os nordestinos e os obrigava a viver em condições subumanas, não apenas pela irregularidade do ciclo das chuvas, mas, sobretudo, pela falta de políticas públicas atinentes aos desafios da região. Dom Helder e seus irmãos no episcopado constituíram uma boa cruzada com autoridades da região, representantes do Banco do Nordeste e intelectuais para discutir e propor ações que propiciassem o desenvolvimento dessa parte do Brasil com vistas à dignidade dos filhos dessa terra.

Como fruto do Encontro de 1956, criou-se o *Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN) que propôs 19 projetos considerados em condições exequíveis com a máxima rapidez.

A Declaração dos Bispos do Nordeste foi estruturada em torno de seis Temas Centrais, assim especificados: (i) Planejamento e Investimentos; (ii) Agricultura, Crédito Rural e Colonização; (iii) Serviços Sociais e Educativos; (iv) O Problema da Eletrificação do Nordeste e a Contribuição da CHESF para sua Solução; (v) Programa de Execução Imediata; e (vi) A Igreja em Face dos Problemas do Nordeste. Cada um dos seis Temas foi trabalhado, no âmbito do Encontro, por um Grupo de Estudo. (Anais do I e II Encontros dos bispos do nordeste. In: ROCHA, 2016, p. 37).

Dirigindo-se ao Presidente Juscelino Kubitschek, por ocasião da homenagem prestada ao Chefe da Nação pelas Organizações Internacionais Beneficentes, em 26 de maio de 1958, no Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara é enfático:

nenhum filho do Nordeste poderia obter mais, nem mais rapidamente, da emperradíssima burocracia nacional do que vem fazendo Vossa Excelência em favor dos nossos irmãos em desespero... vendo, sentindo a sensibilidade

de Vossa Excelência para todos os problemas nacionais; vendo, sentindo a sensibilidade para este próprio Nordeste tão querido - carne de minha carne, sangue do meu sangue - reivindico para o governo de Vossa Excelência (e para isso os admiráveis bispos nordestinos poderão prestar colaboração decisiva) a glória de lançar bases firmes de uma revisão do tratamento do Nordeste cujas grandes linhas talvez estejam: no atendimento a indústrias básicas de cada unidade nordestina, levando em conta, sobretudo, que, na região, a agricultura é incerta e precária; na revisão substancial do atendimento às secas, dando rumo positivo aos superados esquemas contra as secas; na simplificação e dinamização da máquina administrativa cuja complexidade e cujo emperramento, graves para todo o país, assumem no Nordeste proporções catastróficas e, em horas de calamidade como a atual, [ano de 1958] criminosas. (Anais do I e II Encontros dos bispos do Nordeste. In: ROCHA, 2016, p. 33-34).

No Encontro de 1959, em Natal, foram avaliadas as providências e projetos assumidos pelo Governo Federal, como políticas públicas para o Nordeste de acordo com o proposto no Encontro de Campina Grande. Outras iniciativas governamentais como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), surgiram como consequências desses Encontros. A utopia de um novo Nordeste pleno de condições de vida melhores foi partilhada com o economista paraibano Celso Furtado. Estudioso das questões da região, esse intelectual coordenou o GTDN e foi o primeiro superintendente da Sudene. No âmbito do governo, deu corpo às propostas do Encontro de 1956. Celso Furtado e Dom Helder Câmara deram-se as mãos nessa empreitada de fazer do Nordeste uma região com menos desigualdades e em sintonia com um desenvolvimento social e humano que ultrapassasse o crescimento econômico tão somente.

Se no que diz respeito às políticas de governo foi visível o efeito de tais iniciativas, no espaço da Igreja foi significativa a ação evange-

lizadora. A relação fé e política mobilizou o desejo de organização do povo. No âmbito desse cenário de ideias e horizontes fortaleceram-se organismos que marcaram a história de movimentos sociais inaugurais em nosso país. O Serviço de Assistência Rural (Sar), o Movimento de Educação de Base (Meb), os Círculos Operários, a Ação Católica, sobretudo por meio dos seus braços no meio estudantil e universitário, as Semanas Ruralistas, a vida comunitária em torno dos Centros Sociais e outras tantas ações revelaram a face de uma Igreja capaz de ser alimento, mediação e força evangélica de encorajamento para responder aos desafios sociais vitais das comunidades. A Igreja no Nordeste reduz as barreiras da distância entre a hierarquia eclesial e os fiéis leigos. Bispos, padres e freiras adentram nas comunidades com a convicção de uma Igreja que se faz povo para experimentar as dores e as alegrias dos que ali habitam.

Os Encontros de 1956 e 1959 também possibilitaram aos bispos, pela proximidade com os problemas do povo, o desenvolvimento de uma sensibilidade social. Mesmo antes do Concílio Vaticano II (1962-1965) a Igreja do Nordeste abre-se às questões sociais e experimenta a vivência do que Dom Helder Câmara chamou de “uma Igreja dos Pobres”. Certamente esse exercício orientou a ação do próprio Dom Helder durante o Concílio e ajudou a transformar essa ágora maior da Igreja num fórum de referência para as mudanças políticas e sociais urgentes naquela época. Foi na pastoral da Igreja do Nordeste, contemplando o Cristo no rosto sofrido da gente nordestina, que Dom Helder fez o exercício da compaixão.

Numa entrevista dada ao jornalista norte americano Michael Murphy em 1963, Dom Eugênio de Araújo Sales, então administrador apostólico da Arquidiocese de Natal e um dos principais articuladores do *II Encontro dos Bispos do Nordeste* (1959) realizado na capital potiguar, afirma:

as transformações cristãs que ocorrem na sociedade latino-americana podem servir como base para aprofundar o cristianismo em todo o mundo. Se a Igreja consegue responder ao teste que a desafia aqui, a experiência vai, sem dúvida, ter um significado universal. (AMMANN, GUERRA, SANTANA, 2015, p. 159).

O crescimento e o fortalecimento dos movimentos rurais e urbanos aliados ao encorajamento dos trabalhadores e militantes cristãos lograram ganhos sociais importantes. Nas palavras de Otto Santana, testemunha ocular desse trabalho, “a Igreja instaurou uma primavera encantadora... As Reformas de Base receberam apoio explícito do episcopado, a ponto de designar vários Bispos para percorrer o país promovendo estudos e debates”. (AMMANN, GUERRA, SANTANA, 2015, p. 178). Ainda na concepção de Otto Santana, lamentavelmente essa primavera foi interrompida de modo abrupto. Tempos de trevas, e sem anúncio, vieram então. O golpe civil-militar de 1964 no Brasil desmobilizou, comprometeu ou abortou muitos ganhos e avanços que a população da região estava edificando. A luz que difundia a esperança em novos tempos foi obscurecida pelo engodo do mesmo ideal de desenvolvimento, mas, dessa vez, sem justiça social e igualdades de condições para todos. Contudo, as sementes daqueles movimentos sociais continuaram a brotar.

## A VOZ DA CNBB

Em meio às crises, aumento de desemprego, situações de pobreza, secas e enchentes e processos de desenvolvimento econômico beneficiando poucos e sem levar em conta as dimensões sociais e ambientais, os movimentos populares, ONGs e igrejas foram construindo alternativas propiciadoras de melhores condições de vida para aqueles que habitam o chão nordestino. Mais uma vez a

Igreja do Nordeste conclama a Igreja do resto do Brasil a ouvir os clamores dos pobres nordestinos. Comprometida com as exigências do Evangelho encarnado, a CNBB discute na sua 22ª *Assembleia Geral* em Itaiaci, estado de São Paulo, as causas geradoras do empobrecimento crescente da população nordestina. No documento número 31, intitulado *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil*, publicado em 1984, expõe-se:

o povo nordestino, através de milhares de vozes, de milhares de abaixo-assinados das comunidades, de centenas de manifestações nas ruas, de pautas de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores, está clamando por terra para plantar, por trabalho e por salário justo para ganhar o pão com o suor do rosto, por água, sementes para plantio, saúde e tratamento humano. O grito de milhões, o povo quer um modelo socioeconômico que propicie pão em todas as mesas, liberdade, justiça, participação efetiva no processo de autopromoção. O clamor do povo sobe, carregado de dor e confiança, ao coração de Deus Vivo, pois ele é a força de sua vida. Ecoa também no coração da Mãe-Igreja, que é chamada a prolongar, no Hoje da História, a ternura de Deus. Nós, bispos do Brasil solidários com o povo sofrido, vendo-lhe a aflição e ouvindo-lhe os clamores, assumimos com ele suas esperanças e suas lutas por um Nordeste fraterno e por um Brasil justo. (CNBB, 1984, n. 3-5).

A CNBB se alia, desse modo, a outras forças de conjunção para superar a concepção de que a região do “Polígono das Secas” está destinada às agruras e à desesperança. A ideia de “combate à seca” foi sendo transformada na ideia-movimento da “convivência com o semiárido”. Projeta-se a compreensão da seca como um fenômeno climático com o qual é possível conviver, fazendo emergir, desse cenário, oportunidades favoráveis à vida das famílias que vivem no nordeste brasileiro.

## A DENÚNCIA DOS BISPOS DA PARAÍBA

Passados quase quatro décadas do *I e II Encontros dos Bispos* e dezesseis anos do documento da CNBB, mantendo o espírito de vigilância, os bispos da Paraíba lançam a carta pastoral *Nordeste: clamor e esperança*, no ano 2000. O documento conclama:

impõem-se, a união de todas as forças, das igrejas, sociedade civil, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, das universidades, das instituições técnicas e das organizações públicas não governamentais para [...] a abertura de uma nova relação da Nação brasileira para o Nordeste com a adoção de políticas públicas adequadas a essa região martirizada. (CARTA PASTORAL DOS BISPOS DA PARAÍBA, 2000, p. 14-15).

O despertar para a reorganização das estratégias de fixação dos homens e mulheres no semiárido fez surgir muitas lutas. Os altos índices de analfabetismo, o declínio da remuneração média dos trabalhadores e a crescente taxa de desemprego, exigiu uma organização da sociedade sob o olhar atento da Igreja. De tal crise nasceram alternativas. O projeto de cisternas de placas, espalhadas por todo o semiárido, foi uma das boas soluções diante da grave seca pela qual passava a região nos primeiros anos do século XXI. Mas não só. O projeto de transposição do Rio São Francisco, que evoca controvérsias importantes até hoje, emergiu nessa época e permanece como uma saída parcial para a questão.

## A VOZ DA IGREJA DO NORDESTE EM RESPOSTA AOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Atualizando a história dos *I e II Encontros dos Bispos do Nordeste*, o episcopado nordestino se reúne de 27 a 29 de novembro de 2006, na cidade de Campina Grande, Paraíba, no seminário intitulado *O Nordeste e seus desafios*. O evento reafirma os dois Encontros convocados por Dom Helder como momentos fortes de evangelização nos quais o rosto do Cristo é contemplado na fisionomia da gente humilde e sofredora que vive nesse pedaço do Brasil. A discussão promovida reforça a convicção de que as potencialidades do ecossistema nordestino são minimizadas em função da fragilidade e mesmo da ausência permanente de programas e ações políticas de convivência com os efeitos das estiagens prolongadas que ocorrem de modo cíclico no decorrer do tempo.

O Nordeste da primeira década do século XXI apresenta velhos e novos desafios. A intensidade da chegada de grandes indústrias na região, o aumento da exploração do petróleo e a expansão do setor de agronegócio não significam sinais de um desenvolvimento inclusivo que oportuniza melhores condições de vida para todos. Males como o crescimento desordenado dos centros urbanos, o aumento rápido das escalas de violência, a visível inserção do tráfico de drogas nas grandes e pequenas cidades da região exigem atenção dos poderes constituídos e reordenamento das ações pastorais. A Igreja, atenta aos sinais dos tempos, chama a sociedade à reflexão e dispõe-se a mediar o debate a partir da recomendação do *Documento de Santo Domingo* (1992) que discute a promoção humana.

A preocupação pelo social faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Efetivamente, para a Igreja, ensinar e difundir a doutrina social pertence à sua missão evangelizadora e faz parte essencial da mensagem cristã, porque essa doutrina

propõe as suas conseqüências diretas na vida da sociedade e enquadra o trabalho diário e as lutas pela justiça no testemunho de Cristo Salvador. (CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1992, n. 13).

Percebendo o novo panorama de problemas e potencialidades do Nordeste, a Igreja está cumprindo sua missão evangelizadora, mas, mais uma vez conclama as forças de conjunção. Precisa aliar-se a outras instâncias da vida social para que as denúncias se convertam em ações diretas. Depois do seminário de 2006, a Diocese de Campina Grande empreende junto às instituições de ensino superior do estado da Paraíba sucessivas semanas de estudos. Dessa diocese, amplia-se a compreensão de que é urgente fortalecer a relação “fé-política-teoria”. Pastorais, movimentos sociais, e círculos acadêmicos sistematizam, em suas discussões, os problemas da região. O Nordeste de tantos êxodos descobre-se portador de um rico ecossistema apto à plantação e à criação. Desperta para a capacidade investigativa de suas instituições de ensino superior (IES) e reaprende a valorizar a riqueza cultural de sua gente. A Igreja acompanha e encoraja seus fiéis. Nesse sentido, a criação, em 2012, do *Observatório Social do Nordeste* (Obserne), como um dos frutos do seminário de Campina Grande, constitui-se como uma disposição da Igreja a estabelecer um diálogo permanente com as demais forças vivas da sociedade. O Obserne é um instituto apto a articular em rede de núcleos discursivos espalhados por fundações, ONGs, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão que se dedicam a análises atinentes ao Nordeste.

## O SEMINÁRIO DE NATAL EM 2015

Animada pela Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, que conclama todos à conversão, a Igreja do Nordeste reuniu-se mais uma vez. Desta feita, em Natal, de 27 a 29 de maio de 2015. Os propósitos se mantiveram os mesmos, mas agora os ecos mais audíveis se consubstanciam na ação evangelizadora com base nas palavras do Papa Francisco:

a partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda ação evangelizadora. A aceitação do primeiro anúncio, que convida a deixar-se amar por Deus e amá-lo com o amor que Ele mesmo nos comunica, provoca na vida da pessoa e nas suas ações uma primeira e fundamental reação: desejar, buscar e cuidar do bem dos outros. (EG 178).

Reafirmando a perspectiva de promoção integral da pessoa humana, do bem comum e da articulação das forças vivas da região, acontece, em Natal, o seminário *O Nordeste, 60 anos depois: mudanças e permanências*. Ministros de Estado, governadores, parlamentares, lideranças de movimentos sociais, professores e estudantes universitários se fizeram presentes e dialogaram sobre os problemas do Nordeste que atravessam os séculos, tendo como horizonte uma análise complexa das questões sociopolíticas e religiosas.

Ao final do seminário foi lida a *Carta de Natal* assinada por dezoito instituições e contendo uma agenda propositiva de atividades a serem desenvolvidas, de maio de 2015 a maio de 2016, por instituições de ensino superior, movimentos sociais, movimentos culturais, instituições governamentais e Igreja. Exclama a carta:

é hora de alçar a bandeira do desenvolvimento e da paz. Inspirados pelas palavras do Senhor Jesus “dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14, 16), decidimos iniciar um ano de comemorações do Encontro dos Bispos com o objetivo de convocar toda a sociedade nordestina e brasileira para uma retomada do processo de desenvolvimento impulsionado há sessenta anos passados. (ARQUIDIOCESE DE NATAL et al., 2015).

Tais ações reconhecem que passos significativos foram dados nos terrenos político e religioso. Reconhecem também que é preciso manter vivas as estratégias de ação exigidas pelo compromisso da vivência do Evangelho. Mantê-las vivas e em constante atualização é o desafio que se impõe.

## VISITA ÀS OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

A convite da Arquidiocese de Natal e do Observatório Social do Nordeste (Obserne), bispos do Regional Nordeste 2 saíram em caravana, nos dias 29 de fevereiro a 3 de março de 2016, juntamente com padres, religiosos, técnicos de ministérios, professores universitários, ambientalistas e demais representantes de diversos segmentos da sociedade organizada, a imprensa e outras mídias, para percorrer o Eixo Norte das obras de transposição do Rio São Francisco. De acordo com o engenheiro agrônomo e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pianco-Piranhas-Açu, José Procópio de Lucena,

a caravana percorreu 700 km, saindo da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e Barragem de Oiticica em construção, no RN; Barragem Eng<sup>o</sup> Avidos/Boqueirão (Cajazeiras/PB); Vila Produtiva Rural Cacaré em Barros/CE; Reservatório Jati e

Vila Produtiva Rural Retiro/CE; Estação de Bombeamento em Cabrobó e Salgueiro/PE; Tomada de água às margens do Rio São Francisco/PE. O encerramento aconteceu dia 03 de março/16, com uma missa e diálogo entre governos e sociedade civil organizada, em Salgueiro/PE. Após 3 dias de caminhada, visitas, encontros e diálogos a Caravana que foi ao encontro das águas do velho Chico se sentiu recompensada pelo cumprimento do planejado e pelas verdades sentidas, vistas, ouvidas e ditas pelos participantes, agricultores, povos e comunidades tradicionais. (LUCENA, 2016).

Ao todo 120 pessoas compuseram a caravana, que se denominou “socioambiental”. Eram agentes de pastorais, técnicos dos ministérios responsáveis pelas obras, pesquisadores, estudantes e mídias. Ao convocar a caravana para visitar as obras de transposição do Rio São Francisco, os bispos cumprem o preceito da tradição de uma escuta sensível aos clamores da gente nordestina. Atenta à recomendação do Papa Francisco, a Igreja do Nordeste assume para si as exigências de uma “Igreja em saída”, como explicita a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

a Igreja ‘em saída’ é a comunidade de discípulos missionários que ‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam. [...] por isso ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. (EG 24).

Os objetivos norteadores da caravana foram: debater o processo de integração das bacias hidrográficas e suas consequências, sobretudo para as comunidades tradicionais; discutir a democratização da terra nas proximidades dos eixos da transposição; aguçar nas instituições de ensino superior a sensibilidade para o acompanhamento e com-

prometimento com pesquisas nessa temática; mobilizar a sociedade para o monitoramento do processo de transposição de águas do Rio São Francisco.

Eleito como espírito norteador de toda a caravana, foi lembrado na cerimônia religiosa de partida, realizada na parede da *Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves* em Itajá, Rio Grande do Norte, o texto da Encíclica *Laudato Si*: “este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável”. (LS 30). Aquela barragem, construída no início da década de 1980, trazia a promessa de ser a garantia de controle da inconstância do ciclo das chuvas. Conforme seus idealizadores, a população da região do Vale do Açu, a partir do funcionamento daquele que se construiu como o maior reservatório de água do estado do Rio Grande do Norte, não mais sofreria com as grandes cheias e, menos ainda, com a escassez de água. Com a estiagem iniciada no ano de 2011 e ainda em vigência em 2016, a Barragem, com capacidade de armazenar dois bilhões e quatrocentos milhões de metros cúbicos de água, estava apenas com 20,61% de sua capacidade. Os efeitos desse baixo volume refletem-se na vida dos mais pobres, que veem morrer animais e plantações e, na maioria dos casos, passam a ser obrigados a comprar água potável para a própria sobrevivência.

A previsão do impacto ambiental dos procedimentos e projetos requer processos políticos transparentes e sujeitos ao diálogo [...]. Um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração de um projeto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa [...]. A participação requer que todos sejam adequadamente informados sobre os vários aspectos e os diferentes riscos e possibilidades. (LS 182-183).

A saga da falta d'água continua a se repetir no Vale do Açu e em todo o interior do Rio Grande do Norte. Mais uma vez a Igreja é chamada a amplificar a voz de tantos excluídos. Na primeira celebração da caravana “socioambiental”, uma das lembranças mais forte foi a do Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, sacerdote potiguar que dedicou sua vida à causa da inclusão social daqueles para os quais os efeitos da falta de água muitas vezes negava a dignidade (MEDEIROS, 2013). A luta do Monsenhor Expedito por água resultou na instalação do maior programa de adutoras do estado do Rio Grande do Norte. A maior delas leva o nome do Monsenhor, com 330,7 quilômetros. Beneficia trinta municípios e 271 comunidades rurais, totalizando atendimento a 240 mil pessoas, conforme dados do Senado Federal. (ROCHA, 2012).

É esse espírito que agora anima a Igreja do Nordeste a fazer-se arauto da dignidade humana. A caravana segue tendo como guia o exemplo do Monsenhor Expedito e como norte as palavras do Papa Francisco:

as criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono: 'Tudo é teu, Senhor, amigo da vida!' (Sb 11, 26). Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde. (LS 89).

A caravana socioambiental segue para a Barragem de Oiticica, no município de Jucurutu, Rio Grande do Norte. Visitou o canteiro de obras e depois se reuniu com o povo na capela da comunidade de Barra de Santana. Nessa comunidade residem quatro mil pessoas. Lá o bispo da Diocese de Caicó, Dom Antônio Carlos, expôs a preocupação da Igreja com a morosidade das obras sociais e advertiu que

aquela passagem da Caravana não devia ser apenas um momento histórico, mas a garantia da chegada das águas do São Francisco ao Seridó. Em sua fala o bispo afirma:

desde que cheguei a Caicó, tenho acompanhado a construção da barragem e a luta dessa comunidade. Tenho sempre a sensação de um perigo e uma oportunidade. O desejo das pessoas pela construção dessa barragem começou há 50 anos no sentido de garantia da água. O perigo é: e se agora for apenas mais um momento nessa história? Que providências estão sendo tomadas para a implantação das agrovilas que receberão as pessoas da comunidade? (SANTOS, 2016).

Depois da palavra de Dom Antônio Carlos, as angústias e inseguranças dos moradores da comunidade que ficará coberta pelas águas da Barragem foram expressas pela líder comunitária Erika Nayara:

vivemos angustiados diante de tantas promessas feitas pelos governos federal e estadual que não são cumpridas. É angustiante porque, hoje, temos nossas casas, mas, e amanhã, quando a barragem estiver pronta e encher, onde vamos morar? Há no Alto do Paiol, a promessa de que construirão nossas casas, mas até agora nada foi feito. (NAVARA, 2016).

Diante dos presentes o então secretário geral de infraestrutura hídrica do Ministério da Integração, Dr. Oswaldo Garcia, informou que dezoito milhões de reais já foram liberados para as obras de Oiticica e, desse total, seis milhões foram destinados à indenização dos moradores.

Na tarde daquele primeiro dia de viagem, a caravana deslocou-se para o município de Cajazeiras, na Paraíba, e lá, na Catedral de Nossa Senhora da Piedade, juntou-se ao grupo a delegação do

estado da Paraíba. Composta por pró-reitores da Universidade do Estado da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), professores e estudantes universitários, ONGs, pastorais sociais, o pastor da I Igreja Batista de Campina Grande e um anglicano, membro da coordenação do Conic. Naquele fim de tarde, os bispos da província do Rio Grande do Norte sentiam-se fortalecidos com as presenças de Dom José Luiz, bispo de Pesqueira, Pernambuco, e do Monsenhor Agripino, administrador apostólico da diocese de Cajazeiras, Paraíba. Aquela celebração refletiu a fisionomia de uma Igreja unida no mesmo ideário, como recomenda o Papa Francisco: “é uma maneira legítima de viver a fé, de um modo de se sentir parte da Igreja e uma forma de ser missionários; comporta a graça da missionariedade, do sair de si e do peregrinar”. (EG 124).

No segundo dia de viagem, a caravana visitou a *Barragem Engenheiro Ávidos*, em São José de Piranhas, Paraíba. Ali, na parede do Açude do Boqueirão, a frente parlamentar em favor das águas, da Assembleia Estadual da Paraíba, apresentou aos representantes do governo federal um documento com reivindicações socioambientais para a região que vai receber as águas do Rio São Francisco. Foi um momento rico, no qual falaram representantes da sociedade civil, técnicos do Governo Federal, parlamentares e Igreja.

Dali a caravana seguiu para a vila produtiva rural Cacaré, ainda no município de São José de Piranhas, Paraíba. Nessa vila ainda não ocupada, as casas foram visitadas e conversou-se com alguns dos futuros moradores. Apesar da padronização das falas, percebe-se um clima de insegurança das pessoas quanto às condições de moradia. Ao final desse encontro, algumas mulheres pediram uma bênção para aquele lugar e os bispos abençoaram com uma mensagem de esperança centrada na *Laudato Si*: “como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador [...]. O Criador pode dizer a cada um de nós: ‘antes de formar-te no seio de tua mãe, eu já te conhecia’”. (LS 65).

Ao cair da tarde a caravana deslocou-se até o município de Jati, no estado do Ceará, para conhecer o reservatório do qual serão distribuídas as águas para os estados do Ceará, Paraíba e Rio grande do Norte. Com capacidade para receber 28 milhões de metros cúbicos de água, esse reservatório está com 85% das obras concluídas. Um cenário grandioso no qual a exuberância da técnica desafia o olhar humano e impele à reflexão sobre os impactos ao ecossistema. Ainda nessa tarde aconteceu a visita à vila produtiva de Retiro, no município de Penaforte, Ceará. Nessa vila algumas famílias já estão assentadas e utilizando os hectares de terra que lhes foram entregues para a criação de animais e cultivo agrícola. No crepúsculo dessa tarde, a caravana juntou-se à comunidade local para a celebração da Palavra. Nesse momento muitos dos presentes fizeram uso da palavra para dizer do aprendizado desses dias de viagem. O texto de referência foi a Encíclica *Laudato Si*:

quero mostrar desde o início como as convicções da fé oferecem aos cristãos - e, em parte, também a outros crentes - motivações para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis. Se, pelo simples fato de serem humanas as pessoas se sentem motivadas a cuidar do meio ambiente de que fazem parte, 'os cristãos, em particular advertem que sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte de sua fé'. (LS 64).

No terceiro dia de visita, a caravana esteve no escritório improvisado do Ministério da Integração, em Salgueiro, Pernambuco, nas dependências do Hotel Salgueiro Plaza. Nessa manhã foram expostas por funcionários dos ministérios as questões técnicas do projeto de transposição. O Ministério da Integração Nacional afirmou que o projeto tem o objetivo de assegurar oferta de água para doze milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As bacias

que receberão a água do Rio São Francisco, são: Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Bacias do Agreste em Pernambuco; Jaguaribe e Metropolitanas no Ceará; Apodi e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte; Paraíba e Piranhas na Paraíba.

De acordo com a exposição, o projeto garante água para o desenvolvimento socioeconômico dos citados estados, beneficiando centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido. Irá favorecer áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, que são estratégicas para a descentralização das ações políticas de desenvolvimento, polarizado até hoje, quase que exclusivamente, nas capitais dos estados.

Na tarde desse terceiro dia, a caravana conheceu a Estação de Bombeamento I que fica em Cabrobó, Pernambuco. Essa estação, já completamente concluída, distribuirá as águas para todo o Eixo Norte da transposição. No fim da tarde aconteceu a celebração da Palavra às margens do Rio São Francisco.

A celebração foi marcada pela reflexão sobre o texto bíblico do Segundo Livro dos Reis (5, 1-15), fazendo menção à importância do rio São Francisco para o fortalecimento da identidade do povo nordestino. Relembrem-se aqui dois versículos lidos:

‘lave-se, e você ficará curado’. Então, Naamã desceu e mergulhou sete vezes no Rio Jordão, como o homem de Deus havia dito. Sua carne se tornou como a carne de uma criança, e ele ficou curado. Então, Naamã voltou com toda sua comitiva até o homem de Deus. Entrou, parou na frente do profeta e disse: ‘agora eu sei que não há outro Deus na Terra, a não ser em Israel!’ . (2 Rs 5, 13b-15).

Assim como as águas do rio Jordão serviram para a cura da lepra e purificação de Naamã, o Rio São Francisco é para os nordestinos o rio que cura a saudade dos antepassados; que regenera a memória e que renova o espírito de esperança. Pode-se compreender que a

efetividade dessas palavras significa renovar as forças, defender a biodiversidade e zelar pela “casa comum”. O ato celebrativo encerrou-se ao som de *O cântico das criaturas* de São Francisco de Assis.

Onipotente e bom Senhor,  
A ti a honra, glória e louvor!  
Todas as bênçãos de ti nos vêm  
E todo o povo te diz: amém!

[...]

Louvado sejas, meu bom Senhor,  
Pela irmã água e seu valor  
Preciosa e casta, humilde e boa,  
Se corre, um canto a ti entoas. (VICENTE, 2016).

No quarto dia de visitas foi celebrada a missa de encerramento e logo após foi formada a mesa com os bispos, representantes dos governos federal, estadual e municipal e parlamentares. Também estavam presentes representantes das comunidades quilombolas e dos agricultores que foram atingidos pela obra, representante da vila produtiva, bem como de universidades.

No diálogo marcado por questões sobre a gestão da obra e garantias de acesso aos benefícios pelos assentados, sobre como será o saneamento dos municípios por onde os canais da transposição passarão ou sobre a revitalização do Rio São Francisco e dos rios que receberam as suas águas, foi possível perceber avanços e entraves. Muitas dessas perguntas foram respondidas, algumas outras seguem ainda sem respostas satisfatórias. Ao fim dessa itinerância pelas obras do trecho norte de transposição do Rio São Francisco, impõe-se a certeza de que as populações, as igrejas, as organizações

sociais, as universidades precisam ter o mais profundo conhecimento e apropriarem-se da obra para que seja feito o devido controle social; e, de fato, a água chegue a quem mais precisa.

De acordo com a exposição, o projeto garante água para o desenvolvimento socioeconômico dos citados estados, beneficiando centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido. Irá favorecer áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, além de acionar estratégias para a descentralização das ações políticas de desenvolvimento, polarizado até hoje, quase que exclusivamente, nas capitais dos estados.

Uma avaliação, mesmo que parcial, da caravana socioambiental é de que as populações, as igrejas, as organizações sociais e as universidades precisam construir um conhecimento mais profundo e complexo sobre o projeto de transposição das águas do São Francisco, além de se manterem presentes e representadas nos fóruns de gestão da obra. Tal participação oficial ativa o devido controle social para que a água chegue a quem mais precisa. Por outro lado e de uma perspectiva ecológica mais ampliada, é crucial que se garanta a distribuição da água como um bem para a vida dos mais pobres e nunca como um vetor para a valorização do mercado de terras, como de resto tem acontecido com as grandes obras hidráulicas. A revitalização dos rios e o melhor cuidado com a casa comum é o ideal maior a ser garantido.

## UM CHAMADO ÀS FORÇAS DE CONJUNÇÃO

Seis décadas se passaram desde aquele *I Encontro dos Bispos* em Campina Grande, na Paraíba. Muita coisa mudou. O perfil da seca não é mais o mesmo, é bem verdade. Retirantes já não mais se arrastam pelas estradas, não se têm notícias de saques de comida

no comércio e os caminhões pau-de-arara já não correm mais pelas estradas do Norte e do Sudeste levando famílias. O Programa Bolsa Família e outras iniciativas governamentais têm suprido algumas das necessidades básicas. As políticas de cotas nas universidades, as bolsas de estudos, tanto para o ensino superior quanto para o ensino médio, têm dado oportunidades a grande número de estudantes. Os programas de pesquisa e extensão das universidades públicas se multiplicaram na região Nordeste. Agências produtoras de energia, inclusive eólica, se instalam nas costas praias e nas áreas de circulação dos ventos e multiplicam-se perfurações de poços de petróleo e, com eles, os *royalties*. Extensas áreas agrícolas investem em monoculturas frutíferas visando ao comércio exterior. Grandes projetos de carnicultura também são aqui desenvolvidos. Os governos estaduais reivindicam para seus territórios a construção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. Assim exposto, tem-se a impressão de que o desenvolvimento chegou por essas terras. Entretanto, ainda estão atuais os versos dos compositores Geraldo Vandré e Theo Barros na música *Disparada*, de 1966:

Prepare o seu coração  
prás coisas que eu vou contar.  
Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão,  
É venho lá do sertão e posso não lhe agradar.

Aprendi a dizer não,  
Ver a morte sem chorar,  
A morte, o destino, tudo,  
A morte, o destino, tudo  
Estava fora de lugar.  
Eu vivo para consertar. (VANDRÉ e BARROS, 2016).

O “desenvolvimento”, sonhado por Celso Furtado, Dom Helder e demais bispos, não chegou para todos. As longas estiagens e as grandes enchentes ainda afligem nosso povo, sobretudo os mais pobres. Nos aglomerados urbanos, surgem problemas como o rígido racionamento ou o total colapso d’água em pequenas, médias ou grandes cidades. Esgotos a céu aberto, insuficiência dos sistemas públicos de saúde e educação, tráfico de drogas, aumento da prostituição e da criminalidade, a falta de segurança, a precariedade dos transportes públicos, o déficit elevado de habitação e o desemprego estão colocados na ordem do dia.

O gemido dos pobres e excluídos chega ao coração da Igreja. Mais uma vez seus pastores são instigados a não ceder ao desalento, pelas palavras do Papa Francisco:

o amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também ‘as macrocorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos’. [...] O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico: ‘para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social - nos planos político, econômico, cultural - fazendo dele a forma constante e suprema do agir’. (LS 231).

Observar esse ensinamento requer disposição para o diálogo com o Estado, com organizações da sociedade civil e com outras igrejas. Na esteira do *I e II Encontros dos Bispos do Nordeste* e nos tantos exemplos das sagradas lutas por justiça social, a Igreja, longe da pretensão de construir sínteses ou dar a palavra final, propõe a abertura de fóruns permanentes de estudos dos quais possam ser tiradas estratégias de ações políticas que ajudem a construir o Nordeste que queremos; quer celebrar a dignidade da pessoa humana e da Terra Pátria de

todos os ecossistemas; propõe um exercício polifônico de ideias capaz de promover uma ecologia da fé-teoria-política.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra; GUERRA, Marcos José da Castro; SANTANA, Otto Euphrásio de (Org.). **Dom Eugênio Sales em Natal: fé e política**. Natal: EDUFRN, 2015.

ARQUIDIOCESE DE NATAL et. al. **Carta de Natal**. Natal, dez. 2015. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/CARTA-DE-NATAL-por-Desenvolvimento-e-Paz-no-Nordeste-Com-Justi%C3%A7a-Social101818.pdf>. Acesso em 30 out. 2016.

CARTA PASTORAL DOS BISPOS DA PARAÍBA. **Nordeste: clamor e esperança**. João Pessoa: Unipê, 2000.

CNBB. **Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

EVANGELHO SEGUNDO SÃO JOÃO. In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulus, 2004.

EVANGELHO SEGUNDO SÃO MATEUS. In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulus, 2004.

ÊXODO. In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulus, 2004.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II. Constituição conciliar Sacrosanctum Concilium sobre a sagrada liturgia. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Evangelii gaudium**. A alegria do evangelho. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

LUCENA, José Procópio de. Entrevista concedida a Josineide Silveira de Oliveira em 03 mar. 2016. Manuscrito.

MARTIN, Cipriano Calvarro. **Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas**: Campina Grande e a nova filosofia social da Igreja Católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

MEDEIROS, Expedito Sobral de. **Pelos caminhos do Potengi**. 2 ed. Natal: Flecha do Tempo; Arquidiocese de Natal; Offset Editora, 2013.

NAYARA, Erika. Entrevista concedida a Josineide Silveira de Oliveira em 29 fev. 2016. Manuscrito.

ROCHA, Jaime Vieira. **Monsenhor Expedito Sobral, de Medeiros**: um arauto da dignidade humana no sertão potiguar. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2012.

ROCHA, Jaime Vieira. (Org). **Sob os signos da esperança e da responsabilidade social**: anais do I e II Encontros dos bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

SANTOS, Antônio Carlos Cruz. Entrevista concedida a Josineide Silveira de Oliveira em 29 fev. 2016. Manuscrito.

SEGUNDO LIVRO DOS REIS. In: Bíblia Sagrada. São Paulo: Paulus, 2004.

VANDRÉ, Geraldo; BARROS, Théo de. Disparada. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/geraldo-vandre/46166/>. Data da consulta: 06 nov. 2016.

VICENTE, Zé. Cântico das criaturas. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/ze-vicente/cantico-das-criaturas.html>. Data da consulta: 06 nov. 2016.



# A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: missão e profecia

MARCELO BARROS

ANTES DE COMEÇAR ESTA CONVERSA<sup>1</sup> sobre a convivência com o semiárido como missão e profecia, quero confessar duas coisas. Primeira – sou nordestino e passei a maior parte de minha vida no Nordeste, mas não no sertão. Desde jovem, tenho tido muitos contatos com o sertão, mas nunca morei no semiárido nordestino. Aceitei a tarefa de conversar com vocês sobre esse assunto porque me pediram que trouxesse a esse tema um aprofundamento bíblico, teológico e espiritual. Até por questão de honestidade, se não fosse para propor esse enfoque especial, eu não teria aceito essa missão.

Segunda – quando, com 18 anos, entrei no mosteiro de Olinda, uma das primeiras coisas que o abade me mostrou foi a sala do capítulo de culpa onde os monges se reuniam para uma espécie de revisão de vida semanal. Lá, no meio da sala, tem uma pedra no lugar onde cada monge vinha se ajoelhar para pedir perdão. Nessa pedra está escrita, em latim, uma palavra do livro dos Provérbios: “Justo é a pessoa que se acusa por primeiro” (Pv 18,17 – na versão

---

<sup>1</sup> Palestra proferida na *II Conferência do Nordeste*, em maio de 2016.

da Vulgata). Então, fiel a essa perspectiva penitencial positiva, nesta conversa, procuro fazer uma revisão crítica de nossa pastoral social. Faço isso movido pelo amor e para servir melhor a vocês que me pediram essa reflexão.

Sem dúvida, nesta conferência, que faz memória da famosa *I Conferência do Nordeste*, de 1956, já foram ditas muitas coisas importantes sobre o semiárido. Corro o risco de, caindo de paraquedas neste encontro, repetir convicções já sabidas e retomar elementos que os senhores já conhecem até melhor do que eu. De todo modo, vamos seguir o método do Ver, Julgar e Agir, nascido na Ação Católica e consagrado pela Teologia da Libertação; método que o próprio Papa Francisco assumiu na encíclica *Laudato Si*. Mesmo se o ver, o julgar e o agir se interpenetram, seguir esse caminho metodológico nos ajuda a partir da realidade social; a aprofundar um olhar de fé que seja profético; e a buscar o que o Espírito diz hoje às nossas Igrejas, ou seja, o que ele pede de nós. Por isso, vamos resumir alguns elementos da realidade do semiárido, da nossa história recente; identificar o que, hoje, ainda é atual da visão e das propostas da *I Conferência do Nordeste* e o que mudou totalmente de lá para cá.

## UM OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO

O conhecimento do ambiente no seu aspecto natural é um primeiro passo para a discussão de outros elementos que também compõem o semiárido brasileiro. Comumente se chama de semiárido a região caracterizada pelo clima árido, a irregularidade das chuvas e a precariedade das águas. Parece que o semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Segundo o IBGE (2016), a área do semiárido nordestino abrange 982.563,3 km<sup>2</sup>. Corresponde a 89,5% da região Nordeste, nos estados

de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Além do Nordeste, a região do semiárido ainda toca em uma região do nordeste de Minas Gerais. De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (2014), essa região contém 1.135 municípios, com uma população total de 22,5 milhões de pessoas (correspondentes a 11,85% da população brasileira). (BRASIL, 2014).

As chuvas são irregulares e escassas. As médias anuais ficam entre 200mm e 1000mm. Altas temperaturas e forte taxa de evaporação contribuem para que os rios sejam temporários e a vegetação adquira as características específicas designada como *caatinga*. Essa palavra tem origem indígena e significa *mata branca*. Adaptados à seca, os vegetais que crescem nesse ambiente possuem folhas pequenas de modo a se reduzir a transpiração. Apresentam caules suculentos que armazenam água e suas raízes são espalhadas, o que contribui para capturar mais água no período das chuvas. Descrevendo a transformação que ocorre nessa região com a chegada das chuvas, Silva (2003) evoca o poeta sertanejo, como na volta da *Asa Branca*, cantada por Luiz Gonzaga ou o poema *A festa da natureza*, de Patativa do Assaré:

Chegando o tempo do inverno,  
tudo é amoroso e terno,  
sentindo o Pai Eterno sua bondade sem fim.  
O nosso sertão amado, estrumicado pelado,  
fica logo transformado  
no mais bonito jardim. (Patativa do Assaré *apud* SILVA, 2003, p. 366).

## UMA HISTÓRIA DE CONFLITO E CONVIVÊNCIA

Atualmente, entre as pessoas que estudam o semiárido nordestino e os que se engajam na solidariedade ao povo do sertão, já existe

quase uma unanimidade em reconhecer que a apresentação do semiárido como a “terra das secas” e a importância do combate à seca como fator de pobreza da população serviram, quase que somente, como um argumento político para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais. (SILVA, 2003, p. 362-363).

Já nos anos 1940, Josué de Castro tinha denunciado: a concentração da propriedade agrária era um dos elementos estruturais do fenômeno da fome e da miséria no semiárido. Mais tarde, em sua *Geografia da Fome*, ele denuncia:

Uma elite local e nacional reproduziu aqui a concentração de riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos. A concentração fundiária e a exploração da mão de obra dos sertanejos são os elementos que mantêm a miséria na região semiárida. A seca foi transformada em vilã do drama nordestino, acobertando as formas dominantes da exploração econômica feita pelos grandes proprietários. O uso político da seca vem sendo reproduzido até os dias atuais, transformando-a no “cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina”. (CASTRO, 2001, p. 90)

A crença comum de que a seca é a origem do subdesenvolvimento na região Nordeste é uma leitura dos fatos que atende à conveniência das elites locais. Segundo Silva (2003, p. 363), desde o final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, já apontava que “as ações governamentais de combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução da crença espalhada pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional”. Entre o poder federal e a massa flagelada pela seca, a poderosa camada senhorial dos coronéis controla toda a vida do

sertão, monopolizando não apenas as terras e o gado, mas a própria máquina governamental.

Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos. Esses proprietários estão sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais destinadas aos flagelados. (RIBEIRO, 1995, p. 348).

Poderíamos elencar aqui uma literatura imensa e uma série de testemunhos confiáveis de como o combate às secas e as ações do Governo nessa região foram e têm sido instrumentos não de justiça social e de promoção humana, mas de maior concentração do poder social, político e econômico, além de manter e aprofundar um modelo de desenvolvimento social que considera a natureza como inimiga e quer domá-la como, tradicionalmente, as pessoas querem fazer com um animal selvagem. O combate à seca está intimamente relacionado ao paradigma tradicional, que tem por base uma visão fragmentada, mecanicista e utilitarista do mundo e, particularmente, da natureza.

Na encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco comentou e fez uma forte crítica a esse modelo de desenvolvimento, baseado no que se convencionou chamar de visão antropocêntrica (LS 115-121). Ali, o papa aponta esse modo de pensar e de agir como responsável pela crise ecológica, já que usa de forma predatória dos recursos naturais para o crescimento econômico. Ele está na base do modelo de desenvolvimento ainda dominante. No semiárido, como em todo o Brasil, ainda continua vigente um modelo que pretende enfrentar a falta d'água com as soluções hídricas como açudes e, ultimamente, a transposição do rio São Francisco, sem minimamente cuidar da saúde do rio.

A *Laudato Si* e as propostas do Papa Francisco, nos seus dois encontros com representantes dos movimentos sociais, apontam para outro caminho social, outro modelo de relacionamento entre o ser humano, a terra, a água e o ambiente natural. No lugar de um desenvolvimento centrado apenas no crescimento econômico e na reprodução do modelo de sociedade que temos hoje, devemos valorizar outro paradigma de pensamento e ação. Esse caminho já existe e surgiu do próprio povo e de organizações sociais ligadas ao povo. Nós o chamamos de *convivência com o semiárido*.

No lugar de uma visão antropocêntrica de dominação da terra e de combate à seca, a *convivência com o semiárido* propõe uma reconciliação do ser humano com a natureza. Trata-se de procurar compreender a realidade complexa dos ecossistemas e valorizar os conhecimentos e práticas apropriadas a esse ambiente do semiárido para assim articular as iniciativas que visam à melhoria da qualidade de vida das populações locais. No artigo citado abaixo, Silva (2003) descreve o processo de formação dessa nova forma de conceber a vida no semiárido:

Esse caminho começou na década de 1980, quando um conjunto de organizações não governamentais (ONGs), que atuam no semiárido, e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão rural, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), passaram a desenvolver propostas e alternativas baseadas na convicção de que é possível e necessário conviver com a seca e o semiárido. Em 1982, a Embrapa divulgou um documento intitulado *“Convivência do Homem com a Seca”*, sugerindo um modo de trabalhar a terra, lidar com a água e organizar as propriedades agrícolas que pudesse assegurar a convivência harmoniosa do ser humano com a seca.

[...]

No final da década de 1990, cerca de 50 organizações não governamentais criaram a Articulação do Semiárido (ASA). Durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), ocorrida em Recife, em 1999, a ASA lançou a Declaração do Semiárido, afirmando que a convivência com as condições climáticas do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas, é possível e necessário. O documento apresenta um conjunto de propostas baseadas em duas premissas: (1ª) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; e (2ª) a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção. (SILVA, 2003, p. 364 e 368).

Atualmente, a Articulação no Semiárido (ASA) reúne cerca de setecentas organizações não governamentais, organismos de igrejas e movimentos sociais. Como fruto dessa articulação, foi formulado e está sendo implementado o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas Rurais – P1MC. Milhares de famílias foram beneficiadas com o acesso à água de qualidade próxima à sua casa. Além das cisternas, o programa pretende estabelecer um processo de capacitação das famílias residentes no semiárido, abordando a questão da convivência com o semiárido, gerenciamento de recursos hídricos, cidadania e mais justas relações de gênero. No entanto, devemos levar em conta que a captação e armazenamento adequado da água de chuva é apenas o começo de uma mudança cultural.

O programa P1MC, o 1 – Terra, 2 – Águas, o P1+2 já está promovendo de forma participativa a segunda cisterna, maior, com 60 mil litros, para garantir a produção básica de subsistência de famílias inteiras, e está produzindo milagres...

Além das cisternas para abastecimento familiar, a ASA vem favorecendo práticas e tecnologias apropriadas de manejo de recursos hídricos e de agroecologia que fortalece a agricultura familiar.

Essa perspectiva de convivência com o semiárido requer e implica um processo cultural, de uma nova educação ecológica e do convívio com o sertão, a partir dos seus limites e potencialidades. Requer uma nova forma de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Não se trata de “ensinar ao nordestino a conviver com a seca”, pois “os sertanejos conhecem as potencialidades produtivas dos sertões secos”. (AB’SÁBER, 2003).

A convivência com o semiárido exige a melhoria da qualidade de vida dos sertanejos, a articulação das iniciativas de gestão ambiental sustentável com as iniciativas sociais que resultem em melhoria da qualidade de vida do povo. Como nos anos 80, dizia Dom José Rodrigues, então bispo de Juazeiro, na Bahia: viver no semiárido é aprender a conviver. No Nordeste não falta água, falta justiça!

## OS 60 ANOS DE CAMINHO DA IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE

Quando em 1956, ocorreu a *I Conferência do Nordeste*, os bispos – reunidos por Dom Helder Câmara, então secretário geral da CNBB – tinham como meta “encontrar soluções para o semiárido e, assim, evitar o êxodo rural, combater o flagelo da seca e a miséria do povo nordestino” (MARTIN, 2006, p. 17).

Eram dezenove bispos do Nordeste e mais Dom Helder, que vinha do Rio. Ali se encontravam homens como Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar de Natal, que já vinha animando o SAR (Serviço de Assistência Rural), em Natal; Dom Fernando Gomes, que era então arcebispo de Aracajú; Dom Severino Neto, em Teresina e outros. Em Campina Grande, estava chegando como bispo Dom Otávio Aguiar, o primeiro brasileiro a assumir a diocese.

Desde aquela época, a Igreja como um todo e os bispos como pastores fizeram um longo caminho com elementos que permanecem os mesmos desde o começo e outros, que mudaram muito.

Naquele tempo, a população brasileira ainda era majoritariamente rural. Antes da fundação da CNBB, em 1950, Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, em Minas Gerais, publicava sua carta pastoral *Conosco ou sem nós se fará a reforma agrária*. O argumento principal era que se – como dizia o papa Pio XI – a Igreja tinha perdido a classe operária, era muito importante que não perdesse também o operariado rural, os lavradores. No entanto, o pioneirismo dessa abertura da Igreja à questão da terra e ao problema da justiça social ocorreu no Nordeste. Isso é um fato que indica para nós uma vocação à qual devemos ser fiéis.

Já em 1949, portanto um ano antes, Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar de Natal, funda o Serviço de Assistência Rural (SAR). Foi no Nordeste que a CNBB, já nos seus primeiros anos de vida, realizou vários encontros e publicou vários estudos sobre a situação da terra e estudos sobre a necessidade de uma reforma agrária. Em sua segunda reunião, em 1954, a CNBB tinha declarado que a grande propriedade rural deveria ser desapropriada, mediante razoável indenização. (MARTIN, 2006, p. 44).

É verdade que, tanto na carta pastoral do bispo de Campanha como nos documentos da CNBB na época, o motivo principal dessa sensibilidade social dos bispos era ainda o medo do comunismo. Mesmo Dom Helder confessava essa motivação. No entanto, sem dúvida, mesmo a partir dessa motivação externa ou estratégica, o certo é que, ao se colocar nesse caminho, os nossos pastores começam a descobrir a tragédia do problema da terra, os sofrimentos do povo e, de certa forma, mesmo de modo diferente do que ocorreu depois do Concílio Vaticano II, muitos bispos conseguiram integrar essa sensibilidade social e a preocupação com a justiça na própria forma de compreender a fé e a espiritualidade.

Mesmo se a motivação inicial tenha sido fazer antes que os comunistas o fizessem, ao entrar no processo de relação humana e de acompanhamento dos problemas sociais, os bispos se comoviam.

Como mais tarde Dom José Maria Pires afirmou em relação a si mesmo, “vários bispos foram se convertendo...” (PIRES, 1978). Não se tratava de converter-se a um tipo de ingerência social própria de militantes de movimentos sociais, e sim ao evangelho do reino de Deus e sua justiça. É admirável como, já nos anos 1950, de alguma forma, Dom Helder Câmara e outros bispos de seu tempo uniam a fé e a busca da justiça social. Eles já praticavam o que o Papa Francisco no capítulo IV da *Evangelii Gaudium* denomina “a dimensão social da evangelização”.

Em Nazaré, Jesus revela que o Espírito Divino, que ele recebe plenamente, o conduz a libertar os oprimidos, a curar os doentes e a anunciar um ano de Jubileu de graça da parte de Deus para o povo excluído da Galileia (Lc 4, 16-21). O que caracteriza o evangelho de Jesus é essa profunda união entre uma dimensão profundamente carismática e mística e uma expressão radicalmente transformadora, revolucionária, como escreveram os nossos bispos latino-americanos em Medellín: “uma missão libertadora de toda a humanidade e de cada ser humano em todas as suas dimensões” (Med 5, 15).

Às vezes, até hoje, temos a impressão de que, em muitos ambientes de Igreja e do clero, essa compreensão profética da boa nova do reino de Deus e da justiça do reino ainda não parece fazer parte do núcleo mais profundo da fé e da espiritualidade. A educação da nossa geração ainda foi no sentido de uma fé desligada dessas questões concretas. A visão dualista da cultura grega que divide o natural e o sobrenatural, o temporal e o eterno, o material e o espiritual ainda tem uma influência em nossa forma de pensar e viver a missão. Em uma de suas vigílias noturnas, Dom Helder chama a atenção para o fato de que, até hoje, nas orações do Missal Romano e da Liturgia das Horas ainda pedimos a Deus para “passar pelos bens terrenos sem perder os eternos” (SAGRADA, 2016), “ou no meio das vicissitudes dessa vida, ter os olhos fixos nos verdadeiros bens que são os celestiais” (SAGRADA, 1985) e assim por diante. Muito cedo, Dom Helder

aprendeu a viver uma mística de oração e meditação cotidiana da Palavra de Deus, um amor profundo à eucaristia e, entretanto, essa espiritualidade profunda se expressava sempre por uma preocupação visceral e íntima pela justiça social e pelos problemas do mundo.

Talvez a primeira pergunta a nos fazermos nesse sexagésimo aniversário da Conferência do Nordeste é como, na nossa Igreja, hoje, conseguir isso que o livro do Apocalipse chama “retomar o primeiro amor” (Ap 2, 5), ou seja, a espiritualidade do Êxodo, a memória da libertação e da aliança de Deus para a posse da terra e a justiça do reino. Parece que, bem no concreto, ainda temos dificuldade de unir os dois mandamentos: o amor a Deus e o amor ao próximo, principalmente quando esse tem de ser organizado. Como dizia o Papa Paulo VI (OA 46), a solidariedade é o rosto político da caridade (cf. também SRS 42).

Sem dúvida, se nos dias de hoje, o secretário da CNBB convidasse todos os bispos do Nordeste para um encontro de uma semana, de 20 a 26 de maio, como foi o encontro de Campina Grande, em 1956, repito, se hoje, o secretário da CNBB propusesse um encontro de todos os bispos do Nordeste em Campina Grande, não sobre questões internas da pastoral – catequese, liturgia e outras – mas sobre a situação social do povo nordestino e as soluções a buscar, certamente ele conseguiria a adesão de todos os bispos e o interesse profundo de todos, mas isso nem sempre foi assim. Não porque os bispos não tenham sido sempre bons pastores, mas porque a compreensão da fé e da missão da Igreja era outra.

Na Igreja de hoje, temos excelentes pastorais sociais e a Igreja Católica presta um serviço social imenso no Nordeste, mas penso que, na maioria dos casos, as pessoas que fazem as pastorais sociais ainda sentem que essas diversas pastorais não parecem ser o coração da vida da Igreja, a pupila dos olhos dos bispos, como era para Dom Helder e para os bispos profetas da época do Concílio Vaticano II e Medellín.

Do outro lado, é claro que não podemos deixar de observar a questão da metodologia de ação e a compreensão que a Igreja tinha de si mesma. Em alguns aspectos, aquela conferência de 1956 representa um *modelo de Igreja e uma compreensão de sua missão* bem diferentes da que hoje é representada pelo Papa Francisco; que se tornou depois do Concílio a posição de Dom Helder e da maioria mais lúcida dos nossos bispos e da parte mais representativa do povo de Deus.

Quando em 1956, Dom Helder e os bispos do Nordeste se colocaram do lado do Estado, mediado pelos poderes políticos locais, para ajudar o povo do Semiárido, os bispos não podiam mesmo perceber que a causa principal dos sofrimentos do povo e do que, então, se considerava “o atraso da região” era não a seca e sim a concentração de terra e o interesse dos grandes proprietários que mantinham o povo pobre como se fosse escravo.

Quando completou 25 anos de bispo, o próprio Dom Helder confessará que até uns dois anos depois que assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife ainda acreditava na possibilidade de ajudar os pobres a partir da relação com os ricos e poderosos e como que exercendo junto a eles uma influência que parecia beneficiar os pobres e favorecer a missão da Igreja, já que lhe garantia prestígio e poder junto aos poderosos. Foi assim que Dom Helder conseguiu que o encontro de 1956 fosse preparado como uma colaboração entre Igreja e governo. Dom Helder tinha pleno acesso ao palácio do Catete e conseguiu que o próprio presidente da República viesse prestigiar o encontro dos bispos e desse encontro nascesse o grupo de trabalho que deu origem à Sudene.

Daqueles pastores que participaram da Conferência do Nordeste, Dom Helder e alguns bispos, logo depois do Concílio, perceberam que havia uma contradição pastoral e que a aliança de poder entre Igreja e Estado, assim como o prestígio junto aos mais ricos para ajudar os pobres não era a orientação evangélica que a Igreja deveria

seguir. Outros bispos nunca reconheceram isso e continuaram a praticar esse modelo de pastoral com consequências tristes para a Igreja e para o povo.

Numa entrevista pública, Dom Helder afirmou:

naquela época, eu estava convicto de que o Brasil estava partindo para um grande desenvolvimento. Não percebia que estávamos longe daquela definição tão bela, de Paulo VI, ‘desenvolvimento do homem todo e de todos os homens’. Eu não percebia que, com as melhores intenções, o que estávamos fazendo era apenas promover o crescimento econômico dos grupos privilegiados. Esta, porém, foi uma fase”. (DOM HELDER CÂMARA citado por MARTIN, 2006, p. 64.)

Essa fase de acreditar que se poderia ajudar os pobres a partir da aliança com os ricos e com o poder governamental durou até depois do Concílio. A tentação de fazer o bem e promover a salvação do povo a partir do poder e do prestígio religioso, segundo os evangelhos, Jesus venceu no deserto, ao enfrentar o demônio. De vez em quando, isso nem sempre é claro para todos. Dom Helder confessa que para ele foi uma fase. Fase que, como ele diz, superou totalmente.

Em 1973, os bispos do Nordeste II, em plena ditadura militar, reconheciam que ainda tinham dificuldade de compreender esse passo da missão pastoral. No documento que eles assinaram juntos, *“Eu ouvi os clamores do meu povo”*, eles reconheciam:

A Igreja, por sua vez, não raro, vem se embrenhando com os dominadores da dominação cultural, social, política. Muitas vezes, a hierarquia tem se identificado mais com os dominadores do que com os dominados. Sua configuração piramidal fazia com que os seus ministros falassem do alto dos púlpitos para um povo que os escutava passivamente. A Igreja, dentro da cultura dominante,

tornou-se, então, assistencialista, atrasando, conseqüentemente, por vezes, a marcha do povo para se libertar. (IGREJA CATÓLICA, 1973, p. 10).

É comovente reler hoje essa confissão humilde dos pastores do Nordeste nos anos 1970. No entanto, para mudar isso, não basta mudar de partido político ou estudar mais profundamente a realidade. É uma conversão de paradigma, uma transformação interior de mudança de vida e só podemos fazer isso a partir do evangelho de Jesus. E é importante compreender de modo mais profundo o que isso significa hoje para nós. É esse tipo de modelo de pastoral e de visão de Igreja e de mundo que, nesse sexagésimo aniversário da Conferência do Nordeste, devemos verificar se nós todos também superamos e como, ou seja, em que direção.

O modelo pastoral proposto pelo Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*, que corresponde àquele ao qual o próprio Dom Helder foi se convertendo, pouco a pouco, nos anos 1960, é de uma Igreja em diálogo e sempre disposta a colaborar com a sociedade civil e com o Estado, mas não como sendo um poder ao lado do outro. A Igreja e seus ministros, todos nós somos chamados por Deus a dar o testemunho concreto de sermos uma Igreja pobre, servidora, missionária e que se coloca sempre do lado dos pequenos e como testemunha do reino (EG 238- 258).

Essa perspectiva muda radicalmente o espírito e os critérios com os quais um bispo e agentes de pastoral de uma diocese colaboram com o poder público em um determinado projeto social. Com toda a sinceridade do coração e de irmãos para irmãos, eu gostaria de aprofundar teológica e espiritualmente o que está por trás dessa questão da linha pastoral ou da mudança de paradigmas na nossa compreensão de missão e que é fundamental para apoiarmos o caminho da convivência com o Semiárido.

## EM DEUS E COM O POVO DO SERTÃO, UM OLHAR DE FÉ E AMOR

Todos nós sabemos que a Igreja se constrói a partir da diversidade. Já no século III, São Cipriano de Cartago ensinava: “a unidade abole a divisão, mas respeita as diferenças”. No entanto, as diferenças pastorais não podem ser de qualquer modo ou sem critério. Deus nos livre de julgar alguém e, menos ainda, as intenções do coração e a boa vontade de algum pastor que, do seu modo e como pode, se consagra ao seu povo. No entanto, devemos, sim, em um encontro como este avaliar não as pessoas e sim as atitudes, linhas de ação concretas e o caminho que tomamos na pastoral. Por exemplo, tomar um caminho de aliança com poderosos pensando que isso poderá resultar no bem dos mais pobres é contrário a todo o caminho bíblico, toda a revelação profética do Antigo e do Novo Testamentos.

No Talmud judaico há um momento no qual um discípulo pergunta ao rabino por que, no Êxodo, Deus escolheu se manifestar a Israel, não em uma árvore grande, imponente como é o carvalho (considerada pelos cananeus como árvore sagrada), e sim se mostrou presente em uma sarça ardente, espinheiro raquítico do deserto, semelhante à vegetação rasteira do nosso semiárido. O rabino respondeu:

– O Senhor, bendito seja ele, escolheu a sarça e não o carvalho porque ele se manifesta no pequeno e não no grande e imponente. Deus quis se revelar no meio do sofrimento de Israel. A sarça ardente é símbolo do povo sofrido a partir do qual Deus quer salvar o mundo inteiro. Tu lês no Deuteronômio: “Escuta Israel, o Senhor te escolheu não por seres grande e poderoso. Ao contrário, tu és o menor e o mais pobre dos povos da terra, mas o Senhor te escolheu porque te ama” (Dt 7, 7).

O discípulo perguntou:

– E porque a sarça arde mas não se consome?

O rabino respondeu:

– Porque Deus não permite que o sofrimento, mesmo o mais intenso acabe com o seu povo.

Essa é a espiritualidade dos profetas e Jesus disse isso na sinagoga de Nazaré. Deus mandou Elias para a viúva de Sarepta, e não para Israel; e mandou Eliseu curar o leproso Naaman da Síria, e não os de Israel. É essa espiritualidade do Êxodo que, no Novo Testamento, se torna a espiritualidade da cruz. Como um pastor que opta pela aliança com o poder e pensa a sua pastoral a partir do prestígio e do poder pode pensar que é discípulo do Cristo Crucificado? Quando Paulo quer mostrar aos coríntios que ele, Paulo, é discípulo de Jesus crucificado, ele afirma:

É eu, irmãos, quando fui ter convosco, anunciando-vos o testemunho de Deus, não fiz isso com palavras eloquentes nem me preocupei com sabedoria humana. Em meio a vós, eu nunca quis saber de outra coisa a não ser o Cristo e Cristo crucificado. Por isso, eu estive convosco na fraqueza e até com temor [...] para que a vossa fé não se apoiasse na sabedoria e no poder dos homens e sim na força do Espírito. (1 Cor 2, 1- 5).

Na carta aos filipenses, no capítulo 3, Paulo fala daqueles que ele chama de “inimigos da cruz de Jesus”: “há muitos dos quais eu já vos disse e agora repito chorando: são inimigos da cruz de Cristo porque pensam de acordo com o sistema do mundo. Olham as coisas a partir do mundo” (Fl 3, 18- 20). Para Paulo, significa que essas pessoas optam por olhar a vida e a fé a partir da lei (isso é da circuncisão), do poder e do modo de pensar do império.

Penso que, concretamente, hoje, colocar-se no seguimento de Jesus crucificado e testemunhar a ressurreição do crucificado e a vinda do reino no semiárido significa assumir o novo paradigma da convivência com o semiárido e repensar a partir dessa realidade a proposta do Papa Francisco na *Laudato Si* e nos seus dois encontros

com os movimentos sociais. Na *Laudato Si*, o Papa propõe a opção de pobreza de São Francisco como caminho de comunhão com os mais pobres. Ele escreve claramente: “a pobreza e a austeridade de São Francisco não eram um ascetismo somente exterior, mas algo de muito mais radical: era uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso, domínio e poder”. (LS 11).

## PARA CONCLUIR

Ainda hoje o sistema dominante continua com o mesmo modelo de desenvolvimento baseado em combater a seca e o atraso do Nordeste com grandes obras e muito dinheiro que sempre acabam na bolsa dos mais ricos e poderosos da região.

Os verdadeiros pastores do povo não podem compactuar com essa compreensão de desenvolvimento que, nos anos 1970, os bispos do Nordeste e, depois, alguns documentos da CNBB já denunciavam como *desenvolvimento sem justiça*. Esse modelo de desenvolvimento só aumenta as desigualdades sociais e maltrata a terra que já não pode suportar tantas agressões. Ainda há pastores cristãos que, mesmo atualmente, apoiam esses projetos. Em outros setores, a ingenuidade pode ser uma atitude inocente, mas, no campo social e político, quem tem responsabilidade pastoral não pode se permitir uma postura ingênua ou pouco lúcida, como quem caminha sem ter claro aonde quer chegar.

Ivo Poletto, cientista social e coordenador do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social e também da Cáritas Brasileira, recorda, em diversos de seus artigos e textos, que, na perspectiva da *Laudato Si*, só há uma crise: a socioambiental, provocada pelo mesmo sistema que explora até o fim a natureza e as pessoas, gera concentração absurda e imoral de riqueza e, assim, agrava a pobreza/miséria de

tanta gente. É importante reconhecer e valorizar um longo e bem-sucedido caminho popular – caminho de transformação, socioeconômica e sociocultural, realizada na busca da convivência com o semiárido. Graças a Deus, esse caminho tem contado com o apoio e o envolvimento direto de nossas pastorais sociais.

Por isso tudo, precisamos anunciar as práticas que comprovadamente ajudam a Terra a recuperar seu equilíbrio climático:

- » deixar os combustíveis fósseis no seio da terra.
- » Produzir a energia que realmente se precisa para viver com dignidade, depois de implementar com cuidado a eficiência energética desde a produção até os diferentes consumos, com o uso de fontes o menos poluentes existentes em cada região – o sol especialmente, no Nordeste, e os ventos –, produzindo-a descentralizadamente, nos telhados das casas ou o mais próximo possível dos consumidores, com participação das pessoas e comunidades.
- » Promover a passagem da agricultura química e demais iniciativas do pacote do agronegócio, com monoculturas em grandes extensões, para a agroecologia, silvicultura e criação de animais adequados a cada bioma.
- » Desmatamento zero em todos os biomas, e recriação de florestas de cada bioma em todas as áreas possíveis.
- » Cuidado amoroso em relação à água, às fontes, aos aquíferos, aos córregos, rios e mar, tanto nos usos como evitando sua contaminação.

Roberto Malvezzi, filósofo, teólogo e músico, da CPT da região do rio São Francisco, tem escrito diversos artigos, nos quais mostra que é especialmente a esse processo de convivência com o semiárido que se deve a manutenção de qualidade de vida no sertão no longo período de seca, que ainda não se encerrou completamente – e não aos socorros tradicionais, por mais que sejam necessários enquanto as iniciativas de transformação não alcançarem todas as famílias, vilas, cidades.

Ainda no início de maio de 2016, em artigo publicado na Adital e em outros *sites*, Roberto Malvezzi afirmava:

Você quer ver mel em abundância, cerveja de umbu (R\$ 25 a *long neck*), bode assado com macaxeira por todo lado, geleia de umbu, compota de umbu, suco de maracujá da caatinga, rendas, artesanatos e tantos produtos que mostram a abundância da vida no semiárido Brasileiro? Então você deveria ter ido ao 7º Festival do Umbu em Uauá, organizado pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc)". (MALVEZZI, 2016).

É importante reconhecer e ressaltar que esse novo paradigma da convivência só se tornou verdadeiramente importante nestes últimos doze anos, tempo dos governos Lula e no primeiro governo da Dilma. Todos os indicadores revelam que, em doze anos se fez mais pelo semiárido – energia, água, telefonia, internet etc. – do que em cinco séculos. Diminuiu a mortalidade infantil, diminuíram as migrações, a fome, a sede, enfim, toda crise humanitária que vinha junto com as secas. Isso mostra que mesmo na lógica da convivência, é importante o apoio governamental que, agora, neste novo momento político, não é garantido que teremos. De todo modo, é fundamental que os ministros da nossa Igreja se mantenham em uma postura profética que seja a de saber ler os sinais dos tempos, dialogar com as organizações e movimentos sociais, apoiá-las nos seus caminhos justos e, a partir daí e junto com os movimentos populares e as pastorais comprometidas com a realidade social, dialogar com os organismos governamentais.

Na *Laudato Si*, o Papa Francisco propõe uma verdadeira conversão ecológica (LS 216-218). Aqui no Nordeste, essa conversão ecológica (no sentido da ecologia integral) se traduz pela convivência com o semiárido. Essa transformação profunda, estrutural exige pessoas renovadas, com conversão ecológica, que curtam e celebrem sua

participação na imensa e diversificada comunidade de vida do planeta Terra. Por isso, a missão da Igreja de Jesus de Nazaré precisa dar conta dessa formação de pessoas e comunidades que amem de forma libertadora os pobres e a Terra.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, AZIZ. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **O semiárido brasileiro**; riquezas, diversidade e saberes. 2.ed.rev.at. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2014. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Cartilha-semi%C3%A1rido-final.pdf>. Data da consulta: 24 nov. 2016.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. 14. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CELAM. **Conclusões de Medellín**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

IBGE. Cadastro de municípios localizados na região semiárida do Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm?c=4>. Data da consulta: 24 nov. 2016.

IGREJA CATÓLICA. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste: Eu ouvi os clamores do meu povo (Ex. 3, 7). Salvador: Ed. Benedictina, 1973.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI). Carta Apostólica Octogésima Adveniens. In: DOCUMENTOS DA IGREJA. **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulus, 2012.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). **Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. In: DOCUMENTOS DA IGREJA. **Documentos de João Paulo I e as encíclicas de João Paulo II**. São Paulo: Paulus, 2005.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta encíclica Laudato Si do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano, 2015. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si\\_po.pdf](http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf). Data da consulta: 30 out. 2016.

MALVEZZI, Roberto. Inteligência Ambiental; festa do umbu e da vida em Uauá. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=88800&langref=PT&cat=>. Data da consulta: 3 maio 2016.

MARTIN, Cipriano Caparro. **Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas**; Campina Grande e a nova filosofia social da Igreja Católica para o Nordeste. Campina Grande: Centro de Estudos do Seminário João Maria Vianney, 2006.

PIRES, José Maria. **Do centro para a margem**. Belo Horizonte: Acauã, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAGRADA Congregação para o Culto Divino. **Missal romano**. São Paulo: Paulus, 2016.

SAGRADA Congregação para o Culto Divino. **Liturgia das horas**. 3.ed. São Paulo: Vozes; Paulinas; Salesiana Dom Bosco, 1985.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: o combate à seca e a convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1-2, jan./dez. 2003, p. 361-385. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922003000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922003000100017). Data da consulta: 24 nov. 2016.



# SÍNTESE SOCIOANTROPOLÓGICA DO CATOLICISMO OU COMO A TRADIÇÃO REFORMA A MODERNIDADE: um projeto civilizatório em curso

LUCIANO ALBINO

ESTE ENSAIO BUSCA, INICIALMENTE, explorar a afirmação segundo a qual a Igreja Católica produziu mais que uma religião, no sentido de definir formas de credo baseadas na vida de Jesus Cristo. Ela esteve empenhada na tarefa de construir e executar um projeto civilizacional, cujos desdobramentos influenciaram diretamente a cultura do Ocidente. O que se pretende dizer, nesses termos, refere-se à formação de uma síntese filosófica e teológica católica (RUSSEL, 2015), cuja orientação dominou o pensamento europeu, de Santo Agostinho ao Renascimento. Refere-se também a uma síntese sociológica, a partir da qual, no século XX em destaque, elaboraram-se orientações para um projeto de sociedade.

Os dez séculos que vão de Santo Agostinho ao Renascimento representam a hegemonia de tal síntese filosófico-teológica, a qual será duramente criticada a partir de processos sociais como a Reforma Protestante e o Humanismo de influência greco-romana a partir do século XVI. Em outras palavras, entre 400 e 1400 d.C., aproximadamente, a Igreja Católica criou laços entre crenças filosó-

ficas e condições sociais sem precedentes na histórica, de modo a se estabelecer como instituição social dotada de poderes que transitavam da filosofia à história do sagrado e ao credo. Teoria, prática e crença convergiam em relações sociais cotidianas, de modo que ser católico significava algo além do batismo ou do ir à missa. Dizia respeito a estar imerso na rede de valores e princípios que se faziam presentes nas mais diversas instâncias e instituições sociais. Nos termos usados por Durkheim (1989; 1995), seria o fato social de elevado prestígio a se impor aos indivíduos de forma exterior, geral e coercitiva.

Ainda segundo Russel (2015), a fé católica teve como rivais duas tradições, a romana e a germânica. A primeira representava a elite jurídica do império decadente, e a segunda, germânica, era liderada pela elite feudal proveniente das invasões bárbaras. Foi a capacidade de construir uma síntese filosófico-teológica que fortaleceu o poder das instituições eclesásticas católicas para ganhar espaço entre as crenças provenientes daquelas outras tradições pagãs. Assim, mesmo que a Idade Média não estivesse exclusivamente povoada por filósofos do clero, tendo em vista a presença de leigos importantes, como Dante, o que se percebeu foi a paulatina separação entre clérigos e leigos. O empenho dos primeiros resultou na expansão de valores morais e orientações políticas em escala crescente de influência.

No entendimento de Russel (2015), a Igreja Católica, inicialmente, esteve fundamentada em três pilares: bases filosóficas de Platão; referências morais e históricas do Judaísmo; e em concepções como a prática da humildade e a salvação. De modo detido, a partir de compreensões recebidas ora do Judaísmo, ora do Helenismo, principalmente de Platão, o Catolicismo se consubstancia em um corpo sistemático de valores e regras de conduta e de institucionalização que se confunde com a própria civilização ocidental por séculos. Em sentido weberiano, tais regras de conduta definem atitudes e pensamentos, no que poderia ser assim designado como um *ethos* católico. (WEBER, 1982).

A crise do modelo feudal demarca também a mudança histórica no tocante ao surgimento de processos sociais denominados modernos. Em certa medida, como destacou Max Weber (1982), o que veio a caracterizar tal contexto foi a radicalização daquilo que ele chamou de “desencantamento do mundo”. Em resumo, a modernidade nasce sob o escrutínio da secularização e da racionalidade, quer dizer, orientada por inspirações revolucionárias no plano político, econômico e social. Isso ocorre à medida que se exaltavam as iniciativas individuais, principalmente no plano econômico, contestava-se o poder de antigas instituições como a nobreza absolutista e a própria Igreja como fonte de solidariedade social.

O que se observa, a partir do século XVI, é o surgimento de expressões intelectuais, políticas, econômicas e também religiosas, cujos objetivos atingiram de frente aquela síntese filosófico-teológica do catolicismo vigente há mais de mil anos. Quer dizer que, no plano da modernidade, de instituição hegemônica, passou para foco de crítica e de decadência para muitos, tendo em vista representar um mundo que estava em ruínas (Idade Média). Como a Igreja conseguiu dialogar com os “novos tempos”? Quais foram suas estratégias de renovação para não cair, como a própria Idade Média, em ruínas? O fato histórico inegável é que a Igreja Católica continua a existir mesmo diante das profundas crises e críticas a ela vinculadas nos últimos cinco séculos. Ela se propõe – como instituição de missão religiosa e, portanto, ligada à noção do sagrado – a construir bases de coesão e solidariedade social.

Este estudo, em andamento, busca compreender, segundo as encíclicas papais publicadas a partir do século XIX (*Rerum Novarum*), a elaboração do que pode ser chamado de uma doutrina social da Igreja ou, em outros termos, a orientação social católica moderna. A hipótese que norteia a investigação consiste na ideia de que, do mesmo modo que criou uma síntese teológico-filosófica, há também outra, agora, uma síntese socioantropológica do catolicismo, cujo

desdobramento consiste na proposição de um projeto civilizatório pautado na consolidação de um *ethos* católico.

Do ponto de vista metodológico, busca-se analisar um conjunto de encíclicas que indicam qual a postura oficial da Igreja em relação às transformações que a sociedade moderna enfrentou e enfrenta. Um aspecto a ser destacado diz respeito ao seu posicionamento em relação ao modelo de desenvolvimento econômico liberal, por um lado, e, por outro, aos movimentos revolucionários de cunho socialistas.

Da *Rerum Novarum* à *Laudato Si* é possível constatar uma leitura recorrente, um olhar por vezes “repetitivo” sobre a sociedade moderna no tocante, por exemplo, à crítica aos “materialismos” capitalista e socialista que, no limite, atacam a vida e a existência de Deus, seja por substituí-lo pelo consumo ou por um Estado concentrador e autoritário. A leitura paciente e cuidadosa das encíclicas, segundo um olhar sociológico, permite identificar os sinais que a Igreja lançou sobre temas centrais do mundo moderno. Torna-se oportuno destacar que, como instituição social, a Igreja está repleta de vozes dissonantes e longe de ter uma postura homogênea, especialmente em relação ao seu papel no âmbito das relações sociais e políticas. Como um *campo*, nos termos de Bourdieu (2010), possui um *habitus*, quer dizer, regras próprias, hierarquias e relações de poder, cuja dinâmica aponta para disputas e tensões as mais diversas. De todo modo, como as encíclicas consistem em documentos oficiais, torna-se razoável entender que ela se pronuncia, nesses termos, de forma coesa. Para este texto, em específico, foi elaborada uma análise mais detida da *Laudato Si*, no intuito de refletir sobre a postura da Igreja sobre o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento em curso. Porém, o projeto mais amplo consiste na análise das seguintes encíclicas:

1. *Rerum Novarum* (1891)
2. *Quadragesimo Anno* (1931)
3. *Populorum Progressio* (1967)

4. *Octogesima Adveniens* (1971)
5. *Laborem Exercens* (1981)
6. *Centesimus Annus* (1991)
7. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (2004)
8. *Laudato Si* (2015)

## LAUDATO SÌ SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM: UM CONVITE AO BEM-VIVER

1. Nos termos presentes logo de início na encíclica, tendo em vista ser o homem parte da natureza, não pode este pensar-se como resultado de sua própria liberdade, mas integrado aos outros seres, assumindo uma dimensão moral que resulte em atitude responsável no cuidado da casa comum – o planeta. Tal compromisso de zelo e de sair de si para preocupar-se com os prejuízos causados ao meio ambiente vem sendo desprezado por inúmeros cientistas, filósofos, a própria Igreja e outras comunidades cristãs, além de diferentes religiões. Assim, a questão ambiental assume prioridade devido ao nível de degradação pelo qual o planeta vem passando, sobremaneira por um tipo de postura humana que preza o consumismo e a autossatisfação acima do bem comum e da preservação dos recursos naturais. No âmbito das satisfações pessoais conquistadas pelo consumo, a encíclica afirma que parece até absurdo sugerir outra cultura, cuja base seja o sacrifício, a generosidade, o desenvolvimento de uma ascese do aprender dar, daquilo que pode ser entendido como comunhão e partilha<sup>1</sup>.

A encíclica não se resume a elencar críticas sistemáticas aos graves problemas de ordem ambiental. Seu conteúdo está centrado

<sup>1</sup> O Papa Francisco faz menção ao Patriarca Ecumênico Bartolomeu. (LS 7-9).

na reflexão de novas orientações e atitudes, a partir das quais a vida como um todo seja priorizada. Isso fica claro quando da invocação a São Francisco de Assis, tomado como modelo de beleza e motivação em termos de cuidado por tudo que é frágil, sejam animais e plantas, sejam os mais pobres. Em São Francisco de Assis se encontram, ao mesmo tempo e inseparavelmente, natureza, pobres, meio social e paz interior. Sua mística não prescindia do outro, da justiça, da convivência. Não era um santo do isolamento, embora se recolhesse para o silêncio, a compenetração e a imersão espiritual. Assim, pensada a partir de São Francisco, não pode a natureza se limitar, segundo a encíclica, à linguagem científica, mas precisa estar sensível também para categorias transcendentais. Um léxico próprio para tratar da natureza, não apenas a partir do cálculo econômico e das categorias biológicas, mas também, pelo carinho, admiração, encanto, fraternidade. Sentir-se parte, unido, é uma forma de se chegar à sobriedade e solicitude para com o planeta, no sentido de entender, ainda segundo São Francisco de Assis, que o mundo não se resume a objeto de uso, domínio e satisfação pessoal. “O mundo é algo mais do que um problema a resolver; é um mistério gozoso que contemplamos na alegria e no louvor”. (LS 12).

O que se coloca como apelo é a busca por um *desenvolvimento sustentável e integral*, pois não se podem negar os problemas da questão ambiental e acomodar-se resignadamente. Mais do que soluções propriamente técnicas, necessita-se de nova *solidariedade universal*. Assim, o documento propõe a inflexão, o rompimento com a cultura do descarte, do consumismo predatório, sugerindo novo estilo de vida, orientado ao zelo e ternura para com o meio ambiente.

2. O Capítulo 1 tem início com a afirmação de que as reflexões filosóficas e teológicas, para não parecerem repetitivas e vazias, precisam estar em confronto com o mundo atual. Desse modo, busca-se entender o que ocorre com a *nossa casa comum*.

Assim, um olhar detido para o contexto social contemporâneo evidencia o modo rápido como as relações de trabalho, o ritmo de vida e as exigências sobre cada indivíduo, em termos de aumento da produtividade e sucesso, são crescentes. A mesma observação mostra que o resultado de tamanha velocidade, em suas transformações e riquezas produzidas, não tem o bem comum ou o desenvolvimento sustentável como meta. Na verdade, o que se mostra em curso diz respeito a um tipo de desenvolvimento que estimula a produção de resíduos/lixo em larga escala, que polui e provoca mudanças climáticas, cujos efeitos destrutivos são sentidos particularmente pelos mais pobres. Assim, a exposição de poluentes na atmosfera, o uso de inseticidas, fertilizantes, fungicidas e outros defensivos agrícolas criam, a todo o momento, prejuízos ao meio ambiente que são invisíveis aos olhos da razão instrumental, guiada pelo lucro. Da forma como se consomem os recursos naturais, parece que o futuro não importa, como se o presente fosse o único fim a satisfazer.

No tocante às questões ambientais, torna-se necessário destacar que os problemas têm, na maioria dos casos, dimensões planetárias, a exemplo do aquecimento global. O clima, assim, assume a condição de bem comum, uma vez que sua perturbação pelo modelo de desenvolvimento que usa exaustivamente combustíveis fósseis pode provocar danos irreparáveis como aumento da temperatura, elevação dos oceanos e desertificação. As mudanças climáticas geram problemas sociais a exemplo do aumento do número de emigrantes que são expulsos de seus lugares em decorrência de tais problemas que prejudicam a manutenção de suas vidas e afetam o futuro de seus descendentes. As formas de exploração dos recursos são, ao mesmo tempo, eficientes por gerar riquezas tanto quanto pela indiferença em relação às tragédias ambientais que afligem a milhões de pessoas em todo o mundo.

No limite, o maior responsável pelos graves problemas ambientais são os modelos de produção e consumo. Em outras palavras,

para alimentar as demandas de mercado por produtos e serviços crescentes, extrai-se do planeta cada vez mais. O desenvolvimento econômico e social em curso, ao atender e produzir demandas para a sociedade de consumo reflete seu grau de ansiedade, quer dizer, de imediatismo, de hedonismo, na busca do prazer como estilo de vida.

As mudanças climáticas remetem a outra preocupação que é a questão da água potável. Esse recurso natural vem se esgotando em muitos lugares, ao passo que o seu consumo e desperdício pelos ricos se colocam em níveis inaceitáveis. A dificuldade de acesso à água potável pode ser mais percebida na África, onde parte daquela população sofre com a falta de abastecimento. Embora não haja, na encíclica *Laudato Si*, uma menção explícita ao caso do semiárido brasileiro, este é um exemplo da necessidade de se buscarem formas de convivência e de enfrentamento da falta de água. Como produto valorizado, tende a água a se tornar objeto de privatização, quando na verdade é um bem e direito humano essencial. (LS 27-31).

Em termos da biodiversidade, sempre que matas são destruídas, vários recursos que poderiam ser destinados, no futuro, para a alimentação e cura de doenças são perdidos. A destruição de microrganismos afeta diretamente a vida no planeta, embora invisíveis aos olhos humanos. Essa intervenção humana, sedenta pelo consumismo, torna a *casa comum* menos bela, mais cinzenta e reduzida em termos de vida. A Amazônia, em particular, que sofre com a perda da biodiversidade, é um exemplo de como interesses econômicos sugerem sua internacionalização. Seu equilíbrio e importância para o clima são indiscutíveis e a riqueza incomensurável de seu ecossistema vem sofrendo, com o passar dos anos, prejuízos significativos, cujos resultados atingem diretamente as populações nativas e o equilíbrio da floresta, principalmente pela exploração de madeira e mineração.

No rol de prejuízos ao meio ambiente, não deixam de estar em perigo os oceanos. Seja pela pesca seletiva e altamente exploratória, seja pela contaminação com poluentes os mais diversos, como vaza-

mento de petróleo e outros químicos que afetam a vida e a cadeia alimentar. A morte de plânctons, recifes e corais são exemplo do perigo por que passam os oceanos, com efeitos no médio e no longo prazos ainda imprevisíveis, incluindo a própria base alimentar do homem.

Em relação à qualidade de vida das pessoas, percebe-se claramente a sua deterioração. O modelo de desenvolvimento e sua cultura do descarte e desperdício interferem negativamente no cotidiano e estilo delas, comprometendo a saúde e as formas de convivência. O crescimento desordenado das cidades, a restrição e privatização dos espaços de lazer em condomínios fechados, as dificuldades do transporte público, entre outros problemas dos grandes centros urbanos permitem lembrar que “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social” (LS 49), “que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra e o clamor dos pobres” (LS 49). Em resumo, um debate sobre meio ambiente não pode ser construído deixando-se os pobres de lado.

A desigualdade econômica e social que envolve países se incrementa na medida em que o consumismo exacerbado, a economia financeira e a imensa produção de lixo, por alguns, impõe aos demais uma condição de pobreza e exploração em escala planetária. Existe uma dívida ecológica do Norte em relação ao Sul, pois as transações comerciais a enviar matérias primas aos países ricos desencadeou um duplo problema: destruição ambiental no Sul e poluição no Norte, provocado principalmente pelo modelo energético consumidor de combustíveis fósseis. Em resumo, estão os países pobres a custear, de várias maneiras (matérias-primas, mão de obra etc.) e a alimentar o mito do progresso, cultivado pelos países ricos. Dívida externa e concentração fundiária são requintes de um processo de dominação que condiciona países inteiros às demandas do mercado financeiro e do agronegócio monopolista.

“Gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo” (LS 53). Mensagem dura e clara está presente na encíclica, reforçando que nunca o planeta foi tão maltratado como nos dois últimos séculos, devendo-se, com urgência, a elaboração de sistemas normativos e de participação popular que assegurem a proteção do planeta, incluindo o ser humano (LS 53). Esse pensamento diverge daquele que defende o mito do progresso e assegura que os problemas ambientais podem ser resolvidos com aplicações técnicas, sem a preocupação ética. Por outro lado, discorda daqueles que asseveram que a ação humana é a principal causa dos desastres no meio ambiente. Por um lado, critica o modelo de desenvolvimento econômico que explora indiscriminadamente o planeta para manter padrões de consumo e acumulação de riquezas, cujas orientações prescindem valores éticos fundamentais para a vida. Por outro lado, critica visões que afirmam ser a presença humana a principal causa da morte de outras espécies. Em síntese, pode-se afirmar que, para o pensamento exposto na encíclica, o atual modelo e sistema mundial de organização e produção é insustentável por diversas razões.

3. No capítulo 2, identifica como de fundamental importância o diálogo entre religião e ciência, as quais, segundo diferentes visões e abordagens sobre a realidade, podem reunir condições para um profícuo debate sobre a questão ambiental. A busca do diálogo sugere atitude humilde ao reconhecer que as soluções não vêm de uma fonte já conhecida, mas que torna-se necessário buscar, na diversidade e na riqueza cultural dos povos, na poesia, na arte, assim como na vida interior e na espiritualidade, outras orientações ao encontro de possibilidades e formas de vida e de convivência mais saudáveis e menos destrutivas. No caso particular da Igreja Católica, pelo que pode ser visto na sua doutrina social, percebe-se uma iniciativa para o diálogo entre fé e ciência, mais ainda em termos ambientais, tendo em vista que, para o cristão, o cuidado da natureza deve ser algo sagrado.

A presença do tema ambiental nas narrações bíblicas demonstra tal assertiva. Desde o livro do Gênesis, percebe-se que a existência humana está ligada a três dimensões intimamente próximas, quais sejam: relação com Deus, com o próximo e com a terra (LS 66). Segundo a interpretação cristã, o pecado significa a ruptura entre tais dimensões, especificamente por ter o homem almejado o lugar de Deus, recusando-se a perceber sua condição de criatura limitada. De criatura passa a se pensar como dominador. Daí, novamente aparece o exemplo de São Francisco de Assis como aquele que reestabeleceu a harmonia entre ele, Deus e os outros seres, incluindo o homem.

A equivocada interpretação de que Deus ofereceu o mundo ao homem para seu domínio e exploração precisa ser revista, uma vez que, ainda no livro do Gênesis (2,15) somos chamados a “cultivar” e “guardar” o “jardim do mundo”. Em outras palavras, ao homem lavrar com seu trabalho a terra, como também proteger a natureza, zelar por ela. Esses são, respectivamente, os sentidos de cultivar e guardar, pois a terra, no limite, não pertence ao homem, mas a Deus: “nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes”. (Lv 25, 23). A devastação da natureza se coloca contrária à tradição bíblica, dando lugar a um “antropocentrismo despótico” (LS 68) que despreza e explora o meio ambiente.

Na encíclica, o papa destaca que, segundo a tradição judaico-cristã, a palavra “criação” está diretamente relacionada a um *projeto de amor* de Deus. Não deve, assim, ser um complexo que se analise friamente pela razão instrumental, mas percebida e dotada, tal criação, de um dom, cuja presença de Deus se manifesta. “A criação pertence à ordem do amor. O amor de Deus é a razão fundamental de toda a criação” (LS 77). Há, nesses termos, uma bondade sem limites que abraça a todos e lhes permite movimento e interação, como partes delicadas de uma obra que se completa poeticamente. Como parte do mundo, frágil e carente de cuidado, o homem tem

uma *dupla* responsabilidade. Primeira, a de reconhecer tal fragilidade e, em consequência, o dever de zelar pela natureza e por ele mesmo, como criaturas de um único criador. O mistério do dom de Deus consiste em sua capacidade de estar presente em todas as coisas sem interferir na liberdade, na autonomia de cada uma delas.

Contemplar a criação, sem considerá-la objeto de conquista passa a ser um caminho para viver a experiência do dom de Deus, pois, contemplar também significa decifrar, ouvir no silêncio a pluralidade da criação. O papa retoma um cântico de São Francisco para falar sobre a contemplação vinculante, a qual exalta a observação paciente das coisas e o sentir-se integrado que leva o homem à comunhão com Deus. Este exercício contemplativo o faz perceber que “nenhuma criatura se basta a si mesma” (LS 86). Nunca é demais lembrar que a contemplação, a ternura e a compaixão para com a natureza não se dão pelo isolamento, pela renúncia da vida em sociedade, mas, pelo contrário, na medida em que tudo isto faz sentido na prática da vida com outras pessoas, na medida em que o meio ambiente é percebido como bem coletivo e, assim, de responsabilidade de todos.

4. A raiz humana da crise ecológica. Os desastres ambientais possuem uma raiz humana. Mais ainda, denotam um tipo de concepção ou paradigma tecnocrático cujos desdobramentos. Nos últimos dois séculos, esse paradigma tem provocado profundas transformações. Muitas delas são favoráveis (energia elétrica, instrumentos de comunicação à distância, meios de transporte, descobertas na medicina etc.), outras, porém, desprezaram sobremaneira a dimensão ética. Cada vez mais, o homem está mais lúcido, mais informado e consciente do domínio de si e da natureza. O mundo, de fato, foi desencantado. (WEBER, 1982).

Parece, segundo o paradigma tecnocrático, que o mundo inteiro está disponível para sua manipulação. Parece também, que é possível um crescimento ilimitado e que o planeta pode oferecer indiscriminadamente recursos para satisfazer as demandas do gênio humano.

Nessa linha de raciocínio, viver segundo os conhecimentos e objetos tecnológicos passou do supérfluo, para se tornar algo de primeira necessidade, ao ponto de ser considerado excêntrico ou antissocial quem possuir um estilo de vida mais independente das tecnologias. Em linhas gerais, a ciência especializada, carente de ética, aliada ao “superdesenvolvimento dissipador e consumista” (LS 109) convivem lado a lado com a desigualdade social, miséria e inúmeras formas desumanizadoras de exclusão.

A orientação para combater e transformar a atual conjuntura descrita não passa por responder de modo parcial e pontual a questões de ordem ambiental que vão surgindo com o tempo. Quer dizer, no lugar de atacar cada situação em específico (resíduos sólidos, poluição, desertificação etc.), deve-se construir, em tempos políticos e paradigmáticos, um novo estilo de vida, uma nova educação que esteja centrada em formas de sociabilidade, bases solidárias e no consumo responsável dos recursos naturais.

Em resumo, a encíclica sinaliza para a necessidade de se construir um novo projeto civilizatório, mais saudável e responsável em relação aos outros e à natureza. O desenho desse projeto seria realizado pela combinação de preocupações éticas e espirituais com as conquistas do progresso econômico e científico, a partir das quais o meio ambiente e os marginalizados possam integrar-se ao que poderia ser chamado de uma “ecologia integral”.

Vale destacar o valor ao trabalho que esta ecologia integral exalta. Sobre tal aspecto, o papa Francisco (LS 124) faz referência a João Paulo II, especificamente em sua encíclica *Laborem exercens*, cujo teor reafirma a capacidade humana de colaborar na criação, especialmente no sentido da intervenção responsável e cuidadora da vida pelo desenvolvimento das potencialidades humanas. Na sua relação com o mundo que o cerca, o trabalho implica na transformação da terra, mas também em sua contemplação. O acesso ao trabalho é prioritário para todos, partindo-se do princípio de que o homem é o fim da vida

ecônomo-social, não refém dela. Em suma, o homem é chamado ao trabalho desde a criação e não se deve procurar substituí-lo, assim como, a ajuda aos desempregados, sempre necessária, precisar ser entendida no plano da temporalidade, no sentido de que a garantia de seu próprio sustento pelo próprio trabalho seja a meta maior.

No caminho para a crítica do modelo de desenvolvimento em curso, o papa Francisco destaca o problema da concentração fundiária e a progressiva redução dos pequenos agricultores, o que leva ao êxodo rural e ao crescimento desordenado das cidades. O agronegócio tem crescido bastante e seus efeitos vão desde a monocultura até o uso em excesso de químicos para a eficiência, contrapondo-se à diversidade de produção de alimentos própria da agricultura familiar. (LS 129).

5. Uma ecologia integral. Em busca da ecologia integral, preocupada com o meio ambiente, mas também com as dimensões humanas e sociais, na trama formada pelas espécies sempre cabe o debate para se saber qual a forma menos destrutiva, a que seja mais condizente do ponto de vista da preservação ambiental e da saúde e trabalho das pessoas diretamente atingidas. Nesse sentido, a preservação do meio ambiente precisa ser concebida como parte do processo de desenvolvimento. Em outras palavras, quando o assunto é saúde e o bem comum, mesmo que afete os lucros de grandes corporações, precisa-se assumir que o todo é superior à parte. Essa concepção de ecologia social requer um processo de institucionalidade progressiva, quer dizer, que parta do âmbito familiar e tenha desdobramentos no contexto internacional. (LS 142).

Também no plano do patrimônio cultural cuidados precisam ser orientados. Não vem ao caso construir cidades ecologicamente corretas e destruir as que já existem, desconsiderando o passado, mas integrar a história e o patrimônio cultural, com respeito às culturas locais. Nesse caso, propõe-se a perspectiva segundo a qual, os direitos e culturas dos povos constituem parte decisiva no processo de desenvolvimento, tendo em vista que a perda cultural, muito

provocada por fatores econômicos de exploração, assemelha-se ao desaparecimento de uma espécie. Cabe, neste ponto, fazer menção à importância das populações indígenas. (LS 143-144).

Pensar na ecologia integral requer atenção para a moradia como espaço decisivo no sentido da qualidade de vida humana. É fato que as condições de moradia interferem diretamente em toda a vida das pessoas e, quando são precárias, constatam-se formas de violência e comportamentos desumanos, embora sejam visíveis as situações de experiências comunitárias que conseguem criar formas de convivência bastante criativas em meio a um ambiente hostil.

Abordar o tema da moradia requer, em sequência, analisar o assunto do transporte, mais ainda, do transporte público que consiste, segundo a encíclica, no setor que necessita de mais investimentos, pois o trânsito caótico e o excesso de carros nas grandes cidades tornam o deslocamento algo cada vez mais difícil, principalmente para a população mais pobre que não dispõe de infraestrutura adequada para o transporte ao trabalho e à escola.

Dois assuntos marcam o fim deste capítulo: o princípio do bem comum e a justiça intergeracional. A primeira se refere às condições da ética social, quer dizer, na prática simultânea entre disciplina-mento e obediência a códigos de conduta, quanto ao respeito com o particular. Isso significa aplicar o princípio da subsidiariedade, cujo significado consiste em respeitar a atuação legal de cada contexto, intervindo apenas nos casos em que haja imprecisões ou necessidade de melhoria. O segundo assunto, diz respeito às gerações futuras, especialmente em que medida a ação do presente precisa estar atenta para que condições de vida serão deixadas como herança para as novas e próximas gerações. Em linhas gerais, parece que a geração dos pais está míope em relação aos filhos, quando insiste no consumo excessivo e na degradação ambiental.

Em resumo, tanto a preocupação com o bem comum, quanto em relação à justiça intergeracional se converte no apelo para a so-

lidariedade, com destaque aos mais pobres. Uma mensagem clara é transmitida: pensar/agir em relação aos excluídos do desenvolvimento.

**6. Algumas linhas de orientação e ação.** Nos capítulos anteriores da encíclica *Laudato Si* foram abordados problemas, no intuito de alertar sobre a atual situação por que passa a humanidade no que se refere à questão ambiental. Nesse campo, chama a atenção o modelo que se define pela autodestruição. Trata-se, com efeito, de uma concepção de desenvolvimento e de consumo que gera poluição e desastres ambientais, além de formas desumanas de convivência. O que se pretende, no capítulo V, é a busca de diálogo, de canais que auxiliem à saída desse quadro descrito. Trata-se dos seguintes temas:

1. programar uma agricultura sustentável e diversificada;
2. investir em estudos e ações para a transição energética;
3. elaboração de padrões mais rígidos em termos de regulação global;
4. criação de um sistema de governança dos oceanos;
5. estimular o sentido de comunidade;
6. continuidade, diálogo e transparência de ações – democracia;
7. estímulo à indústria de reciclagem;
8. desenvolver os princípios da solidariedade e da subsidiariedade (autonomia para as capacidades particulares sem deixar de lado o plano do bem comum);
9. garantia de água potável;
10. diálogo entre religiões e as ciências.

Diante o grave quadro de desastres e problemas ambientais provocados pelo homem, sugere o Papa Francisco a construção de um caminho para o diálogo que seja movido pela paciência, ascese e generosidade. (LS 201).

**7. Educação e espiritualidade ecológicas.** A humanidade carece de mudanças urgentes, pois falta a noção tanto de uma origem

comum, de convivência solidária e recíproca, além do senso de responsabilidade quanto ao futuro. O grande desafio consiste em se redefinir, nos planos cultural, espiritual e educativo, novas convicções e estilos de vida. Em resumo, o desafio que se impõe é o da construção de um novo projeto civilizatório, de uma nova sociedade.

Esse novo estilo de vida parte de uma visão contrária em relação à que está em curso. No momento, temos um “mecanismo consumista compulsivo” (LS 203) e tal caráter obsessivo pode ser entendido como o reflexo subjetivo do modelo de desenvolvimento que ora se processa. A liberdade para consumir leva o indivíduo a eleger suas demandas como prioritária, esquecendo-se do outro e elegendo os critérios da própria consciência para a satisfação pessoal. O compromisso que se impõe, diz respeito à necessidade de sair de si em direção ao outro, de romper a autorreferencialidade, própria de consciências isoladas.

A educação proposta se refere ao estabelecimento de nova aliança entre humanidade e o meio ambiente, que parta da consciência de que a humanidade vive grave crise no plano natural e no humano. Por isso, novos hábitos precisam ser criados e, para tanto, sugere-se uma crítica aos “mitos” da modernidade, os quais têm na razão instrumental seu fundamento: “individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras”. (LS 210). Em síntese, cultivar uma educação de virtudes, atenta para a responsabilidade ambiental.

Para tanto, algumas dicas são mencionadas, tais como: reduzir o consumo de água, evitar o uso de plástico e papel, separar o lixo, evitar o desperdício de alimentos, tratar bem outros seres vivos, usar mais o transporte público ou partilhar com outros o mesmo transporte, plantar árvores etc. (LS 211).

O homem do início do século XXI é chamado a uma conversão ecológica, para que o planeta tenha na humanidade os meios de multiplicação dos frutos, não os instrumentos de destruição. Que

a terra não se torne deserto ou que os desertos interiores não se estendam pela terra. É preciso deixar claro que, embora seja importante a mudança interior, indivíduos isolados não transformam o atual modelo técnico-econômico. Nesse sentido, a formação de redes comunitárias, mais do que um individualismo ecológico passa a ser o mais indicado. Em resumo, a conversão ecológica significa também uma conversão comunitária.

## CONCLUSÕES INICIAIS

Mais do que uma carta sobre o meio ambiente, a *Laudato Si* significa o chamado à mudança de estilos de vida, à crítica de padrões de consumo e do individualismo que relega o homem e a natureza à condição de objetos. Instiga para uma conversão ambiental, na qual as pessoas precisam fazer parte do processo, como as protagonistas que cuidam, cultivam, exaltam, enfim, a criação.

Em relação aos mais pobres há forte preocupação, tendo em vista que os graves problemas ambientais provocados atingem com maior gravidade àqueles que estão excluídos de tal contexto social consumista, poluidor e de exploração dos recursos naturais e humanos. O bem comum e o bem-viver com o respeito às particularidades culturais precisam estar no centro das atenções, ao se dar ênfase aos princípios da solidariedade e da subsidiariedade.

O texto possui forte influência dos ensinamentos de São Francisco de Assis. De forma resumida, oração e serviço aos mais pobres são posturas/ações que orientam o cristão, segundo o Papa Francisco, e sugerem um novo estilo de vida, uma nova forma de convivência e de relação com a criação. Assim, mais do que reflexões de cunho estritamente espiritualista e introspectivo, a encíclica faz uma provocação para a ação, para a articulação de forças no sentido de criar

bases solidárias e críticas ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, cujo formato predatório tende a inviabilizar a existência humana e de outros seres vivos.

A *Laudato Si* é um convite ao diálogo, ao respeito à diversidade. Não se pode falar sobre meio ambiente sem levar em conta direitos trabalhistas, a moradia, a terra, a casa, a água... enfim, a dignidade humana. O chamado ao bem-viver não se restringe, portanto, a comentários sobre meio ambiente, mas se estende ao próprio homem como ser moral nesse contexto de interpelações sociais.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- GÊNESIS. In: Bíblia Sagrada. São Paulo: Paulus, 2004.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Carta Encíclica *Laudato Si* sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulus; São Paulo: Loyola, 2015.
- LEVÍTICO. In: Bíblia Sagrada. São Paulo: Paulus, 2004.
- ROCHA, Jaime Vieira. (Org). **Sob os signos da esperança e da responsabilidade social**: anais do I e II Encontros dos bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016.
- RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**: filosofia católica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. v. 2.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.



Parte II:

AÇÃO PASTORAL,  
POLÍTICAS  
PÚBLICAS E  
CONVIVÊNCIA  
NO SEMIÁRIDO  
BRASILEIRO



# PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: exercício de direitos e efetivação da cidadania

ANA PATRÍCIA SAMPAIO DE ALMEIDA

JURIDICAMENTE, CIDADÃO É O INDIVÍDUO QUE TEM UM VÍNCULO com o Estado, sendo portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal, estando implícito na ideia de cidadania o princípio da igualdade. Essa noção de cidadania, tal como desenvolvida no mundo ocidental, configura um ideal talvez inatingível, dado que combina a igualdade, a liberdade e a participação plena de todos. Ela funciona, no entanto, como um parâmetro para julgamento da qualidade da cidadania em cada país e momento histórico. (CARVALHO, 2002).

Desde o clássico trabalho de Marshall (1967), *Cidadania, classe social e status*, costuma-se relacionar a cidadania a três conjuntos de direitos: (1) os direitos civis, que se referem aos direitos à liberdade individual – direitos de ir e vir, liberdade de pensamento e credo, direito à propriedade privada, direito à justiça; (2) os direitos políticos, referentes ao direito de participar do exercício do poder político – participação no governo através do voto (direito de votar e ser votado); e (3) os direitos sociais – definidos por Marshall como o direito de participar por completo da herança social, levando a

vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões da sociedade em que está inserido.

Nessa concepção, os direitos sociais permitem minimizar situações de desigualdade geradas pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para a sociedade como um todo. Historicamente, a cidadania social relaciona-se com o acesso a bens e serviços, de caráter universal e publicamente disponibilizados, que reduzem a dependência do indivíduo em relação ao mercado, permitindo uma *desmercantilização* do *status* dos indivíduos, conforme a análise também clássica de Esping-Andersen (1990; 1991). Quando os mercados se tornaram hegemônicos, o bem-estar das pessoas passou a depender inteiramente de relações monetárias. Mas, com a introdução dos direitos sociais modernos, há um afrouxamento do *status* de mercadoria, pois, quando uma prestação é vista como um direito legal, ou se a pessoa pode manter-se sem o mercado, ocorre uma desmercantilização, ou seja, a emancipação da dependência do mercado. Em função de um conjunto de fatores, os países desenvolveram de formas diferentes, direitos desmercantilizados.

Dada a sua natureza, diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio de políticas sociais. Ao passo que existe certo consenso e clareza sobre o escopo dos direitos civis e políticos, o mesmo não acontece com os direitos sociais que são objetos de disputa e controvérsia, visto que se relacionam com a intervenção do Estado. Além disso, esses direitos apresentam a capacidade de ampliação e redefinição constante em função de mudanças na sociedade, tanto no âmbito econômico (dado que a efetivação de políticas sociais está relacionada em parte com a capacidade de gasto dos países) quanto no desenvolvimento das concepções construídas socialmente sobre a natureza do bem-estar social. Como já definia Marshall (1967), o direito social está vinculado aos padrões prevalecentes na sociedade. Em consequência,

ência, podem variar significativamente em diferentes contextos. Os fatores para explicar as diferenças são de natureza política e estão relacionados com a atuação de segmentos sociais variados, no sentido de redefinir os direitos sociais por meio da agregação de novos conteúdos. Enfim, a definição dos direitos sociais é dotada de alto grau de elasticidade e depende da construção política da noção de cidadania social, que varia em contextos históricos e políticos diversos.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA

Diferentemente dos outros direitos que compõem a noção moderna de cidadania, os direitos sociais demandam, para sua efetivação, a ação ativa do Estado por meio de políticas públicas.

A afirmação de que a cidadania social se efetiva por meio da intervenção governamental ou da ação estatal positiva remete à discussão das políticas sociais, enquanto um segmento historicamente constituído das políticas públicas. Quando se busca efetivar direitos constitucionais, torna-se necessário refletir um pouco sobre o conceito de política pública e sobre o processo de sua constituição. Esse não se restringe a uma ação estatal isolada, mas está fortemente vinculado à construção social de um ideário relativo àquele direito que envolva uma definição dos princípios e diretrizes a orientar essa política, dos conteúdos principais e das formas de sua implementação.

Em uma definição bastante simplificada, uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões mais um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

Também pode ser definida como um conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental visando determinados objetivos. Nessa perspectiva, política pública tem sempre caráter estatal, ainda que sua execução, através de programas, projetos e atividades, possa envolver agentes privados.

A política pública está intimamente ligada à atividade política, desde a etapa da apresentação das plataformas dos candidatos – nas quais algumas políticas públicas têm destaque –, no período das eleições, até a luta pela inscrição no orçamento de recursos para execução desta ou daquela política pública.

Visto de forma mais descritiva, uma política pública são os atos – mas também os “não atos” – de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor da sociedade. Em geral se apresenta sob a forma de um programa governamental que possui algumas características: (i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades, preferências e valores, e tendem para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; e (v) pelo seu alcance no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos afetados pela ação pública. (MENY; THOENIG, 1992).

A noção de política pública remete também a um conjunto de decisões que, por afetarem a todos, são públicas, sendo uma política sobre coisas públicas. Como define Rua (1997, p. 2),

a sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

As políticas são sempre escolhas, em um quadro de conflitos de preferências, relativas a diferentes questões, como o objeto específico da intervenção governamental, as concepções sobre a ação do Estado, a definição relativa à geração e à alocação de recursos etc. Esses conflitos são mediados por instituições políticas, sendo, portanto, resultado da atividade política.

De acordo com a definição sintetizada por Rua (1997, p. 1), a política refere-se a um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos”. A política pode ser vista como uma forma de atividade humana, estreitamente ligada ao poder, e que se relaciona com a necessidade de convivência de interesses diversos, frequentemente contraditórios, que possam ser acomodados por meio de processos institucionalizados e pacíficos.

Como o poder é desigualmente distribuído em uma sociedade, a política costuma ser um jogo desequilibrado. Daí que algumas preocupações emergem do processo de elaboração de políticas públicas relativas às consequências da ação governamental: quais são os efeitos das políticas? Para quem? E por quê? Em outros termos, por que os governos fazem o que fazem e quais são os beneficiários das suas ações? A resposta a essas perguntas remete à compreensão dos processos políticos envolvidos na constituição de uma política.

De forma esquemática, pode-se dizer que a formação de uma política pública começa a partir da identificação de um problema ou de um estado de coisas que demande uma intervenção governamental. Nem todos os problemas reais são tematizados de modo que, para uma questão entrar na agenda governamental, não basta ser considerada problemática. É preciso também que se torne um problema político a partir de mobilização política, por meio da qual atores articulados consigam fazer com que a situação seja reconhecida como problema e entre na agenda governamental.

Partindo do pressuposto de que políticas públicas envolvem escolhas, mesmo que constrangidas por diferentes fatores, particularmente os de ordem institucional, as políticas públicas não são casualidades nem respondem a necessidades inelutáveis dos governos. Em consequência, o fato de que algumas questões (e não outras) passem a ser objeto de decisões e ações públicas é algo que precisa ser explicado em cada situação específica e está relacionado à construção social de propostas no âmbito societário e/ou governamental. Determinados fenômenos sociais se tornam políticas a partir da emergência de determinadas compreensões dos problemas que passam a guiar o processo de definição de políticas.

Políticas públicas inovadoras pressupõem, assim, a constituição de agendas também inovadoras e são resultados de vários processos articulados. Tendo como ponto de partida a tematização de questões em espaços públicos e sua conversão em ideias e projetos sociopolíticos, a formação de uma política pública pressupõe a interação de coalizões promotoras ou a ação de um conjunto de atores, portadores de ideias reformadoras ou inovadoras, que constituem redes societárias.

Essas redes são formadas por um conjunto de atores envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como um assunto público e incluem desde a restrita comunidade de especialistas até grupos de interesse, movimentos sociais, redes societárias temáticas, atores governamentais etc. que, por meio da cooperação, buscam atingir seus objetivos.

Cabe destacar, nesse processo de constituição de agendas e de inovações de políticas, o papel das ideias, dado que o processo político deve ser entendido também na sua dimensão simbólica, enquanto instrumento de ordem interpretativa. Entretanto, ideias não são suficientes para materializar políticas públicas, visto que, no processo político de tomada de decisão, há uma disputa entre atores, com graus variados de recursos de diferentes ordens, tais como financeiros, técnicos, organizacionais e políticos.

A constituição de agendas é sempre um mecanismo altamente seletivo que envolve a concorrência entre problemas e hierarquias de prioridades heterogêneas. A incorporação de um problema à agenda traduz divergências de opinião, normas, interesses, percepções e juízos de valor que atravessam a opinião pública, de forma tal que a transformação de um fenômeno qualquer em um problema que deve ser objeto de uma política pública é uma construção social a partir da conversão de ideias em projetos políticos.

Outra tendência na gestão pública, particularmente no nível local, é a ampliação da participação da população. Embora – é importante registrar – essa participação venha ocorrendo em níveis variados em função, por um lado, dos projetos políticos dos governos, mais ou menos abertos a uma gestão democrático-participativa e, por outro, do grau de organização da sociedade, vinculado ao estoque de capital social acumulado historicamente.

Apesar da variabilidade tanto quantitativa como qualitativa dessa participação, é inegável que ela vem sendo estimulada por diferentes razões. No caso da gestão de políticas sociais, vários estudos e documentos mais prescritivos têm destacado a importância do envolvimento da população, no processo decisório e na gestão das políticas sociais, como forma de garantir legitimidade e sustentabilidade das políticas, bem como maior eficácia das ações. Isso se justifica na medida em que as políticas sociais afetam diretamente a vida das pessoas e envolvem muitas vezes mudanças de comportamentos e de atitudes do público destinatário. Esse é o caso, por exemplo, das políticas voltadas para a inclusão social, as quais, além de buscar garantir o acesso a determinados serviços e ações públicas, devem atuar sobre aspectos não tangíveis da exclusão, como, por exemplo, o sentimento de baixa estima que costuma estar presente nos segmentos lançados nas diversas rotas da exclusão.

A atribuição de um papel ativo da população na identificação dos problemas e soluções a partir de suas necessidades específicas

pode levá-la a tornar-se parceira, corresponsável permanente e não apenas atriz coadjuvante das ações públicas e na construção de objetivos coletivos.

Como afirma Gohn (2001, p. 1208),

os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais” – não se trata, portanto, de indivíduos isolados e nem de indivíduos membros de uma dada classe social. A participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados como “cidadãos”. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo [...], é dividir responsabilidades com a comunidade.

Vale lembrar que o tema da participação se insere na nova polarização dos ideais democráticos. O neoliberalismo, por meio do modelo de “democracia legal”, defende a concepção do Estado mínimo em sua atuação na sociedade civil e na vida privada, dando voz a uma expansão da economia de mercado, segundo uma linha não só de questionamento do Estado do bem-estar e da democracia de massas, mas também de camuflar as desigualdades sociais e as assimetrias de poder e de recursos. Entretanto, no outro polo está a concepção de “democracia participativa”, que ressalta a necessidade de incorporar outros níveis de poder além do Estado, visando à ampliação da interação entre este e a sociedade. Esse modelo tem como alicerce o princípio de que o direito ao desenvolvimento sustentável pode ser alcançado numa sociedade participativa que promova a ideia de eficácia política, tendo preocupação com problemas de caráter social e contribuindo para a formação de uma cidadania qualificada, capaz de manter-se permanentemente interessada no processo de governo. (HELD *apud* JACOBI, 2000).

## MOVIMENTOS SOCIAIS DO NORDESTE DO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: O CASO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO (ASA/PB)

No que tange à participação cidadã nas políticas públicas no contexto da região Nordeste do Brasil, vale salientar que os fóruns têm se constituído como espaços informais de práticas participativas. Reúnem-se diversos tipos de sujeitos políticos (sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, ONGs, entidades profissionais, universidades etc.) que possuem diferentes saberes. Uma das estratégias de atuação desse tipo de organização tem sido a busca de interação com parlamentares e/ou órgãos públicos, pleiteando a implementação de suas reivindicações. Efetiva-se, assim, a construção de um diálogo entre a sociedade civil e o Estado de forma não institucionalizada. Nesse aspecto, os fóruns se diferenciam dos conselhos setoriais, fato que lhes confere maior autonomia de decisão e maior “imunidade” contra a cooptação política estatal. Por outro lado, essa falta de institucionalidade tem, como consequência, prejuízos na capacidade de requerer algum comprometimento por parte dos governos.

Os fóruns constituem-se em formas de organização que atuam na elaboração, proposição e implementação de políticas públicas geralmente inovadoras, pois trazem consigo tecnologias apropriadas à realidade, tendo como base a sustentabilidade, equidade e a participação ativa dos sujeitos beneficiários dessas políticas.

A partir desse debate se deram mudanças significativas na própria relação com a concepção de semiárido, que passou do “combate” ao “convívio” com as secas características da região Nordeste, onde está inserido o fórum Articulação do Semiárido Paraibano (ASA/PB), cujo objetivo é discutir e propor políticas públicas para a convivência com a região semiárida do Nordeste do Brasil.

A Articulação do Semiárido Paraibano surgiu motivada pelas consequências da grande seca que assolou a região Nordeste em 1993. São integrantes dele, dezenas de instituições sindicais e comunitárias, setores da Igreja Católica e de universidades públicas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Esse fórum constitui um espaço de estudo e discussão contínua de temáticas relacionadas com o semiárido. Culmina com o diálogo e ações entre diversos setores sociais, no sentido de construir uma nova concepção de desenvolvimento pela qual seja possível conjugar as diversidades e potencialidades físicas, econômicas, culturais e políticas inerentes à região e sua população.

Com esse propósito a ASA/PB vem, desde sua criação, favorecendo o intercâmbio de experiências bem sucedidas de convivência com o semiárido. Discute propostas de políticas públicas para essa área no estado da Paraíba e organiza mobilizações dos trabalhadores para intervenção nas políticas públicas sustentáveis, nos municípios, no estado e na União.

As experiências desenvolvidas pela ASA/PB e outras organizações no Nordeste brasileiro, no âmbito da captação de água de chuva através de cisternas de placas, inspiraram o Programa Nacional 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Com o apoio da Agência Nacional das Águas (Ministério do Meio Ambiente) e em parceria com várias organizações da sociedade civil (que hoje compõem a ASA Brasil), foram construídas um milhão de cisternas<sup>1</sup> de placas em residências da zona rural da Região semiárida brasileira. Essa experiência desdobrou-se em outras também interessadas na sustentabilidade hídrica e na segurança alimentar de famílias rurais voltadas para produção (de alimentos e criação animal), como as barragens sub-

---

<sup>1</sup> As cisternas são reservatórios construídos com placas pré-moldadas, que captam água de chuva dos telhados das casas através de calhas. Têm capacidade para armazenar 16 mil litros, o que é suficiente para o consumo doméstico de uma família de cinco pessoas, nos oito meses em que, comumente, ocorre estiagem na região semiárida.

terrâneas, cisterna calçadão, barreiro trincheira, bancos de sementes e de proteínas, quintais produtivos.

Além dessas ações, a ASA/PB vivenciou um processo de intervenção no orçamento estadual, apresentando propostas através da bancada de parlamentares como a criação de um fundo rotativo de construção de cisternas de placas para captação de água de chuva e de bancos de sementes comunitários. Tais propostas surgiram de discussões com as entidades que compõem o fórum e que estão organizadas em comissões temáticas de água e sementes.

O fórum, além de propor políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, também estabeleceu parcerias com órgãos governamentais na execução de programas como o Pronaf. Esses programas desenvolvem ações que se baseiam nas experiências piloto realizadas por organizações não governamentais que integram a ASA/PB. Possuem uma concepção pedagógica voltada para a autonomia de agricultores e agricultoras beneficiados por essas ações, através da realização de cursos e seminários de capacitação.

Através de seminários temáticos, mobilizações, cursos, troca de experiências e produção de material de comunicação acerca de suas propostas de desenvolvimento sustentável para a região, ao longo de mais de vinte anos de existência, a ASA/PB vem proporcionando momentos políticos de debate – e difusão junto à sociedade civil, aos atores e aos parceiros que compõem o fórum –, no sentido de tornar concreta a proposta de ação que consiste na construção coletiva de alternativas que possibilitem a convivência de homens e mulheres com a realidade do semiárido.

## NOVOS ATORES, NOVAS DEMANDAS

As formas de expansão da cidadania historicamente têm seguido um duplo movimento: i) a partir “dos de baixo”, através de lutas

dos grupos não hegemônicos que têm impulsionado processos democratizantes, buscando ampliar seus direitos; ii) a partir “dos de cima”, como resposta à pressão dos excluídos ou como parte das lógicas de legitimação e modernização do Estado. Geralmente os direitos gerados a partir “dos de cima” têm significado uma continuidade da ordem prevalecente, sendo frequentemente utilizados como mecanismos de cooptação e clientelismo. Por outro lado, os direitos gerados a partir “dos de baixo” têm significado a ampliação real dos direitos dos cidadãos como também a expansão do próprio espaço de exercício da cidadania (ALMEIDA & ARAÚJO, 2004).

Vendo por esse prisma e assumindo os distintos processos de exigências de direitos, tem-se claro que a construção da cidadania é um processo conflituoso, de confrontação e diálogo social, de conquista permanente de direitos formais e de exigência de políticas públicas que os materialize, como enfatiza Sousa (2006). A cidadania, nessa perspectiva, não é outra coisa senão um tipo de igualdade básica associada à ideia de pertencimento a uma comunidade<sup>2</sup> que, em termos modernos, é equivalente aos direitos e deveres dos quais estão dotados todos os indivíduos por pertencerem a um Estado-nação. Consequentemente, a construção da cidadania está intrinsecamente ligada à democracia.<sup>3</sup>

Boaventura de Sousa Santos (2002a) argumenta que o espaço da comunidade se apresenta como o conjunto de relações sociais que ocorrem em torno de territórios físicos e simbólicos de identidades comuns. Já o espaço da cidadania significa o conjunto de relações que formam a esfera pública, onde se desenvolve a relação política entre cidadãos e o Estado.

<sup>2</sup> Santos (2002a, p. 71-72) afirma que, quanto ao princípio da comunidade, a participação e solidariedade são dimensões pouco colonizadas pela ciência, sendo que, em relação à participação, a colonização ocorreu, principalmente, pela limitação da esfera pública unicamente à cidadania e democracia representativa.

<sup>3</sup> Sobre esse tema ver: BOBBIO (1987); CASTELLS (1986); DAHL (1992); SANTOS (2002b; 2005a; 2005b).

No processo de construção da cidadania, simultaneamente a participação aparece com mais frequência como um denominador comum de muitas das estratégias de luta contra a pobreza e de processos de “autogeração” de melhores condições de vida de populações marginalizadas. Nessa dupla lógica, como resposta ao “déficit social e democrático” – para não dizer de desigualdade – muitas e heterogêneas têm sido as experiências de iniciativas que buscam impulsionar o desenvolvimento local (BURIN & HERAS, 2007), através da formulação, execução e controle de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à diminuição da pobreza, acesso a determinados serviços e melhores condições de vida.

Para efeito da reflexão que propomos, entendemos participação como

*la capacidad política y jurídica de la ciudadanía de intervenir individual y colectivamente, directamente o a través de sus representantes legítimos y a través de diferentes modalidades en los diversos procesos de gestión, especialmente aquellos que afectan las condiciones de vida materiales, sociales, políticas, económicas y culturales de la población. (CHIRINOS, 2003).*

Com tal definição, queremos ressaltar alguns pressupostos da aproximação que propomos: i) o caráter processual que tem a participação nas últimas décadas; ii) a existência de diversas e variadas modalidades de participação cidadã no espaço municipal; iii) um processo que, por definição, supõe a interação de distintos atores, inclusive autoridades locais; iv) a participação entendida como um fato político que cremos constitutivo da democracia. (SANTOS, 2002b).

No dizer de Boaventura de Sousa Santos, as experiências de democracia participativa iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma amplia-

ção da gramática social e de incorporação de novos atores/temas à política. (SANTOS, 2002b).

Nesse contexto, algumas iniciativas oriundas da sociedade civil surgiram no Brasil, visando discutir, principalmente no Legislativo, as leis orçamentárias e tentando introduzir emendas que reflitam as prioridades e necessidades da população, apesar da complexidade e do tecnicismo do orçamento público enquanto alternativa nessa direção.

Dessa forma, os conselhos se multiplicaram pelo país, com atuação nos diferentes setores, como saúde, educação, infância, meio ambiente e desenvolvimento rural. A agricultura familiar, historicamente presente nos movimentos de resistência e atuante em espaços marginais de participação, se insere por meio de suas organizações no novo processo de gestão pública em curso no Brasil, com forte representação nos conselhos de desenvolvimento local sustentável e nos conselhos de desenvolvimento rural, nos níveis municipal, estadual e federal.

## OS ATORES DA PARTICIPAÇÃO: OS PERIGOS DE NOVAS ASSIMETRIAS

Em geral as várias experiências de participação são lideradas e promovidas por um grupo de atores “fortes”, com maior capacidade de interlocução e, portanto, com certo poder, alguns como as ONGs, exógenos ao local. Por outro lado, se observam algumas ausências significativas. O setor empresarial, apesar de forte, não demonstra interesse porque sua interlocução com o poder se dá através de outros canais. A população pobre também não tem visibilidade nesse processo e “seus” interesses são “interpretados/representados” pelos mais ativos.

Observa-se que a definição das agendas e dos conteúdos dessas experiências é determinada fortemente por forças dos atores e suas

distintas orientações. Faz-se necessário problematizar e interrogar-se sobre o papel de alguns desses atores. Em particular os atores exógenos, como as ONGs, ainda determinam a sustentabilidade de muitos desses processos a partir dos recursos que disponibilizam (humanos, financeiros, técnicos).

Outra preocupação levantada por Boaventura de Sousa Santos (2002b, p. 60) diz respeito à descaracterização dos processos de participação, através da cooptação por grupos sociais “superincludidos” ou pela integração em contextos institucionais que retiram o potencial democrático e de transformação das relações de poder dos atores sociais envolvidos.

## COMENTÁRIOS FINAIS

Nos últimos anos, multiplicaram-se, por todo o país, os exemplos de cooperação entre municípios e entidades locais no apoio ao desenvolvimento local e a ações comunitárias da parte de cada uma das instituições envolvidas. Têm ocorrido promoção e multiplicação da participação das comunidades em defesa de seus direitos.

Do exposto até aqui, salienta-se que a atuação de vários agentes na construção de políticas públicas tem resultado em uma interação positiva e necessária para orientar a busca e a construção de uma alternativa de desenvolvimento. Esse processo proporciona a possibilidade de reelaboração de novas estratégias por parte desses agentes. Isso pode consolidar a participação nos processos de decisão e melhorar a qualidade de vida, desde uma perspectiva de autogestão, da busca de alternativas de produção e de organização capazes de inseri-los na economia local e regional.

O confronto dos vários atores – nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos

projetos políticos –, propicia a trama de tensões que opõe agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias que acabam por propiciar espaços de participação cidadã, numa tentativa de instituição de uma nova soberania democrática, na qual o formato da participação se adquire de forma experimental. (SANTOS, 2002b, p. 78).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Sampaio; ARAÚJO, L. Movimientos sociales en la construcción de la democracia en Brasil. In: ALBUQUERQUE, M. C. (Org.). **La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. p. 82-114.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Barcelona: Plaza & Janes, 1987.

BURIN, David; HERAS, Ana I. **Desarrollo local**: una respuesta a escala humana a la globalización. 2. ed. Buenos Aires: Ciccus, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **La ciudad y las masas**. Madrid: Alianza, 1986.

CHIRINOS, Luis. **La estructura de oportunidades de la participación ciudadana en los gobiernos locales**. Lima: Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, 2003.

DAHL, Robert Alan. **La democracia y sus críticos**, Barcelona: Paidós, 1992.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116. set. 1991

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

GOHN, Maria da Glória. Participação: novas e antigas concepções na gestão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro: Anpur, 2001, v.1, p. 1206-1217.

- JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MARSHALL, T. S. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.
- RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Washington, Indes/BID, 1997. Mimeografado.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democracia de alta intensidad**. Apuntes para democratizar la democracia. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2005a.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.
- SOUSA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.



# Celso Furtado e a Operação Nordeste

ROSA FREIRE D'AGUIAR

QUANDO O PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK ANUNCIOU, no dia 17 de fevereiro de 1959, em cerimônia no Palácio do Catete, a chamada Operação Nordeste, seu objetivo não era apenas lançar um pacote de medidas emergenciais em resposta à seca do ano anterior que deixara um milhão de flagelados. Era também dar à sociedade uma prova contundente de que seu governo, embora já instalado há três anos, tinha enfim um plano coerente e viável para modernizar as estruturas anacrônicas do Nordeste. Era essa a ambição, nada menos. JK estava implantando a toque de caixa o plano de metas que deveria levar o Brasil a outro patamar de desenvolvimento. O Centro-Sul vivia o *boom* da industrialização, a construção de Brasília corria acelerada, mas o Nordeste parecia ocupar o fim da fila das prioridades nacionais.

No ano de 1958, pela primeira vez, graças à televisão relativamente recente, milhares de famílias de todo o país puderam ver as imagens dos retirantes vagando pelas estradas. O governo criara frentes de trabalho, mas as consequências da seca, no médio e no longo prazos, eram preocupantes. O relatório do coronel Orlando Ramagem, da Casa Militar da Presidência da República, enviado

à região, retratava um quadro alarmante de agitação social, fome, desemprego e empobrecimento progressivo. Isso deve ter pesado na decisão de JK de implantar um projeto no Nordeste que marcasse sua presidência como Brasília o faria. A decisão cristalizou no encontro de Juscelino com Celso Furtado.

Eram duas personalidades com mais diferenças que semelhanças de temperamento. Mas das diversas conversas que tivemos, Celso e eu, sobre seus anos no Nordeste e sobre o convívio com os três presidentes ao lado de quem trabalhou antes de 1964; de suas anotações e textos que tenho consultado de forma sistemática desde sua morte em 2004, arrisco-me a dizer que a Operação Nordeste lançada por JK naquele 17 de fevereiro de 1959, a partir do plano elaborado por Celso Furtado, só teve a envergadura que teve porque o primeiro sabia que teria o segundo a comandá-la.

Até um mês antes não se conheciam. Celso vivera no exterior por quase dez anos e regressara em meados de 1958. Paraibano da sertaneja Pombal, saíra do Nordeste aos dezenove anos para estudar Direito no Rio de Janeiro, e dali ganhara o mundo: Paris, onde se doutorou em economia em 1948; Santiago do Chile, onde foi economista da Cepal por quase dez anos; Cambridge, Inglaterra, onde passou 1957-58 fazendo estudos com o economista Nicholas Kaldor. De volta ao Brasil, foi ocupar uma diretoria do BNDE, dedicada, a seu pedido, aos problemas do Nordeste. Era antigo desejo seu “um dia contribuir de forma decisiva para mudar o Nordeste”. (FURTADO, 1989)<sup>1</sup>.

No dia 6 de janeiro de 1959, convocado a apresentar uma súmula de seu novo trabalho a JK, numa reunião no palácio Rio Negro, em Petrópolis, Celso e ele se viram pela primeira vez. Por meia hora

---

<sup>1</sup> É nesse segundo livro de memórias que Celso Furtado conta os anos passados no Nordeste de 1958 a 1964, e dedica longos comentários ao trabalho dos bispos do Nordeste. (Cf. FURTADO, 2014).

expôs o que pretendia executar. Dotado de grande poder de síntese, invejável clareza de raciocínio, e rara capacidade de convencimento, Celso falou e Juscelino “comprou” seu plano de ação para o Nordeste. Um mês e pouco depois, era o lançamento da Operação Nordeste, no Catete. Presentes os ministros, governadores e parlamentares, e a figura franzina e carismática de dom Helder Câmara. Ali receberam o documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (FURTADO, 1959), estudo que também ficaria conhecido, por muitos anos, como Relatório do GTDN. A autoria é de Celso.<sup>2</sup>

Nesse mesmo momento deu-se também seu primeiro encontro com outra personalidade marcante da vida política do país, e forte influência no Nordeste: dom Helder Câmara. Celso conta em seu livro de memórias *A fantasia desfeita*, que, depois de uma longa entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, muitas pessoas o procuraram para saber detalhes da Operação Nordeste:

foi o que aconteceu com dom Helder Câmara, que me telefonou pedindo-me, “se não for demasiado incômodo”, que o visitasse em sua casa em Botafogo. [...] Eu o via e ouvia pela primeira vez, e não me cansava de observá-lo. Um homem pequeno, cabeça desproporcionalmente grande, braços ágeis e mãos expressivas. Os olhos instilam ternura e ironia a um só tempo. Fez um relato do que a Conferência dos Bispos estava fazendo no Nordeste, insistindo em que a Igreja não se substituía ao Estado. Sua principal preocupação era aproximar pessoas, estabelecer vínculos entre instituições, muitas vezes empenhadas na mesma causa, mas sem se conhecerem. Fez várias referências à minha

---

<sup>2</sup> Remeto o leitor a *O Nordeste e a Saga da Sudene. 1958-1964* (D'AGUIAR, 2009). Nesse livro, que organizei por ocasião do cinquentenário da lei que instituiu a Sudene, publiquei os dois grandes estudos que Celso escreveu no lançamento da Operação Nordeste: *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* e *A Operação Nordeste*, assim como outros textos dele relativos ao período, recortes de imprensa, e uma entrevista de Celso à Revista do Banco do Nordeste, em que fala sobre a autoria do Relatório do GTDN. Cf. também D'Aguiar (2013).

“reconhecida competência”. Estava satisfeito, pois a agitação de ideias que ele havia suscitado em torno da questão nordestina agora dava frutos, assumindo o governo o papel que lhe corresponde.

E, mais adiante:

o que dom Helder tinha em vista, muito provavelmente, era formar uma ideia a meu respeito. Certamente tinha confiança em sua capacidade para julgar as pessoas. Deve ter percebido a paixão que eu punha no que dizia quando falava do descalbro que era a situação do Nordeste, terra onde ele e eu havíamos nascido. A minha era uma paixão contida e disciplinada, como correspondia a alguém que por tantos anos habitara terras estrangeiras. A sala em que estávamos exibia modesto mobiliário de estilo nordestino. Eu começava a sentir grande simpatia por aquele homem franzino, com um traço infantil em seu riso fácil. Era um sacerdote, e eu, um simples racionalista, mas uma atitude ética em face do desvalimento do povo nordestino nos uniu desde aquele momento. Quando me despedi, ele disse: “Você vai necessitar de apoios nessa luta dura contra privilégios e abusos de poder. Pode contar comigo sem reservas”.

Juscelino Kubitschek entregou a Celso Furtado, a partir de 1959, o destino do Nordeste. A Operação Nordeste, logo apelidada pela imprensa de Meta 31, desdobrou-se em dois atos presidenciais: o projeto de lei para a criação da nova agência, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e um decreto criando o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), que, com sede no Recife, implementaria a nova política até a lei ser aprovada. Celso tinha 38 anos, sólida formação intelectual e acadêmica, reconhecida reputação de economista dedicado aos problemas do desenvolvimento. Não pertencia a nenhuma família da elite política nordestina, não era ligado a nenhum grupo influente do país, a

nenhum partido – sequer o comunista, como tantos de sua geração e amigos seus. Não era, como então se dizia, “empistolado”.

Se, de um lado, JK teve, como bom estadista, o tino para escolher seus assessores diretos – e neles confiar –, de outro lado Celso lançou-se de corpo, alma e intelecto na empreitada, movido por seu jeito de quem dá um boi para não entrar na briga mas uma boiada para não sair. Ambos partilhavam um otimismo sobre as possibilidades do Brasil. O de Juscelino, mais ousado (que levou Celso a considerar um grave “improviso” a construção de Brasília sem um planejamento que medisse suas consequências para as contas do país), o de Celso, mais comedido.

Francisco de Oliveira, que tinha pouco mais de 20 anos ao integrar a equipe inicial da Sudene e menos de 30 quando foi superintendente-substituto de Celso, refletiu sobre esse otimismo:

Juscelino comprou ele mesmo; comprou do Celso o otimismo que ele tinha. Conseguiu encontrar uma formulação que o autorizava em seu otimismo, que o autorizava no seu romper fronteiras nunca dantes devassadas na sociedade brasileira. [...] Encontrou em Celso a confirmação de que estava certo. [...] Encontrou a confirmação, por parte de um reputado economista, de que o seu projeto para o Brasil estava certo. E que era preciso levá-lo ao Nordeste, a região mais atrasada. (Francisco de Oliveira *apud* MARIANI, 2006).

A confiança mútua entre os dois deve ter se soldado nos encontros que, diga-se, eram espaçados. Houve vez em que Juscelino, contrariando conveniências políticas, acatou argumento de Celso sobre a inconveniência de deixar primarem interesses partidários sobre técnicos; houve vez em que usineiros inconformados com o projeto de mudança da estrutura agrária da zona canavieira quiseram reduzir os poderes de Celso a meramente consultivos, cabendo os executivos a alguém mais dócil, e o presidente desfez a manobra.

A Operação Nordeste movimentou verbas colossais, requereu criação de dezenas de empresas públicas, convênios, contratações, nomeações, empréstimos no exterior. Tudo isso cumpriu à risca um planejamento, que, além do mais, demandava aprovação pelo Congresso Nacional por meio dos planos diretores. Tanto mais cuidado devia ter Celso no comando da Operação na medida em que articulistas da imprensa do Centro-Sul e opositores ao presidente especulavam se injetar muito dinheiro e meios em região tão pobre não seria estimular práticas antigas e condenáveis de empreguismo, promiscuidade entre patrimônio público e privado, sinecuras dos “industriais da seca”, expressão cunhada pelo romancista Antonio Callado.

O fato é que a Operação Nordeste foi o ponto de partida do período mais produtivo de Celso como homem de ação. Embates não lhe faltaram. Foram anos de muita luta, contra certa elite nordestina avessa a qualquer reforma que acarretasse perda de privilégios, contra políticos da região que emperraram por quase um ano a aprovação da Lei da Sudene no Congresso, contra potentados do latifúndio que enterraram o projeto, modesto porém, de reforma agrária, contra corações e mentes enraizados no atraso que barrava mudanças de estruturas políticas e sociais; contra, também, é bom lembrar, o radicalismo de lideranças que se diziam revolucionárias e miravam, por miopia, no alvo “reformista” da Sudene; contra a direita de sempre e suas surradas acusações de marxismo, leninismo, castrismo.

Anos gratificantes? Penso que sim. Tempos depois, Celso se referia a realizações que deram resultados mais perenes, como o primeiro projeto de irrigação que, sob seu comando, se promoveu no médio São Francisco, embrião do atual polo exportador de Petrolina e Juazeiro em pleno semiárido; ou o amplo programa de formação e capacitação que ele pôs de pé tão logo se instalou no Recife, com a ajuda técnica de organismos internacionais, de seus ex-colegas da Cepal, de professores vindos do exterior, e que se constituiu num

programa de cursos e bolsas de estudos para centenas de jovens nordestinos que se tornaram técnicos em desenvolvimento, em irrigação, agrônomos, economistas, geólogos. Mas, como diria em suas memórias, “tudo tivera de ser disputado palmo a palmo”. E não é possível desviar os olhos da nuvem negra que se abateu sobre o Brasil no dia 31 de março de 1964, quando o golpe militar jogou uma pá de cal na Sudene tal como Celso a idealizara e dirigira, e condenou seu superintendente a abandonar o país.

No fim do ano seguinte, já exilado, Celso Furtado era pesquisador na universidade de Yale, nos Estados Unidos. Convidado a paraninfar a turma da Escola Politécnica da USP, e impossibilitado de comparecer, escreveu uma longa carta aos engenheiros recém-formados. Estava com 46 anos. Em tom que alterna a desilusão e o entusiasmo que o paraninfo acha por bem transmitir aos paraninfados, Celso aponta as marcas dos últimos dez anos da história do país, desde a ascensão de JK até o golpe militar. A rápida industrialização, a expansão do setor produtor de bens de capital, a ampliação da infraestrutura de serviços básicos, a integração do mercado nacional e a urbanização foram mudanças que contribuíram para que o país conhecesse uma onda de otimismo:

*o desenvolvimento industrial veio romper com essas doutrinas quietistas e criou as bases de uma nova atitude voltada para a necessidade de mudança [...]. Um país em rápido desenvolvimento é também uma nação de gente otimista, pois mesmo que os benefícios se concentrem nas mãos de uma minoria, grande é o número daqueles para quem se abrem perspectivas e para quem se criam esperanças. (FURTADO, 1965).*

Se reproduzo trecho desta carta é por considerar que, nela, história e biografia se imbricam. Ao se referir à nação deixando-se levar nas ondas do otimismo, o que “constituía algo novo, e, por que negar,

confortador”, ele se refere não só ao passado recente pré-64 como ao próprio estado de espírito quando se jogou por inteiro na Operação Nordeste, durante os mandatos dos presidentes Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Como se, apesar das pedras no caminho, apesar do funesto desfecho e do subsequente desvirtuamento da Sudene, a nova política de desenvolvimento que ele pôs em prática por seis anos tivesse levado ao Nordeste um sopro de esperança e fortalecido a crença em suas capacidades.

## REFERÊNCIAS

D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

D'AGUIAR, Rosa Freire. **O Nordeste e a saga da Sudene**. 1958-1964. Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2009. (Coleção Arquivos Celso Furtado).

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. Carta aos paraninfados da Escola Politécnica da USP. Yale: (s.n.), 1965. (Manuscrito).

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

LIMA, Marcos Costa; NASCIMENTO, Angela (Org.). **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Recife: Ed. UFPE, 2014.

MARIANI, José. **O longo amanhecer**: cinebiografia de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Andaluz, 2006.

# A Escola Politécnica da Paraíba e a formação do Polo Tecnológico no interior do nordeste

FÁBIO RONALDO DA SILVA  
RAQUEL DA SILVA GUEDES  
ROSILENE DIAS MONTENEGRO

O INÍCIO DA DÉCADA DE 1950, NO BRASIL, foi marcado por intensa discussão sobre o desenvolvimento. Diferentes grupos (empresariais, militantes, intelectuais, dentre outros) debatiam os aspectos políticos, econômicos e sociais do país. Propunham, segundo suas informações, inclinações e filiações políticas e ideológicas, visões e projetos de desenvolvimento. Invariavelmente, essas visões e projetos coincidiam no entendimento de que os problemas socioeconômicos existentes no Brasil decorriam de seu atraso econômico (MONTENEGRO, 2001, p. 122). As divergências, contudo, se apresentavam no tocante às propostas de crescimento econômico. Os grupos que se afinavam com a orientação liberal defendiam o desenvolvimento de alguns setores e políticas macroeconômicas segundo a orientação dos países industrializados. Os que se afinavam com as experiências intervencionistas, à época em curso, propunham uma política de industrialização acelerada de todos os setores econômicos, formulando-se assim o projeto desenvolvimentista. O debate que ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo – que costumamos

chamar de *nacional* pela importância e pelo papel determinante dos grupos dirigentes desses dois estados na orientação político-econômica – repercutia fortemente na cidade de Campina Grande, situada no estado da Paraíba.

Campina Grande tem uma história singular, comparada às demais cidades do interior do país e, particularmente, às do interior da região Nordeste. Privilegiada pela sua localização geográfica entre a capital e as demais cidades do interior do estado da Paraíba, começou, em fins do século XIX, a receber os tropeiros que, comerciando produtos entre a capital, João Pessoa, e o sertão, passaram a abastecer e, assim, a dinamizar o comércio dessa cidade, ao mesmo tempo em que nela se desenvolviam condições de apoio a esses mesmos tropeiros. Na primeira metade do século XX e, mais especificamente, na década de 1940, a cidade de Campina Grande transformou-se no segundo maior e mais importante comércio algodoeiro do mundo, tendo a sua frente a cidade de Liverpool, na Inglaterra. A urbe enriquecera e seu comércio era vigoroso, atraindo investidores, empresários, banqueiros, dentre outros grupos sociais interessados em realizar negócios, muitas vezes se estabelecendo em Campina Grande.

Nesse contexto, surgiram na cidade dirigentes com diferentes – e muitas vezes adversos – interesses e visões de política, de desenvolvimento, de sociedade e de cultura, reproduzindo, no âmbito local, o debate político-econômico do então centro político do país. Os grupos dirigentes estavam, portanto, antenados e atualizados com o debate nacional e, também, com os interesses relativos ao comércio algodoeiro em nível mundial.

Percebendo o fim do período auge do comércio algodoeiro (entre os anos de 1910 a 1960), membros das elites campinenses (empresários, políticos, profissionais liberais, intelectuais) buscaram soluções à ampliação do desenvolvimento econômico do município. É nesse momento da história de Campina Grande que surge um grupo de pessoas que idealizariam e realizariam os empreendimentos que

seriam a base do desenvolvimento dessa cidade, não somente nos anos 1950, mas para os próximos cinquenta anos. Desse grupo, que chamaremos grupo dirigente, representaram os interesses da educação e tecnologia as seguintes pessoas: Antônio da Silva Morais<sup>1</sup>, José Marques de Almeida Júnior<sup>2</sup>, Edvaldo de Souza do Ó<sup>3</sup> (que se revelaria um dos maiores empreendedores da história de Campina Grande) e José Lopes de Andrade<sup>4</sup>, que foram os fundadores da Escola Politécnica da Paraíba. Pouco depois, esse grupo foi ampliado pela inclusão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque<sup>5</sup> e José Stênio Lucena Lopes<sup>6</sup>. Uma das principais e conhecidas iniciativas desse grupo dirigente foi a criação da Escola Politécnica da Paraíba, instituição que contribui, dentre outros, para a consolidação do ensino superior na cidade.

## ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA: PRIMEIROS PASSOS PARA A FORMAÇÃO DE UM *PÓLO HIGH TECH*

A primeira instituição de ensino superior em Campina Grande foi criada em 1952, sob o nome de Escola Politécnica, na qual se oferecia o curso de Engenharia Civil. Após a criação da primeira

<sup>1</sup> Pernambucano, chefe do Laboratório de Análises Minerais. Foi um dos fundadores e primeiro diretor da Escola Politécnica da Paraíba.

<sup>2</sup> Paraibano, engenheiro técnico do Laboratório de Produção Mineral. Um dos idealizadores da Escola Politécnica da Paraíba.

<sup>3</sup> Natural de Campina Grande, nasceu em uma família de tradição algodoeira. Estudioso, foi secretário da educação, além de ajudar na fundação e manutenção da Escola Politécnica da Paraíba.

<sup>4</sup> Paraibano, secretário de viagens e obras do estado, além de idealizador, fundador e professor da Escola Politécnica da Paraíba.

<sup>5</sup> Paraibano, em 1957 foi convidado por Antônio Morais para ministrar a cadeira de concreto armado e estabilidade das construções na Escola Politécnica e posteriormente foi eleito diretor da mesma instituição, sendo responsável direto pela ampliação dela.

<sup>6</sup> Cearense, foi diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, ajudando na construção da Escola Politécnica da Paraíba.

instituição de ensino superior na cidade, outras foram surgindo, a exemplo da Faculdade de Filosofia de Campina Grande, criada em 24 de abril de 1954; a Universidade da Paraíba, criada em 02 de dezembro de 1955; e a Faculdade de Ciência Econômica, criada em 1957. De acordo com Lima (2010) a criação da Politécnica, cujo projeto inicial envolvia as elites da região, bem como as empresas multinacionais instaladas na cidade, representou a culminância de um processo de discussão que teve a participação de técnicos, políticos e empresários. Esse é o contexto em que a cidade surge como um forte polo de disseminação científico-cultural da Paraíba.

A Escola Politécnica da Paraíba foi a primeira instituição de ensino superior do município de Campina Grande a alcançar a consolidação de seu projeto educacional. Criada pela Lei 792, de 6 de outubro de 1952, e sancionada pelo então governador da Paraíba, José Américo de Almeida (1951-1956), atendendo à reivindicação de um grupo de cidadãos campinenses, representados pelo grupo dirigente mencionado. Foi esse grupo que sonhou, idealizou e projetou para Campina Grande uma instituição de ensino superior na área tecnológica que iniciaria com o curso de Engenharia Civil.

O trecho do discurso abaixo foi pronunciado por Antônio da Silva Moraes, fundador e primeiro diretor da Escola Politécnica, quando da visita que o Governador José Américo fez à cidade de Campina Grande, em 6 de outubro de 1952, para a assinatura do ato de criação da Escola Politécnica da Paraíba:

Exmo. Sr. Dr. José Américo de Almeida, M.D. Governador do Estado, Exmas. Autoridades.

**Muito se tem falado até hoje sobre o quase assombroso desenvolvimento de Campina Grande. A sua fama sob o ponto de vista comercial ultrapassou não só as fronteiras do nosso Estado como as fronteiras do nosso país. Não é nosso propósito entrar em detalhes sobre as razões que levaram-na a tão alto grau**

de expansão, mas, o que é certo é que temos aqui uma cidade como poucas cidades do interior, sem preconceitos e sobretudo sem dono, maior sintoma de democracia.

Mas, ao par daqueles comentários elogiosos, havia sempre uma velada crítica ao seu desenvolvimento intelectual.

Não, não nos sentimos chocados por isso, a verdade não nos diminuía, ao contrário éramos os primeiros a reconhecer que o progresso material desta zona avançou desproporcionalmente ao progresso de sua cultura; finalmente comércio e indústria podem surgir de um dia para outro enquanto que cultura exige estudo, meditação, conseqüentemente tempo. (TORRES, 2006, p. 35. Grifo nosso).

O trecho por nós grifado marca o aspecto para o qual chamamos a atenção do leitor: a referência sobre o desenvolvimento da cidade, uma referência frequente nas memórias do município e nos jornais locais desse período. A Escola Politécnica da Paraíba nos possibilita conhecer as ideias e símbolos caros à sociedade campinense e por ela mobilizados para manter vivo o imaginário social local. Existe, desde fins do século XIX, a construção de um imaginário social que liga a cidade à ideia de progresso econômico. Ideia essa, senão realidade objetivada, anseio e sonho da população local. A chegada do trem à cidade em 1907, o crescimento do comércio de algodão e o *boom* vivido por esse setor comercial na década de 1940, elevaram a economia algodoeira a um patamar antes desconhecido e com ela as demais atividades comerciais, incluindo-se, também a atividade financeira. Esses acontecimentos resultaram em vigoroso crescimento econômico da urbe.

[...] quando nós chegamos a Campina Grande, [...] comentávamos sobre a estrutura da cidade, a verdadeira garra do povo paraibano, do povo campinense para com as coisas. E começamos a pensar o que vamos fazer? Pensávamos

em algo que pudesse caracterizar a nossa passagem por aqui, possivelmente seria o setor da educação. Então decidimos fazer alguma coisa pela educação. Comentando sobre esses assuntos, a gente discutiu um bocado de coisa, até que um dia surgiu a ideia de montar, em Campina Grande, uma área de estudos da tecnologia no sentido da Engenharia. Essa engenharia inicialmente era Civil que era o mais comum, depois vieram outras engenharias e daí propriamente nasceu a ideia de criação da Escola de Engenharia de Campina Grande que foi denominada, posteriormente, de Escola Politécnica da Paraíba. (MORAIS, 2004).

O depoimento acima mostra um pouco como aqueles que iniciaram a implantação do ensino superior na cidade de Campina Grande, no início da década de 1950, desejavam que, não só a cidade, mas o estado da Paraíba fosse beneficiado com um ensino de qualidade, transformando esse ideal em realidade. Esse grupo de fundadores conseguiu implantar uma política de ensino, em que a Escola Politécnica, desde sua fundação, se caracteriza pelo ensino de referência, por associar qualidade ao ensino científico e tecnológico.

De acordo com José Stênio Lopes (1989), a implantação do ensino superior em Campina Grande era uma aspiração idealizada por muitos na década de cinquenta do século passado, ou mesmo em datas que antecederam essa década. Para se tornar realidade, muitos obstáculos tiveram que ser vencidos. Um dos principais motivos para a implementação de uma escola de nível superior na cidade foi atender aos estudantes campinenses e da região que desejavam adquirir uma formação escolar e profissional em nível superior, mas para isso precisavam se deslocar para outros estados ou regiões para fazer graduação ou para seguir carreira universitária. A essa justificativa presente nos relatos dos fundadores da Escola Politécnica soma-se, também, a necessidade das elites campinenses em criar lugares de atuação profissional e trabalho para os seus filhos.

Na cidade, as opções para a colocação profissional para as elites se limitavam praticamente ao comércio e a política. De modo que os poucos profissionais liberais da cidade ocupavam as também poucas colocações de emprego e atuação profissional nas áreas da saúde, ciências jurídicas e ensino, as quais eram cada vez mais demandadas, apresentando carência de profissionais para atender essas demandas.

A conjuntura política no Estado da Paraíba era bastante favorável à criação de instituições de ensino superior. O governador do Estado (1951-1956), escritor e também político José Américo de Almeida, incentivou e apoiou a criação de instituições de ensino superior. Projeto que se constituía numa das marcas de sua atuação no governo. Todavia, a mesquinhez das disputas políticas entre as elites da capital paraibana, João Pessoa, e a cidade de Campina Grande, polo comercial algodoeiro, tendia a apequenar as propostas tocantes à educação. Em entrevista com os fundadores da Escola Politécnica foram taxativos os relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelo grupo fundador dessa instituição. O engenheiro químico, fundador e professor da Escola Politécnica, José Marques de Almeida Júnior, recordando as discussões, tensões e dificuldades para a criação da primeira instituição de ensino superior em Campina Grande com projeto de formação na área técnica, em particular, de engenheiros, afirma que

o general Oliveira Leite queria um curso [em nível] médio em Campina Grande. Desse modo argumentei que um curso médio já existia no Senai e o que queríamos era uma Escola [em nível] Superior. Ele se opôs por que batalhava a criação desta mesma Escola em João Pessoa. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

O caminho empreendido pelos fundadores foi árduo, todavia bem estruturado. Os fundadores da Escola Politécnica conseguiram transformar a ideia inicial de criação de uma escola de nível

superior em projeto consistente, convincente e pertinente de uma escola de caráter técnico-científico para a formação de graduados em Engenharia Civil, que, segundo Edvaldo de Souza do Ó, era uma proposta do governador José Américo de Almeida.

Os argumentos foram seguros e unânimes, passando-se logo a outra sugestão, que foi a da criação de uma Escola Politécnica, começando com o curso de Engenharia Civil. Aceita unanimemente essa ideia, designou-se uma comissão constituída dos senhores José Marques de Almeida Jr., Giuseppe Góia, Austro de França Costa e Antônio da Silva Morais, para posteriormente se reunirem e redigirem um convite a todos os técnicos do Estado, solicitando-lhes a presença a uma reunião, em que o assunto fosse mais largamente debatido. (DO Ó, 1994, p. 25).

Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo, ex-professor e pioneiro da Politécnica, também relata como foi o processo de criação da Escola em Campina Grande e as dificuldades advindas da capital para que a instituição não fosse criada em uma cidade do interior.

Escola Politécnica resultou de uma conversa entre um pessoal de Campina Grande com o governador José Américo de Almeida, da qual houve o entendimento prévio, mas havia uma disputa muito grande com João Pessoa. Havia um general que queria ser o chefe e achava que Campina Grande não era digna de ter uma Escola de Engenharia, desejando que esta fosse criada em João Pessoa. Naquele tempo, existiam diversos órgãos filiados a Engenharia de Produção Mineral que funcionavam realmente. Hoje, o Brasil é um caos, não tem mais uma organização das carreiras de Engenharia. Antigamente havia uma densidade relativa de técnicos em Campina Grande e, por conta disso, era perfeitamente viável a criação de uma Escola Politécnica, bem como a criação de uma Escola de Economia. Nessa época, existia muito despeito de João Pessoa com Campina Grande, tudo que era para Campina Grande era difícil, mas José Américo comprometeu-se e cumpriu. (MELO, 2004).

Os debates para a criação da Escola Politécnica prosseguiram até que, em 6 de outubro de 1952, em reunião, presidida pelo General Oliveira Leite, com técnicos, realizada na Associação Comercial de Campina Grande e, mesmo com a criação da instituição em 1952, seu funcionamento só foi autorizado em 14 de julho de 1953, através do Decreto Federal de número 33.286, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas. Como nos fala o ex-diretor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a Escola Politécnica

foi criada em [19]52, mas só teve vestibular em [19]54, quer dizer a primeira turma entrou, foram nove alunos que entraram no começo de [19]54. Muitos professores que tinham assinado como possíveis titulares de disciplinas eram pessoas que moravam em João Pessoa e depois não demonstraram maior interesse, até porque os salários eram muito baixos. (ALBUQUERQUE, 2005).

O primeiro vestibular da Politécnica ocorreu em 1954, e o reconhecimento do curso, em outubro de 1958. Ainda neste último ano, se formou a primeira turma de engenheiros dessa Escola. De acordo com o relato do ex-diretor da Politécnica, Antônio da Silva Morais, cujo mandato foi do período de 1953 a 1963, o primeiro vestibular foi bastante concorrido, havendo 26 inscritos.

Ainda de acordo com Morais (2004), muitas vezes por se tratar de uma escola de ensino superior que estava instalada em uma cidade do interior fazia com que as pessoas interessadas em estudar na Politécnica acreditassem que os professores não exigiriam muito dos alunos e que fazer um curso de engenharia nessa instituição seria fácil.

O pessoal vinha enganado, pelo fato de se tratar de uma Escola de Engenharia, uma escola superior, numa cidade do interior, de um estado pequeno e pobre, como é o nosso. Eles vinham enganados, chegavam aqui pensando que encon-

travam as portas abertas para entrar e para sair e não tinha outras dificuldades. Quando chegavam aqui e sentiam o peso da nossa responsabilidade, do nosso comportamento, dos nossos trabalhos eles sentiam isso e se retraíam um pouco e ficavam respeitando. Isso era importante porque nos proporcionava mais crédito. (MORAIS, 2004).

Edson da Costa Pereira, ex-aluno da Escola Politécnica, em seu depoimento, nos ajuda a entender um pouco sobre a importância, naquela época, de se estudar em uma escola de engenharia como a Politécnica. Morando na capital da Paraíba, Edson tinha a possibilidade de estudar engenharia em João Pessoa, mas escolheu fazer sua graduação na Politécnica, em Campina Grande.

Minha opção por Campina Grande decididamente foi pela eficiência da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, ela estava bem mais consolidada do que a então Escola de Engenharia de João Pessoa. Fui atraído pela facilidade com que na época os engenheiros que se formavam na Escola Politécnica eram procurados por órgãos públicos e privados em todo Brasil. Quando fiz vestibular, a Escola Politécnica funcionava precariamente no prédio do Grupo Escolar Solon de Lucena, que seria depois a reitoria da Universidade Regional do Nordeste. Fiz parte da primeira turma que faria seu primeiro ano de Engenharia já no novo prédio da Escola Politécnica, que era um dos monumentos arquitetônicos mais importantes do interior do Nordeste. Com relação ao curso, foi entusiasmante.

Lembro com saudade dos professores, que não tinham uma formação pedagógica, digamos assim, um preparo para o ensino universitário, mas nas condições atuais faziam milagres, eram pessoas convocadas do Dnocs, do DNER, e de outros órgãos públicos da área técnica que faziam o sacrifício de vir dar aula em Campina Grande. Muitos até não recebiam salário, ou recebiam quando Deus dava bom tempo e quando a Escola Politécnica podia pagar, mas eram verdadeiros

abnegados. Nós estávamos fazendo um curso de Engenharia, ensinados por engenheiros que exerciam a profissão em suas respectivas funções, pessoas que nos transmitiam não só a teoria, mas também sua profunda experiência prática, embora tivéssemos professores de outras áreas: de Economia, de Direito, mas os professores de Engenharia se destacavam pelo entusiasmo de ver em seu Estado no interior do Nordeste, ou melhor, se verem fazendo parte de uma equipe que estava construindo um grande centro universitário, que se tornou a Escola Politécnica da Paraíba. (PEREIRA, 2004).

Sob a direção do Engenheiro e Professor Antônio da Silva Morais, a instalação da Escola Politécnica na cidade foi um problema, como podemos ver no depoimento que ele concedeu em 2004.

Agora eu ficava com aquela preocupação, aqui em Campina Grande ainda não tinha uma escola superior e a primeira que tinha ia se instalar em uma escola. Isso repercutia, era meio incômoda essa acomodação. Fiquei pensando onde encontrar um local para, posteriormente, a Escola se instalar. [...] [Mas queria] evitar ficar naquele ambiente de curso secundário, porque o pessoal dizia “saiu os alunos do curso secundário e agora vão sair os outros”, não diziam nem que eram [os de] Engenharia da Escola Politécnica [...]. (MORAIS, 2004).

Apenas em 1961 a Escola Politécnica da Paraíba foi transferida para o bairro de Bodocongó, onde foi construída sua sede definitiva, local onde permanece até os dias atuais, agora como Universidade Federal de Campina Grande.

O período de criação e implantação da Escola Politécnica foi marcado pelas grandes dificuldades, muitos obstáculos e, na mesma proporção, determinação, como vimos anteriormente no relato do ex-aluno Edson Roberto e como podemos ver na entrevista feita com o ex-diretor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que esteve à frente da Politécnica no período de 1964 a 1971.

Eu era ambicioso, com a Escola Politécnica eu era ambicioso. Eu queria fazer da “escolinha de Campina Grande” como era chamada pelos cearenses e pernambucanos, uma escola. Uma escola que fosse respeitada, que tivesse conceito, que tivesse qualidade, que tivesse professor qualificado, que tivesse pesquisa, tivesse tecnologia, tivesse relação com indústria. Esse era meu sonho, era um sonho maluco e, na época, a Escola Politécnica era uma escola medíocre formada por engenheiros pegados no meio da rua, tudo engenheiro civil, pegados no meio da rua pra ensinar tudo quanto era matéria... inclusive eu. (ALBUQUERQUE, 2005).

Mas ao longo de sua gestão como diretor da Politécnica, o professor Lynaldo Cavalcanti conseguiu grande feitos, como ele mesmo afirma na entrevista a Domingues Neto:

eu sempre fui uma pessoa muito humilde e modesta, mas eu acho que realmente é uma verdadeira odisséia, né? Porque você em sete anos tirar a Escola Politécnica da condição de escolinha de Campina Grande, que era um pouco... uma terminologia que o pessoal usava assim um pouco como quem está debochando, para ser a primeira instituição do Nordeste que teve um centro de processamento de dados com computador IBM 1130, para ser a primeira instituição do Norte e Nordeste que teve pós-graduação de Engenharia, para ser o principal núcleo de cooperação internacional do Nordeste, um dos maiores do Brasil, para ter um corpo docente inclusive com muita gente qualificada para a época, né? Quer dizer, então engenharia você tinha alguns poucos núcleos, era o próprio Ita, a Coppe, Santa Catarina, na maioria dos centros de engenharia predominava o tempo parcial, né? E gente que talvez tivesse uma tradição, um nome, uma ação profissional, mas não tinha qualificação em nível de pós-graduação, *stricto sensu*, então, acho que, para mim foi altamente gratificante. (ALBUQUERQUE, 2005).

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, uma das principais personalidades da política científica e tecnológica do século XX, compôs

com destaque o grupo dirigente no quesito idealizador e empreendedor. Ao assumir a direção da Escola Politécnica em 1964, em substituição a Antônio da Silva Morais, empreendeu um conjunto de iniciativas que levou essa instituição à excelência. Criou novos cursos de graduação, cursos de especialização e de pós-graduação em nível de mestrado. Sendo sua mais decisiva contribuição à Politécnica e região a aquisição do primeiro computador da região Norte-Nordeste, em 1967. Campina Grande possuía um dos cinco computadores existentes em todo o Brasil. Foi uma grande ousadia a compra do IBM 1130, tendo para isso enfrentado a oposição do reitor da Universidade Federal da Paraíba de então, Guillard Martins.

A aquisição do IBM 1130 significou para a Escola Politécnica o desafio de estar na mesma condição que as principais instituições de ensino e pesquisa do Brasil na época. O desafio era o mesmo: conhecer aquela área de conhecimento que estava se formando nos países mais desenvolvidos, produzir conhecimentos que mais tarde se constituiriam no curso de Ciência da Computação. O investimento em capacitação dos docentes da Politécnica em mestrado e doutorado nos centros de excelência do Brasil, Estados Unidos e Europa foi fundamental para que os cursos de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação contribuíssem para Campina Grande se tornar, a partir dos anos 1980, uma referência em tecnologia e produção de software, chegando a ganhar a alcunha de cidade *high tech*, ou seja, cidade em que existe e se produz alta tecnologia, ou tecnologia de ponta.

Segundo Adalberto Machado Moita (2004), engenheiro civil formado pela Politécnica, a escola era como uma segunda casa, principalmente para aqueles que eram de outros estados: “Dr. Antonio Morais mantinha a Escola aberta, praticamente, vinte e quatro horas por dia, inclusive aos sábados e domingos”. Ainda de acordo com o depoente, cerca de noventa por cento dos alunos que compunham

o quadro discente não era natural de Campina Grande ou mesmo da Paraíba, mas sim, de outros estados.

A clientela da Escola Politécnica da Paraíba não se resumia a Campina Grande e estendia seus ensinamentos para diversos outros estados, tinha muito aluno da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Isso representava um percentual bastante alto no total dos alunos. Como esse pessoal não tinha vínculos familiares com ninguém em Campina Grande, a gente fazia da Escola a nossa casa. Nós morávamos numa pensão qualquer e passava o tempo todo na Escola, ou assistindo aula, ou estudando, ou simplesmente batendo papo. A Escola era pequena, tinha poucos alunos e a gente ficava ali como uma família. Então aquilo dava à gente um prazer enorme porque ali era para a gente um ponto de encontro. (MOITA, 2004).

Maria de Jesus Castro Lucena, ex-funcionária e também pioneira da instituição, tendo exercido funções de apoio à secretaria da direção da Politécnica, relata um pouco como, em momentos de criação de novo curso, os funcionários tinham que trabalhar mais para atender as exigências.

Era trabalho... a gente ia de manhã, de tarde, e muitas vezes à noite. Agora, Lynaldo [Cavalcanti] do lado. Pra criar um curso, ave Maria! A gente trabalhava muito. A gente saía de lá quatro horas da manhã. Doutor Lynaldo ficava assim... até meia noite, onze horas por aí, redigindo. Naquele tempo não tinha computador, era tudo na máquina. Olhe, trabalhamos muito, viu? (LUCENA, 2004).

Podemos inferir que o malabarismo empreendido pelos fundadores obteve êxito, em sua tentativa de manter a proposta de uma escola técnica de nível superior, com a criação de um curso de En-

genharia Civil e a realização do ideal de progresso que desejavam para a cidade de Campina Grande.

O município estava crescendo com a criação e instalação de várias empresas e a preocupação na formação dos estudantes de engenharia da Politécnica era algo latente entre a direção e os professores da Politécnica, como afirma José Stênio Lopes, ex-professor dessa instituição.

Luis Ernesto de Oliveira Júnior, que era da Coppe do Rio de Janeiro, veio visitar a Escola. Então conheceu tudo e disse uma frase a Lynaldo muito significativa: se vocês quiserem ter uma Escola de Engenharia igual às outras aqui do Nordeste vocês continuem. Está muito bom, estou gostando de tudo. Mas se vocês quiserem inovar, fazer alguma coisa diferente, então vocês têm que mudar esse rumo. E disse logo a Lynaldo: “vocês têm que contratar professores de tempo integral”, porque não havia tempo integral na Politécnica, todo mundo tinha ocupações fora. Era preciso contratar professores em regime de tempo integral, para ensinar as matérias básicas: química, física, matemática, laboratório, tudo isso, e fazer um núcleo de estudos mais profundos, e não só com essa superficialidade de preparar um engenheiro civil. Lynaldo começou a contratar professores em tempo integral. (LOPES, 2004).

É possível afirmar que o imaginário identitário da cidade de Campina Grande como o lugar do progresso e da prosperidade ajudava no favorecimento de um ambiente propício e bastante receptivo às ideias desenvolvimentistas do governo JK. Um governo que propagava a visão desenvolvimentista e a necessidade da sociedade brasileira consolidar as práticas democráticas e angariava simpatias pelas promessas dos resultados das ações desenvolvimentistas empreendidas. Era, pois, um ambiente, um clima de discussão de ideais e projeção de prosperidade para o país.

No debate era predominante a visão da industrialização como saída e resposta aos problemas. Nesse período foram criadas, em praticamente todos os estados da federação, instituições de estudo, planejamento, empreendimento de ações voltadas para o desenvolvimento (então entendido como crescimento econômico): a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (Fundact), a Companhia Municipal de Desenvolvimento (Comude), a empresa de saneamento de Campina Grande, chamada Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (Sanesa), o Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial (Fagrín). Também foram iniciativas desse grupo dirigente a criação da Faculdade de Medicina de Campina Grande (1965) e, particularmente de Edvaldo de Souza do Ó, a criação do Museu de Arte Assis Chateaubriand (1967), a Universidade Regional do Nordeste – Furne (1968).

Campina Grande é, desde os anos 1980, polo educacional no estado da Paraíba e, desde os anos 2000, polo educacional na região Nordeste. Estudantes de toda a Paraíba, de estados do Nordeste e de outras regiões do país têm vindo estudar na Serra da Borborema, atraídos pela variedade e qualidade de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação. Muitos desses cursos são reconhecidos pelas instituições avaliadoras nacionais e internacionais como referências e/ou excelência na qualidade da formação de estudantes. Para isso, contribuem de forma fundamental três grandes e importantes instituições públicas de ensino superior na cidade: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Além da UFCG, UEPB, e IFPB, existem na cidade catorze instituições privadas de ensino superior; 72 instituições de ensino médio, sendo 21 escolas privadas; 596 instituições de ensino fundamental, sendo 125 escolas privadas. As políticas governamentais para o ensino superior contribuíram enormemente para a expansão e fortalecimento do ensino superior privado. Mas, para a expansão

das instituições de ensino em Campina Grande, foi igualmente fundamental existir nessa cidade uma tradição. Construída ao longo de décadas, essa tradição tem uma história que envolve pessoas, grupos dirigentes, instituições e que fazem de Campina Grande não somente cidade *high tech* – cidade que produz alta tecnologia ou tecnologia de ponta, mas também polo educacional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. Escola Politécnica da Paraíba. Brasília, 15 ago. 2005. Depoimento Oral.

ALMEIDA JÚNIOR, José Marques de Almeida. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 25 set. 2004. Depoimento Oral.

DO Ó, Edvaldo de Sousa. História da Universidade Regional do Nordeste. In: JOSÉ JÚNIOR, Luiz; CARTAXO, Marcos. **Universidade Regional do Nordeste**. [João Pessoa?]: Governo do Estado da Paraíba, 1994.

LIMA, Damião de. Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense. In: LIMA, Damião *et. al.* **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande, Marcone, 1999.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**; Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LOPES, José Stênio. **Campina: luzes e sombra**. Campina Grande: Tecnal, 1989.

LOPES, José Stênio. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 06 set. 2004. Depoimento Oral.

LUCENA, Maria de Jesus Castro. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 06 set. 2004. Depoimento Oral.

MELO, Antônio Idelfonso de Albuquerque. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 25 ago. 2004. Depoimento Oral.

MOITA, Adalberto Machado. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 12 abr. 2004. Depoimento Oral.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek**: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno. 2001. 448 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MORAIS, Antônio Melo. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 01 fev. 2004. Depoimento Oral.

PEREIRA, Edson da Costa. Escola Politécnica da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande, 01 mar. 2004. Depoimento Oral.

TORRES, José Valmi Oliveira. **A construção do imaginário de modernidade em Campina Grande nas matérias publicadas pelo Diário da Borborema**. Monografia, Unidade Acadêmica de História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

# PADRE IBIAPINA NO CARIRI PARAIBANO: modelo de cristianismo social<sup>1</sup>

JOÃO JORGE RIETVELD

DIARIAMENTE ESTAMOS SENDO CONFRONTADOS com problemas sociais em nível local, estadual, nacional e internacional. Procuramos nos posicionar e até tentamos desenvolver soluções. A nossa focalização no hoje e amanhã, porém, corre o perigo de esquecer o passado. O orador latino Marcus Tullius Cícero (106 – 43 a. C.) já sabia: *História magistra vitae est*. Esta frase foi retomada pelo Papa João XXIII, doutor em história da Igreja, no seu discurso de abertura do Concílio Vaticano II. Infelizmente a história da Igreja não é uma disciplina destacada, muito menos ainda quando se trata do nível regional. No meio popular o conhecimento da história eclesial se limita principalmente a devoções por santos de tempos remotos e países distantes.

Mas a história da Igreja Católica esconde grandes “botijas”, como diz o povo do interior, também em relação à questão social. Para

---

<sup>1</sup> Este texto é uma reprodução, com poucas revisões, do artigo que consta na **Revista Tarairiú** (v.1., n. 12, p. 301-316, ago. 2016. Quadros e imagens omitidos nesta edição podem ser consultados na versão original disponível em: [http://mhn.uepb.edu.br/revista\\_tarairiu/n12/art9.pdf](http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n12/art9.pdf).

descobri-las não precisamos recorrer às grandes pregações sociais de João Crisóstomo, do século IV. Com Antônio de Montesinos e Bartolomeu de las Casas, do século XVI, já estamos mais perto de casa. Também no centro da região mais seca do Brasil, no Planalto da Borborema, nos Cariris Velhos, temos um exemplo, perto de nós: padre José Antônio Maria Pereira Ibiapina, missionário do século XIX. Nos seus trabalhos missionários, o adágio de São Bento, “*ora et labora*”, se veste com trajes caririzeiros. O sociólogo nordestino Gilberto Freyre já escreveu em 1936: “do ponto de vista do catolicismo ou do cristianismo social, Ibiapina foi, talvez, a maior figura da Igreja no Brasil” (FREYRE, 2003, 84). Ele se referia não somente à obra de Ibiapina em si, mas também a sua metodologia: mobilizar a população, tanto os pobres como os ricos, para resolver os problemas com as próprias mãos e administrar as obras dentro da cultura existente e não a partir de modelos europeus. Papa Francisco qualificaria padre Ibiapina, nesse sentido, como um evangelizador com cheiro de ovelha (EG 24).

No final de maio de 2016, os restos mortais de padre José Antônio Maria Ibiapina foram exumados no santuário de Santa Fé, situado entre as cidades de Solânea e Arara, no estado da Paraíba, por membros da Congregação para as Causas dos Santos, de Roma. Padre Ibiapina passou os últimos oito anos de sua vida na Casa de Caridade do atual santuário e foi sepultado no oitão da capela. A exumação alimentou as esperanças de que o processo de canonização desse “servo de Deus” não morreu nas gavetas de um birô, nos escritórios do Vaticano. Motivo a mais para mobilizar todos os que pesquisam esse homem e completar aspectos de sua vida que ainda merecem mais atenção.

Este artigo fala de dois elementos dos seus primeiros sete anos de missionário, chamados por mim os “anos escondidos”: a sua opção pelo interior e o tempo de que ele necessitou para preparar seu projeto das Casas de Caridade.

## LIVROS DE BATISMO

Podemos estudar a história da Igreja Católica no Cariri a partir de várias fontes oficiais como documentos governamentais, biografias de figuras eclesiásticas de maior relevância<sup>2</sup>, pesquisas de historiadores de renome ou deduções a partir de outros documentos. Mas existe um método pouco usado. As paróquias guardam seus livros: de batismo, de casamento, de óbito e de tombo. Muitas vezes são mal preservados e de difícil leitura. Não estão à disposição de outras pessoas, com raras exceções para pesquisas genealógicas. Padres, porém, têm livre acesso. Além disso, eles conhecem tradições orais por causa de seus contatos pastorais. O padre do interior na sua vasta paróquia faz inúmeras visitas a capelas e doentes. Seu trabalho não é limitado a um escritório e ele conhece bem “o campo”.

Neste artigo usarei a minha experiência de trinta anos de trabalho pastoral nos vários lugares do Cariri paraibano.<sup>3</sup> Além disso, consultei os livros de batismo e de casamento de diversas paróquias no período de 1853 até 1875, tempo em que padre Ibiapina andava perambulando. Uso os livros das paróquias de Nossa Senhora dos Milagres, de São João do Cariri; e de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras. Essas paróquias possuem livros de batismos quase completos. Consultei também os livros da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande (que somente existem a partir de 1873); da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Areia (livros quase completos); e da paróquia de Santana de Alagoa Nova (livros somente de 1862-1865) para obter informações

---

<sup>2</sup> Existem biografias de figuras que marcaram sua época como padre Mestre Rolim, padre Ibiapina, Dom Aduacto, Dom Perdigão, frei Caetano de Messina e frei Herculano entre outros.

<sup>3</sup> Trabalhei desde janeiro de 1986 em: Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Santo André, Tenório, Juazeirinho, Cabaceiras e São Domingos.

complementares. Estes últimos três quase não tinham informações a respeito de Ibiapina.

## TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Que material os estudiosos têm a sua disposição? Padre José Floren conseguiu copiar o periódico *A voz da religião do Cariry*, fundado por Ibiapina com uma existência de somente uns dois anos e com material do tempo dele. Padre José Paulino Duarte da Silva publicou, em 1915, uma biografia a partir do material que encontrou na Casa de Caridade de Santa Fé, sob o título *O padre Ibiapina*. Eduardo Hoornaert recebeu um manuscrito em 1963, publicado em 2006, sob o título *Crônica das Casas de Caridade*, indicado por ele como um dos textos mais importantes da história nordestina. É um manuscrito escrito por três cronistas: um doutor do Cariri, o beato Aurélio e irmã Vitória. Foi reeditado, com um aparato crítico, por padre Ernando Luiz Teixeira de Carvalho sob o título *A missão Ibiapina* em 2008.

Baseados nesse material, outros começaram a escrever suas biografias e estudos. O primeiro foi Celso Mariz: *Ibiapina: um apóstolo do Nordeste*. Padre Francisco Sadoc de Araújo escreveu *Padre Ibiapina, peregrino da caridade*, o estudo mais recente e completo. Já foram feitos muitos trabalhos universitários em nível de doutorado, mestrado e bacharelado, cada um com seu enfoque especial. Houve artigos na *Revista Eclesiástica Brasileira*, escritos pelo historiador Gilberto Vilar de Carvalho, padre Ernando Luiz Teixeira de Carvalho e Eduardo Hoornaert. Muito significativo também foi que padre José Comblin, escritor profícuo, escreveu uma das suas últimas publicações sobre Ibiapina. Ele foi sepultado ao seu lado, em Santa Fé, em 2011. O homem que foi esquecido debaixo da poeira da história e que foi

chamado até de um “santo inútil” hoje se encontra novamente no centro das atenções.

José Antônio Pereira Ibiapina nasceu no dia 5 de agosto de 1806 na fazenda Olho d’Água, em Sobral, no Ceará, terceiro filho de oito, do professor Francisco Miguel Pereira Ibiapina e Tereza de Jesus. Perdeu sua mãe em 1823, e seu pai e um irmão na chamada “Confederação de Equador” em 1824. Ibiapina ingressou duas vezes no seminário de Olinda-Recife, mas saiu por causa de problemas dentro da instituição e por questões familiares. Tornou-se bacharel em Direito na faculdade de Recife em 1832. Reconhecido como aluno excelente, tornou-se professor na mesma instituição, depois juiz de paz e chefe de polícia em Quixeramobim. Foi deputado federal no Rio de Janeiro e advogado em Areia e Recife. Apesar de ser um profissional conceituado, abandonou a advocacia em 1850. Durante três anos se retirou da vida pública: rezava, meditava, estudava e lia as Sagradas Escrituras. Foi convidado a ser padre através de um amigo e ordenado um mês depois em 1853, fato extraordinário, por Dom João de Purificação.<sup>4</sup> Sua primeira nomeação foi de vigário geral da diocese de Olinda-Recife. Em 1854 recebeu uma nova nomeação para ensinar no seminário Eloquência Sagrada e acompanhar a reabertura da instituição e a restauração do prédio. Em 1855 iniciou as aulas, porém ensinando outras disciplinas: História Sagrada e História Eclesial.

1855 foi o ano em que a cólera começou a dizimar a população do interior. Os clamores chegaram à sede da diocese e padre Ibiapina se sensibilizou. Desfez-se do pouco que ainda lhe restava, inclusive livros. No dia da Imaculada Conceição, mudou o seu nome subs-

---

<sup>4</sup> João da Purificação Marques Perdigoão (1779 - 1864). Foi bispo da diocese de Olinda-Recife de 1830 até 1864, no tempo que abrangia Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Queria conhecer pessoalmente essa região e, no período de 1833 até 1840, fez cinco grandes viagens, das quais ele deixou um extenso relatório, intitulado *Itinerário*, mais uma fonte para conhecer o interior.

tituindo “Pereira” por “Maria” e começou uma vida de missionário peregrino no interior do Nordeste. Inicia viagens e missões em cinco estados do Nordeste com ênfase na Paraíba. Os documentos citados não fornecem uma crônica detalhada dessas viagens e obras, como aqueles que Dom João fez de suas próprias viagens. A partir dos documentos *A missão Ibiapina* (CARVALHO, 2008) e *A voz da religião do Cariry* (MARROCOS e IBIAPINA, 1870) e de dados suplementares de Mariz (1997) e Araújo (1996), se consegue uma visão geral das andanças de Ibiapina (quadro 1).

Fica claro que as viagens de grandes distâncias ficaram sendo uma exceção. A vida do missionário registra duas viagens distantes: ao Norte do Ceará, de outubro de 1862 até março de 1863, e ao Piauí, em março e abril de 1871. No Cariri do Ceará e Oeste do Paraíba, padre Ibiapina passou um longo período de maio de 1868 até fevereiro de 1871. Depois não voltou mais para o Ceará por causa de problemas com o bispo, que provavelmente estava com medo do fanatismo. Mesmo assim, padre Ibiapina foi chamado “apóstolo dos Cariris”.

A partir de 1872, padre Ibiapina ficou quase somente na Paraíba. O ano de 1874, ano da “questão religiosa”, ele passou em Santa Fé. Ibiapina deve ter sentido a gravidade das acusações feitas contra ele e, além disso, o peso de sua idade. Fez ainda uma viagem missionária de setembro de 1875 até abril de 1876. Os últimos anos de sua vida foram marcados pela doença e ele ficou na Casa de Caridade de Santa Fé. Ali faleceu nos dia 19 de fevereiro de 1883, quando padre Joel Esdras Lins Fialho<sup>5</sup> morava ali em Santa Fé.

---

<sup>5</sup> Padre Joel Esdras Lins Fialho (1842 – 1931) era natural de Areia. Foi padre em Areia de 1864/67 a 1882. Santa Fé pertencia, nessa época, à paróquia de Areia. Sendo deputado pelo Partido Liberal, fez graves acusações contra as casas de caridade e de modo especial contra a casa de Santa Fé. Suas críticas, logo depois da morte de padre Ibiapina, e a ausência de registros de batismos feitos por padre Ibiapina levam à conclusão de que ele não se deu bem com o colega que morava na sua paróquia.

## A OPÇÃO PELO INTERIOR

A minha primeira pergunta foi: por que padre Ibiapina deixou uma carreira eclesiástica promissora na sede da diocese de Olinda-Recife, perto do bispo Dom Perdigão, que precisava tanto de um homem como ele? Não existem dados claros e documentados. Aqui precisamos interpretar. Achei vários motivos.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que Padre Ibiapina conhecia o interior relativamente próspero de Sobral e seu povo desde sua infância e juventude. Foi para Recife e passou um tempo no ambiente urbano. Novamente mergulhou na vida interiorana durante os três anos em que ele advogava em Areia, cidade situada no agreste paraibano. Nesse tempo, resolveu uma questão de terras no sítio Mucuitu, uma antiga fazenda dos jesuítas, situada na divisa dos atuais municípios de Santo André e Juazeirinho no Norte do Cariri. Suponho que ele se identificou com esse povo e seu estilo rústico. Ele gostava do ambiente interiorano.

Outro fator que deve ter influenciado sua opção foi uma visita que ele fez, em fevereiro de 1854, a Barra de São Miguel, pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras, como é comprovado pelos registros de dois batismos, um fato totalmente desconhecido.

Nesse lugar deve ter visto a situação de sofrimento dos moradores da região mais seca do Nordeste. Padre Ernando Teixeira de Carvalho interpretou, em comunicação pessoal, que “padre Ibiapina fez um estágio neste lugar”. Depois dessa visita a Barra de São Miguel, voltou para Recife.

Não podemos esquecer padre Renovato Pereira Tejo<sup>6</sup>. Suponho que ele tenha feito o convite para padre Ibiapina visitar Barra de

---

<sup>6</sup> Renovato Pereira Tejo (1819 – 1902). Terceiro filho de Inácia Pereira de Castro e de Miguel Gomes Romeu, nasceu em Curral de Baixo, sítio localizado no município de Cabaceiras, beirando o rio Taperoá. Foi ordenado sacerdote em 1848, no seminário de Olinda, com

São Miguel. Era filho de Cabaceiras, ordenado em Olinda-Recife e ex-aluno do seminário onde Ibiapina lecionou durante um ano. Padre Renovato trabalhava na região de Vertentes, Gravatá e Cabaceiras, lugares que receberam assistência pastoral dos vigários de Cabaceiras, entre eles Barra de São Miguel.<sup>7</sup> Sua família tinha poder em Cabaceiras e é bem possível que Ibiapina, por intermédio dele, foi para sua terra natal a fim de pregar missões, fundar uma Casa de Caridade e iniciar um novo cemitério.

Grande influência tiveram também os missionários capuchinhos. Morando em Recife, num sítio na Caxangá e, depois, durante seu retiro de três anos, no centro, na Rua Santa Rita, com duas irmãs “frequentava assiduamente o convento da Penha, dos frades capuchinhos, onde participava das missas e outros tantos atos religiosos” (CARVALHO, 2008, p. 31). Nesse convento teve contato com grandes missionários do interior como frei Caetano de Messina.<sup>8</sup>

---

quase trinta anos de idade. Em 1850 começa a batizar na paróquia de Cabaceiras. Constrói em 1850 ou 1855 uma capelinha, dedicada a São José, no sopé a leste da Serra da Taquara fundando assim um povoado, hoje Vertentes. Assume sua paróquia natal de 1859 até 1865. Foi pároco de Taquaritinga de 1868 a 1900. Foi deputado estadual em quatro legislaturas e prefeito de Taquaritinga durante quatro anos.

<sup>7</sup> A paróquia de Cabaceiras, fundada em 1833, abrangia naquele tempo os atuais municípios de Cabaceiras, São Domingos, Boqueirão, Caturité, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Santa Cecília e regiões limítrofes como Natuba, Gravatá e Vertentes.

<sup>8</sup> Frei Caetano de Messina (1807 – 1878). Nasceu na Itália. Chegou a Recife no dia 11 de setembro de 1841. Foi morar no convento da Penha, no Recife. Durante a seca de 1846, enquanto pregava uma missão, as chuvas começaram a cair. Em agradecimento foi instituído o mês mariano, que era desconhecido no Brasil até aquele momento. Em 1848, Frei Caetano tornou-se prefeito-interino das missões. Nesse ano, teve que pacificar uma revolta em Pernambuco, fato que se repetiu em 1852. Em 1850, na idade de 43 anos, começa uma explosão de trabalhos principalmente em Pernambuco: construção de igrejas (13), cemitérios (4), estradas (2), colégios (2), conventos (3), açudes e aquedutos (6), casas de misericórdia (2), pacificações e pregações de missões. No dia 6 de outubro de 1850 prega missões, em Olinda, as quais terminam com o aparecimento de três fontes de água doce. Em 1853, inicia sua grande obra em Bom Conselho, antigamente Papacaça: um colégio e orfanato para meninas órfãs e uma congregação de irmãs. Em 1860, foi nomeado o terceiro comissário geral das missões capuchinhas no Brasil. Por isso, foi para o Rio de Janeiro. Continuou a vida missionária da mesma forma. Foi confidente do imperador e morreu numa casa capuchinha em Montevidéu. Recebeu o título “missionário gigante” e é considerado um dos grandes missionários na “guerra contra o pecado”.

Ele inspirou em Ibiapina, quase de sua idade, um ideal concreto de missionário dedicado ao povo do interior. Foram esses capuchinhos que pregavam missões no sentido espiritual e material, método que ele abraçou. Até é possível que a grande obra de frei Caetano em Bom Conselho, o educandário para meninas, lhe tenha dado a ideia para a fundação de suas Casas de Caridade.

Outro fator decisivo para deixar Recife e o seminário de Olinda foi a primeira cólera de 1855-1856. Dez por cento da população morreu. Faltaram cemitérios e sepultamos dignos. Foi a última gota d'água. Padre Ibiapina pediu licença ao bispo e partiu.

Percebe-se que seu compromisso social teve um embasamento forte e espiritual, que lhe deve ter ajudado a enfrentar as inúmeras dificuldades.

## DOIS PERÍODOS

Nos dados disponíveis, notamos uma clara diferença entre o período de 1856-1862 e o período de 1862-1875, os dois importantes períodos da vida missionária ativa de padre Ibiapina, marcada pelo exemplo dos capuchinhos. Durante todo esse tempo padre Ibiapina enfrentou além da pobreza generalizada e de uma sociedade coronelista, três grandes desastres e suas consequências: a primeira cólera, de 1856; a segunda cólera, de 1862; e as secas, conhecidas principalmente por aquela ocorrida de 1877 a 1879. Ele procurava uma solução mais definitiva para os problemas do povo do interior; nunca se entregou ao fatalismo. Qual era sua resposta? Desde o início ele teve que enfrentar tais problemas, mas existe, na sua vida apostólica, uma cesura.

O centro das atividades do missionário foi na Paraíba, numa região de 140 km por 100 km, da qual o Norte e o Leste do Cariri paraibano fazem parte. Com essa presença ele se tornou um homem

com importância regional, não estritamente local, nem nacional. Os dados levam também à conclusão de que quase não sabemos nada dos primeiros anos e de que a ação na região maior iniciou em 1862, ano também da abertura da primeira Casa de Caridade em Gravatá.

Até 1860 sua vida era voltada para as missões espirituais e para a construção e reforma de cemitérios, igrejas e capelas. O cronista anota:

Já tinha o nosso missionário apostólico feito até 1860 grandes conquistas em favor da religião, do estado, da moral e bons costumes, da paz e harmonia da sociedade; já tinha obrado grandes converções e chamado muitas almas para Deus, mas a caridade para com os infelizes estava muito acima do que desejava seu coração. Ele tinha entrado no amargo da nossa sociedade, tinha visto em todas as suas fazes, em toda suas hediondez, a miséria, em que se debatem as classes menos favorecidas da fortuna; ele tinha visto milhares de infelizes orphans, arrastando os andrajos da miséria, a tiritar de frio e fome, que embrutecidas pela falta de alimento espiritual, aviltadas, esquecidas no meio da sociedade, acabão por se lançarem na mais negra e vergonhosa prostituição, em prejuízo da moral, da religião, e do estado. (CARVALHO, 2008, p. 74).

Como pregador cativava seu público. Todos queriam ver e ouvir o padre doutor, que tinha deixado a advocacia e a política para ser missionário. Em 1866 pregou uma missão em Timbaúba-Gurjão. Dona Cícera Freire contou:

Minha triavó, Joaninha, morava no sítio Serrote a uma distância de três quilômetros de Gurjão. Ela tinha uma filha de doze anos de nome Benigna. Esta ouviu falar que Padre Ibiapina estava pregando missões em Gurjão. Chorava para ouvir o sermão e ver o padre. Porém ela não tinha calçado. A mãe era pobre e não queria passar vergonha no meio do povo. Por isso não queria ir para a missão. A criança não desistiu e Joaninha recorreu à criatividade. Inventou de fazer um par de chinelas de papelão e foi assim calçada que a criança assistiu à missão. Depois ela ensinou a toda sua família que Padre Ibiapina era um homem santo.

Porém, devagar o acento nos trabalhos tinha mudado. Ele continua se dedicando à construção de hospitais, escolas profissionais, pequenas indústrias, açudes, poços, cacimbas e estradas, mas agora se voltou também para a fundação das Casas de Caridade. Em 1862 começa a concretizar as Casas de Caridade e ele focaliza nelas. Foi a obra que estabeleceu sua fama. Eram administradas por homens e mulheres consagrados, que acolheram crianças órfãs, principalmente meninas. Segundo o periódico *A voz da religião do Cariry*, as casas foram Areia (1862), Alagoa Nova (1862), Gravatá (1862), Açu (1862), Sobral (1862), Acaraú (1863), Santa Luzia de Sabugi<sup>9</sup> (1863), Acary (1864, mas fechou em 1874) passando para Extremoz (1874-1880), Missão Velha (1865), Santa Fé (1866), Pocinhos (1866), Pombas (1866), Cabaceiras (1867), Bezerras (1870), Crato (1869), Barbalha (1869), Milagres (1869), Cajazeiras (1869), Souza (1870). Depois se registra ainda casas em Triunfo ou Baixa-Verde (1872) e Santa Cruz (1873). Essas casas eram uma resposta concreta a um desafio social: muitas meninas ficaram órfãs e expostas à prostituição por causa de desastres naturais como as secas, epidemias e pobreza generalizada. Vejo nessa obra o grande projeto que frei Caetano de Messina concretizou no educandário de Bom Conselho-Papa-caça.

## “ANOS ESCONDIDOS”

O que padre Ibiapina fez nos sete anos antes da cesura, antes do tempo em que priorizou a organização das Casas de Caridade? A primeira viagem foi feita em 1856. Tudo indica que ele foi de Pernambuco, via Paraíba, para o Rio Grande do Norte. Foi uma viagem de conhecimento durante a epidemia da cólera que causou a grande

---

<sup>9</sup> Santa Luzia de Sabugi não deve ser confundida com Santa Luzia de Mossoró, cidade visitada por padre Ibiapina em 1864-1865.

mortandade. O desafio era imediato: sepultar as pessoas com dignidade. Ibiapina terminou essa viagem em Gravatá, presença registrada no livro de batismos (1856). Os mesmos livros ajudam a desvendar mais.

Nos anos seguintes, os livros de batismos registram muitos batismos na região de Gravatá e Barra de Santana, dois lugares vizinhos separados por uma distância de 44 km. Padre Ibiapina gostava muito de Barra de Santana e ampliou sua capela, construída em 1843. Em Barra de Santana, sem dúvida, incentivou a devoção por Santana, que já existia e que era uma devoção pessoal dele.<sup>10</sup> Esse lugar estava situado a curta distância de Gravatá, onde sua irmã Ana depois tornou-se responsável pela primeira Casa de Caridade. Aqui ele gostava de ficar. Em Gravatá ele construiu também a igreja (1861).

Temos quatro visitas registradas a Cabaceiras (1861, 1867, 1872 e 1873). Nessa região ele deve ter incentivado, nos anos de 1860-1862, a construção da capela-cemitério do sítio de Algodoads, a igreja do Rosário e o novo cemitério no povoado; e o cemitério no sítio Bolão, entre São Domingos e Barra de São Miguel. Passou também em Boqueirão (1867), Barra de São Miguel (1862) e Riacho de Santo Antônio (1873), todos esses lugares situados no leste do Cariri paraibano. Suspeito que teve parte na construção da nova igreja de Caraúbas (1862).

Esse é o lugar onde padre Manuel Ubaldo da Costa Ramos<sup>11</sup> trabalhou. Depois de sua ordenação em 1860 e as primeiras missas em São João do Cariri, foi nomeado em Caraúbas onde ficou até 1877. Foi ele que construiu a nova igreja de São Pedro e indicou a antiga

---

<sup>10</sup> Essa região na beira do rio Paraíba contava com muitos sítios de escravos foragidos, como se pode ver numa análise do topônimo Bodocongo, afluente do rio Paraíba, que significa: “águas onde moram africanos”. O grande orixá dos escravos é Santana.

<sup>11</sup> Manoel Ubaldo da Costa Ramos (1835 – 1910). Nasceu em São João do Cariri. Ordenou-se provavelmente em Olinda em dezembro de 1860. Logo ficou conhecido como Padre Neco. Padre Manoel passou por diversos lugares: Caraúbas (1860/1863-1877), Caruaru (1877-1879), Gravatá (1879), São Caetano (1880), Cimbres (1882), Brejo da Madre de Deus (1884-1885), Taperoá (1885-1888) e Monteiro (1888-1902). Foi ele que iniciou a construção das novas e belas igrejas matrizes de Taperoá e de Monteiro.

como igreja para os escravos. Também trabalhou em Gravatá e por isso deve ter tido contatos com Ibiapina. O povo no sítio Salgadinho de Caraúbas conta a história de uma árvore oitizeiro onde ele tinha repousado e cujas folhas depois serviram “de remédio”, uso que levou ao fim dessa árvore. Acho bem provável que ele tenha dado também uma contribuição na construção ou renovação da igreja de Barra de São Miguel. De fato, onde ele andou aparecem capelas e cemitérios.

Mais tarde padre Ibiapina visitou, também no Norte do Cariri, Pombas-Parari (1861,1865,1866,1867,1870), Soledade (1872) e Timbaúba-Gurjão (1861,1866). Sabemos que ele também andou em Olivedos e Taperoá.

Os dados a respeito dos batizados feitos pelo Padre Ibiapina levam à impressão de que o primeiro ano de viagem, 1856, foi um ano de conhecer e descobrir o interior de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Ele passa em setembro em Gravatá. Diante da catástrofe da cólera, dedicou-se à construção de cemitérios e pregações de missões. Nos anos de 1857 até 1862, o centro das suas atividades era a região de Barra de Santana e Gravatá. Devagar vai explorar o Norte do Cariri paraibano até Pombas e o agreste. Nessa época, ele se aprofunda mais na problemática da região em geral e nos meios que ele tem a sua disposição para enfrentá-la. Surgem, como grande projeto, as Casas de Caridade, preparadas nesses “anos escondidos”. Essa opção tornou-se visível na escolha do novo centro de suas atividades: não mais Gravatá (PE) e Barra de Santana (PB), mas a casa de Santa Fé, em Solânea (PB), aberta em 1866.

## CONCLUSÃO

Padre Ibiapina levou o desafio social do interior a sério. Preferiu não ficar em Olinda-Recife mas fez uma opção clara e decidida pelo interior e seu povo sofrido. Durante sete anos procurou dar

uma resposta concreta, na linha das missões capuchinhas italianas, trabalhando na região Norte e Leste do Cariri e arredores. Esses sete “anos escondidos” foram um tempo de aprendizagem. O resultado foi o projeto das Casas de Caridade. Ele é chamado, no Sul do Ceará, “apóstolo do Cariri”, porque desenvolveu um trabalho missionário e caritativo intenso na região dos Cariris Novos. Podemos usar a mesma qualificação nos Cariris Velhos da Paraíba. Os primeiros anos marcaram uma presença expressiva em Gravatá e Barra de Santana. A partir do ano 1862, priorizou as casas de caridade. Depois de organizar a Casa de Caridade em Santa Fé, esta se tornou a base das suas atividades.

## AGRADECIMENTOS

As pesquisas dos livros de batismos teriam sido impossíveis sem a ajuda das secretárias Maria de Fátima Alves Feitosa, Joaquina Gomes da Silva, Daylana Gomes de Castro e Diana Ramos. Padre José Floren, grande devoto e pesquisador de padre Ibiapina, me deu uma cópia do periódico dominical *A voz da religião no Cariry*. Padre Leo Denis incentivou os meus estudos regionais. Agradeço ao povo da paróquia de Cabaceiras por escutar e comentar muitas pregações sobre Ibiapina e por confiar no bom uso que fiz dos seus livros paroquiais. Esses livros são patrimônio deles, e não meu.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina**. Peregrino da caridade. São Paulo: Paulinas, 1996.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. **A missão Ibiapina**. A crônica do século XIX escrita por colaboradores e amigos do Padre Mestre atualizada com notas e comentários. Passo Fundo: Berthier, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. **Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). **Evangelii gaudium**. A alegria do evangelho. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

MARIZ, Celso. **Ibiapina**: um apóstolo do Nordeste. Joao Pessoa: UFPB, 1997.

MARROCOS, José Joaquim Telles e IBIAPINA, padre José Antônio de Maria. **A voz da religião do Cariry**, Crato-CE, 8 dez. 1868 a 27 nov. 1870.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Camargo Soares, 1990.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do Cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

PERDIGAO, João da Purificação Marques. Itinerário das visitas feitas na sua diocese pelo bispo de Pernambuco nos anos de 1833 a 1840. **Revista trimestral do Instituto histórico e geográfico brasileiro fundado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, tomo LV, parte 1. Rio de Janeiro: companhia typographica, 1892.

RIETVELD, João Jorge. **Aspectos históricos do catolicismo no Sul do Cariri paraibano**. Campina Grande: Brito, 2015.

RIETVELD, João Jorge. **O verde do Juazeiro**. Catolicismo em Juazeirinho e o Norte do Cariri. Campina Grande: Cópias Campina Grande: Brito, 2016.

SILVA, José Paulino Duarte da. **O padre Ibiapina**. Notas sobre a sua vida, extrahidas do archivo da casa de caridade de Santa Fé e dadas a lume pelo cônego José Paulino Duarte da Silva. Parahyba do Norte: Typografia Pernambucana, 1915.



# O nordeste 60 anos depois do Primeiro Encontro dos Bispos Católicos<sup>1</sup>

TANIA BACELAR DE ARAUJO

ASSIM COMO, HÁ ALGUMAS DÉCADAS, O AGRONEGÓCIO no Centro-oeste impulsionou o Brasil, mais recentemente um ímpeto semelhante se deixa sentir no Nordeste por sua importância na base agropecuária do país. Contudo, não se pode deixar de lembrar que, embora represente cerca de 16% da produção agropecuária nacional, essa região continua tendo 45% da população economicamente ativa residente no campo. Isso significa que quase metade dos que trabalham na agricultura do país está na região Nordeste. Não é à toa que ainda persista ali um bolsão de pobreza.

Desde o final do século XX vem sendo revertida uma tendência de perda da importância do Nordeste na economia brasileira. A região conseguiu atualmente sua mais alta participação, contribuindo com aproximadamente 13% da produção nacional, depois

---

<sup>1</sup> Com a autorização da autora, este texto foi editado pelos organizadores a partir da palestra por ela proferida durante o seminário regional “Nordeste, 60 anos depois: mudanças e permanências”, realizado em maio de 2015, em Natal, no Rio Grande do Norte. Nesse seminário celebrava-se o sexagésimo ano do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*, que se realizou em 1956, na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. O segundo encontro do episcopado nordestino aconteceu três anos depois, em 1959, em Natal.

de ter alcançado, nos últimos anos, um crescimento maior do que a média nacional. Em outros tempos o centro-sul do país pulsava e o Nordeste não crescia. Deve ser objeto de reflexões essa mudança que agora se constata, em virtude da qual está em curso, nessa região, um crescimento que supera a média nacional.

Tal crescimento que se faz sentir no início do século XXI foi impulsionado pela melhoria da renda das famílias e pelo incremento da oferta de crédito. O acesso ao consumo possibilitado às famílias dinamizou o comércio e trouxe novas indústrias. Isso mexeu com a economia da região. Mas não foi só isso. O Nordeste também atraiu importantes investimentos novos e a maioria dos estados conseguiu trazer grandes projetos. Esse fato distingue essa região frente ao restante do país. De modo geral, por todo o Brasil houve a experiência do consumo, mas, no Nordeste, houve uma melhor combinação entre incremento do consumo e investimento. Resulta daí o fato de que o Nordeste cresceu acima da média brasileira.

Evidentemente, tal crescimento não é isento de contradições. Há novidades positivas e negativas. Por exemplo, a produção de celulose levou à ocupação do sul da Bahia e agora o cultivo dessa monocultura avança para o oeste com impactos significativos. Porém, tal avanço constitui, ao mesmo tempo, um acontecimento capaz de dinamizar a economia.

Além da produção de celulose, destaca-se também a produção de frutas e de grãos. O dinamismo do agronegócio é um traço brasileiro que se concretizou no Nordeste pela produção de grãos, a exemplo do que já havia ocorrido no Cerrado.

Outra mudança importante ocorreu na estrutura produtiva. Houve um fortalecimento da indústria de transformação e da construção civil, na contramão do que acontece no Sul e no Sudeste. Enquanto nessas regiões existe uma crise industrial, a indústria do Nordeste está crescendo.

Um avanço importante ocorreu também no setor terciário. Houve aumento dos serviços de educação e de saúde. O comércio se tornou moderno, aprimoraram-se o serviço às empresas e os serviços pessoais, com reflexos na economia da região, já que esse setor emprega muita gente.

Outra fonte importante do dinamismo econômico do Nordeste são as bases produtivas de pequeno porte. Descobriu-se essa capacidade empreendedora da população nordestina para a realização de pequenos negócios. O Nordeste tem hoje um milhão de micro e pequenas empresas, representando 14% desse setor no Brasil.

Houve também um avanço na produção agropecuária de base familiar. O Nordeste é uma das três regiões brasileiras a concentrar a agricultura familiar, ao lado do Sul e da Amazônia. O agronegócio domina a região central do país e, nessas três regiões predomina a agricultura familiar. Esse avanço ocorre a partir do final do século XX, graças às políticas específicas para atender essa forma de prática agrícola.

Antes, tais políticas eram discutidas no Centro-sul do país e era muito difícil defender a necessidade de se criar patrocínio especial para a agricultura familiar. Muita gente dizia que isso era coisa de pobre, que não tinha futuro, que não merecia política pública. Os movimentos sociais nos anos 1990 – quando Fernando Henrique Cardoso estava desmontando o Estado brasileiro – conseguiram emplacar a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Os dois bilhões de reais destinados pelo Governo Fernando Henrique para essa política pública foram depois ampliados, na era Lula, e se tornaram dezesseis bilhões de reais.

Uma das mudanças mais interessantes realizadas graças a esse aporte de recursos é a presença da agroecologia. Essa forma de trabalho agrícola ocorre, principalmente, nos lugares próximos às cidades, em razão de se encontrar ali o acesso facilitado ao mercado consumidor. Num momento em que a população urbana tem se tornado

mais consciente da importância de se evitar o consumo de veneno, tais iniciativas adquirem um potencial importante. Esse caminho começou a ser trilhado, inclusive na Zona da Mata e no Semiárido, onde as velhas estruturas estão se desmontando. Destaca-se também a consolidação dos arranjos produtivos locais (APL). Trata-se de uma forma de organização um pouco diversa das micro e pequenas empresas. Ocorrem na produção de mel no Araripe, nas confecções em Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste de Pernambuco.

Em vários estados do Nordeste vê-se uma mudança muito interessante. O Semiárido era a terra do gado e agora se diz que o Semiárido pode ser a terra da ovino-caprinocultura. Animais de menor porte convivem melhor com a escassez de alimento e de água da região. A indústria de laticínios teve presença em muitas regiões e tal mudança de rota tem a ver com o tipo de política social aplicado.

Outra mudança importante é a criação da base de ciência e tecnologia da região. O Nordeste quase não tinha universidades na época em que se criou a Sudene. Esta, aliás, ajudou a estruturar as universidades. No entanto, muito do que se alcançou veio no período mais recente, com destaque para os novos centros de pesquisa e o desenvolvimento de polos tecnológicos criados no interior. A realidade do Nordeste hoje é completamente diferente da que se tinha nos anos 1950. Diversamente do que ocorre hoje, naquela época os nordestinos não tinham em que se apoiar. Essa conquista merece destaque.

Houve também, nessas décadas, uma mudança espacial. Bahia e Maranhão não faziam parte do Nordeste. A Bahia era considerada região Leste e o estado do Maranhão compunha a região Norte. Foi a discussão do projeto do Nordeste que levou à inclusão do Maranhão e da Bahia. Esta última continha o Semiárido e não era possível discuti-lo sem incluir a Bahia, ainda que, por vezes, ela se identifique mais com o Sudeste do que com o Nordeste. Entretanto a identidade do Semiárido é tão forte que arrasta o estado inteiro para o Nordeste.

Já o Maranhão acabou sendo incluído no Nordeste em razão de um projeto de adensamento populacional. Pretendia-se levar migrantes para lá. As terras úmidas pouco ocupadas naquele estado eram uma brecha no projeto do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) que motivou a inclusão do Maranhão como parte do Nordeste. Nessa sub-região de cerrado houve o maior crescimento desde o ano 2000. Tal recente ocupação traz crescimento econômico, embora o dinamismo continue sendo maior na região metropolitana e no Nordeste oriental. Isso não mudou muito. O peso da economia ainda é no litoral, mas o cerrado e o oeste do Nordeste estão sendo ocupados.

O Semiárido aparece muito bem. Existe uma falsa visão de que o Semiárido não tem futuro. Os dados estão mostrando, contudo, que o Semiárido é a segunda região que mais cresceu nos anos recentes. São dados que estimulam, pelo menos, a reflexão.

Desde a época do *I Encontro dos Bispos do Nordeste*, há 60 anos, houve uma mudança enorme da base de infraestrutura. Na época, o Nordeste não tinha energia. Uma das primeiras iniciativas da Sudene foi levar energia para a cidade de Fortaleza. Naquela época havia grande dificuldade de se fazer chegar, no período do presidente Juscelino, alguns investimentos para o Nordeste, porque não existia estrada. Em razão disso, o primeiro plano diretor da Sudene tinha uma grande preocupação com a infraestrutura de que a Região era carente.

Como se pode ver no filme que faz a narrativa biográfica de Lula<sup>2</sup>, levavam-se oito dias para ir do Nordeste para São Paulo, um trajeto que hoje se faz em poucas horas de avião. Não se pode menosprezar a relevância dessa mudança nas condições de infraestrutura do país e da região. Se, nos anos 1950, a novidade era representada pela

---

<sup>2</sup> Trata-se do filme *Lula, o filho do Brasil*, de Fábio Barreto (2009).

energia elétrica trazida pela Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), agora está se adentrando na era da energia eólica.

Isso ocorre, aliás, para o bem tanto quanto para o mal. A energia eólica está chegando sem regulação pública, apesar de seu grande impacto na vida de quem mora perto das instalações. Essa novidade tem sido objeto de um importante debate no Nordeste. Ela assinala o potencial nordestino para a produção de energia limpa. A energia eólica, a solar ou a de biomassa podem ser geradas na região. Apresenta-se, portanto, como oportuna essa discussão que pode possibilitar a transição do petróleo para a energia limpa.

A ampliação da infraestrutura econômica com grandes projetos também é recente. Portos, aeroportos, ferrovias constituem um bloco de investimento. Embora a tendência do investimento em infraestrutura hídrica seja a criação de grandes projetos, tem sido possível, na contracorrente, pôr em debate a importância da estrutura hídrica de pequena escala. Esta é fundamental porque os produtores da agricultura familiar na região – como já dito, trata-se de 45% da população agrícola do Brasil – são uma população atomizada e não é atendida por grandes projetos. É um público que demanda a elaboração de outra estratégia. Surge, então, a alternativa das cisternas ou poços. Tal estratégia veio para a agenda em um momento em que se punham em xeque as obras de transposição do Rio São Francisco. Pode-se fazer – e está sendo feita – a transposição do rio, no entanto, essas águas não chegam nos lugares onde se encontra a agricultura familiar. Uma alternativa é necessária. Seja como for, o investimento em infraestrutura hídrica é uma mudança importante, mas ainda insuficiente. A crise hídrica – agora vivida também no Sudeste – torna essas medidas insuficientes para atender a demanda de água.

O aumento na infraestrutura de telecomunicações também acompanha a tendência nacional. Há sessenta anos, havia apenas o correio. Agora, a mensagem vai via Internet ou via WhatsApp e chega ao mundo inteiro. O Nordeste engatou nessa mudança com

forte presença do celular inclusive no meio rural. Principalmente nas cidades, ampliou-se o acesso à Internet.

Constatam-se mudanças também na dinâmica demográfica. Houve forte queda da natalidade. Reduziu-se o tamanho das famílias, inclusive no meio rural. Há sessenta anos, as famílias nordestinas costumavam ter de quinze a vinte filhos. Isso acabou e implica mudanças econômicas, culturais, sociais. Aumentou também a expectativa média de vida. Morria-se aos quarenta anos; hoje chega-se aos 75 ou 80 anos de idade. Em consequência disso, aumentou o número de idosos e vem se redefinindo a pirâmide etária que é, hoje, completamente diversa daquela que se tinha no Nordeste dos anos 1940 ou 1950.

Outra mudança demográfica diz respeito ao crescimento da urbanização, com forte dinamismo das grandes metrópoles no século XX e das cidades médias do século XXI. Embora essa característica esteja presente em todo o país, é preciso reconhecê-la também no Nordeste. No século XX, grandes cidades, como Recife que contava quinhentos mil habitantes em 1950 atingiu 1,1 milhão em 1970. Em duas décadas a cidade mais do que dobrou sua população. Hoje o dinamismo é mais forte nas cidades médias e essa nova dinâmica ainda deve ser desvendada.

Constata-se uma redução significativa da migração para fora da região e aumento da migração intrarregional. As médias cidades estão crescendo pela migração de dentro da região. Há inclusive um movimento migratório de retorno ao Nordeste. Apesar de o fenômeno não ser ainda representativo já sinaliza uma mudança importante, portadora de consequências positivas tanto quanto negativas. Problemas de várias naturezas surgem com a aglomeração nos entornos das cidades gerados por tais movimentos migratórios.

No quadro social as mudanças foram para melhor, comparado ao que existia há sessenta anos. Houve melhoria dos níveis de renda com significativa redução da pobreza absoluta inclusive no meio

rural. Um bom exemplo disso é o enfrentamento da seca. Depois de três anos de seca ocorridos recentemente, não houve saque de supermercado; não se viram famílias inteiras mendigando em beira de estrada; não houve programa de emergência... A realidade mudou e a agenda tem que mudar. Isso constitui um novo desafio.

Entre os indicadores sociais que melhoraram, o mais importante é a redução da mortalidade infantil. A região onde a mortalidade infantil mais tem caído é o Nordeste que já se aproxima da média nacional. A principal razão para esse êxito é o Programa Saúde da Família. Somente agora os médicos estão chegando... Por isso, pode-se atribuir o resultado positivo alcançado ao aprimoramento do atendimento de saúde primário e à ação das pastorais, entre as quais se destaca a Pastoral da Criança.

Constatam-se mudanças no mercado de trabalho com redução da informalidade, embora esta ainda permaneça alta. Nos anos recentes a região do Brasil em que houve maior crescimento do emprego formal foi o Nordeste. Esse é um fenômeno novo, pois, até o final do século XX, o emprego formal crescia apenas no Centro-sul do país.

Por outro lado, aumentou a violência, sobretudo no meio urbano. Esse dado parece ser contraditório com todas as melhorias apontadas acima e demanda mais estudos. Melhorou a vida, melhorou o mercado de trabalho, melhorou a renda, mas a violência aumentou principalmente na área urbana.

Outro dado novo que carece de reflexão é a forte presença de jovens “nem nem”: nem estudam nem trabalham. Dados de 2013 mostram que cerca de 25% dos jovens nordestinos entre 15 e 29 anos estão nessa situação. A média brasileira é de 20%. Enquanto em todo o Brasil um em cada cinco jovens não estuda nem trabalha, no Nordeste um em cada quatro jovens enquadra-se nesse perfil. As razões da permanência dessa diferença que a região Nordeste guarda frente ao restante do país também necessita de melhor entendimento.

Quando se consideram os dados da renda, a taxa de crescimento na última década, no Nordeste é de 5,6%. A média brasileira é de 4,5%. Contudo, a média da renda no Nordeste, em 2010, é 55% da média do Sudeste. Apesar da efetiva melhora, persiste um hiato.

Distinções importantes se revelam ao se desagregarem os números referentes aos espaços rural e urbano. A renda no Nordeste rural cresceu 7,2%. É, portanto, superior aos 5,6% correspondentes à média total do Nordeste. Supera também a média brasileira total (4,5%) e praticamente se iguala à média do Brasil rural, onde o crescimento foi de 5,7%. Isso certamente tem a ver com programas sociais, como o Bolsa Família. Tem a ver também com a Previdência que chegou à zona rural nordestina. Aumentou o número de velhos, como dito acima, aos quais a Previdência paga salário mínimo. Tem a ver com o aumento do valor real do salário mínimo, que é muito importante para essa faturação.

Houve também melhoria da escolaridade média, com o avanço importante do acesso ao ensino superior no interior. Em 2002, havia 43 *campi* de universidades federais no Brasil, concentrados no Sudeste. No Nordeste, eles estavam concentrados no litoral. Esse mapa passa para 230 *campi*. O interior do Nordeste agora se encontra repleto de universidades federais, disseminadas em toda a região. Comparando-se os dados do censo de 2010 com os números referentes ao ano 2000, percebe-se um aumento de 116% no número de instituições federais de ensino superior em todo o Brasil. A média do Nordeste aponta um crescimento de 176%. Considerando-se apenas o Semiárido, chega-se a um incremento de 237%. Como dito acima, antes a população nordestina não encontrava apoio. Não havia algo sobre o qual se pudesse firmar o pé. A existência dessas universidades oferece essa base. Pode-se supor que a moçada que entrou para as universidades vai querer mais.

Outras sugestões interessantes se mostram ao considerar dois mapas bastante heterogêneos. O primeiro deles mostra a utilização

de celulares no país. Apesar de tudo, no meio rural brasileiro o uso de celulares segue concentrado no Sudeste e no Sul. Entretanto, o segundo mapa mostra a utilização de motocicletas. Aí se tem algo surpreendente, pois há uma concentração desses veículos no Nordeste. Reforce-se que está sendo tomado em consideração o Brasil rural, e não o urbano. O uso rural desse equipamento no Nordeste também é uma novidade interessante, apesar de – a exemplo de outras questões já consideradas – esse fato trazer tanto aspectos positivos como negativos.

No quadro ambiental, duas mudanças importantes. Primeiramente, a seca permanece severa, cada vez mais desafiadora. Junto com ela, avança a desertificação. Há mudanças climáticas globais também influenciando sobre isso. O mapa da desertificação já mostra vários pontos preocupantes, principalmente no bioma da caatinga. Ocorre também o agravamento da degradação ambiental nos aglomerados urbanos. Cresceram ainda mais as grandes cidades. Cresceram também as médias cidades. Cresceram, no entanto, sem saneamento, sem planejamento, impelidas apenas pela força do capital imobiliário. Coloca-se, portanto, na nova agenda a necessidade de se debater o conflito entre recursos naturais e as cidades. Esse problema não estava presente na pauta há sessenta anos.

Destacam-se as mudanças no ambiente institucional. Nos anos 1960, vinha ocorrendo um avanço nas políticas regionais de que resultou a ampliação da Sudene. Depois da ditadura, no entanto, a Sudene é garroteada. Incluída no projeto da ditadura, tornou-se uma agência de incentivo. Servindo-se dessa desculpa, o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu fechá-la. Já no século XXI, as políticas regionais não conseguem se reafirmar e a atuação da Sudene, recriada, se torna irrelevante, em meio a dificuldades de coordenação das instituições regionais. Esse fato contrasta com os resultados positivos de outras políticas nacionais.

Aliás, o resultado positivo obtido no Nordeste nos últimos anos está relacionado com a reconcentração das receitas públicas no

governo federal, lastreando um forte protagonismo da União, com políticas públicas sociais e políticas produtivas. Evidencia-se o protagonismo das políticas nacionais e não das políticas regionais. Diferentemente do que ocorria antes, o êxito recente parece estar relacionado a esse importante redirecionamento que mudou o foco das políticas regionais para as nacionais.

Podem-se identificar algumas mudanças também no ambiente cultural. Houve avanço na presença das mulheres nos espaços públicos e forte elevação do padrão educacional da população feminina. Embora seja um fenômeno nacional, ele ocorre também no Nordeste. Hoje há mais meninas nas universidades do que meninos, inclusive na pós-graduação. A importância dessa mudança ganha relevo quando se considera a situação das mulheres há sessenta anos. Não é à toa que quando veio a era do consumo muitas mulheres foram comprar máquina de lavar. Só quem foi ao tanque sabe o valor de uma máquina de lavar. Parte do comportamento que se viu na era do consumo, que chegou ao Nordeste dos últimos anos, se explica por essa mudança cultural que não é nada irrelevante.

Verifica-se, além disso, o predomínio crescente de padrões e valores da vida urbana e a desvalorização da vida rural. Isso é também uma marca brasileira, mas o Nordeste se apropriou de mais essa marca. O Brasil se quer uma sociedade urbana e – o pior – desvaloriza a sua sociedade rural. Os políticos descrevem os votos que eles recebem dos brasileiros que vivem na zona rural como votos dos grotões. É uma palavra grosseira para definir aquelas pessoas.

Na contramão, deve-se constatar a resistência da população rural. O movimento social, protagonista das políticas de defesa da agricultura familiar, sustenta que a vida no campo também é importante, que tem potencial e que é um modo de existência a ser preservado.

Ainda no campo das mudanças culturais, o avanço do protestantismo no Brasil e no Nordeste implica valorização do individualismo e coincide com o momento de acesso ao consumo das camadas

populares brasileiras. Prevaecem, junto com o consumo, os valores da ética protestante: o individualismo e a competição. Alguém que consegue algo atribui seu êxito apenas a si próprio, a seu esforço individual; julga-se bom e não dever nada a ninguém. Nessa mentalidade, perde-se a solidariedade.

O contraponto disso é o ativismo social da Igreja Católica. O próprio evento cujo aniversário de 60 anos está sendo festejado – o *I Encontro dos bispos do Nordeste* – é resultado de um momento de ativismo da Igreja Católica. A população sozinha tem força, mas necessita de apoios. A Igreja é uma instituição que ainda tem muita força e pode reforçar as iniciativas populares.

Para concluir, deve-se perguntar o que não mudou e quais fatores permaneceram inalterados nessas seis décadas. Não mudou a economia. Apesar de todo o esforço descrito acima, o Nordeste continua representando apenas 13,5% da economia do Brasil, embora corresponda a 28% da população nacional. A renda pessoal continua muito baixa. Quase 60% de quem trabalha no Nordeste ganha até dois salários mínimos. Hoje isso significa menos de R\$ 1.600. Esse é, certamente, um dos entraves do crescimento puxado pelo consumo: bateu no teto, pois a renda é baixa. Mesmo havendo crédito, o consumo logo encontra um teto, porque também o endividamento tem como limite a renda.

Hoje já há quem defenda menores índices no aumento do salário mínimo, porque a produtividade não estaria crescendo na mesma proporção que ele. Argumentos como esse parecem chocantes se se considera o percentual de pessoas ganhando até um quarto do salário mínimo, isto é, o mesmo valor utilizado pelo governo para descrever a extrema pobreza... A pobreza se reduziu significativamente e diminuiu também o hiato que havia em relação ao Sul, mas tal hiato continua sendo grande. O Nordeste ainda é uma região com muitos pobres.

Permaneceu o analfabetismo. Essa é uma questão difícil no Brasil, mas é difícil sobretudo no Nordeste. Embora melhoras tenham

sido alcançadas entre os anos 2000 e 2010, o Nordeste tem cerca de 18% de analfabetos entre as pessoas a partir dos 10 anos de idade. A média nacional é de 9%. Portanto, o Nordeste tem o dobro da média nacional de analfabetismo. No Nordeste rural o índice atinge 30% em pleno século XXI.

Apesar de ter sido ampliada e melhorada, a infraestrutura econômica continua sendo um desafio do Nordeste. Complica-se, agora, em razão do discurso que vem sendo feito pelo governo, segundo o qual não há dinheiro público para bancar infraestrutura e essa tarefa passará a depender do setor privado. Acontece que, entregues ao setor privado, são realizadas apenas as obras pelas quais se podem conseguir altas taxas de retorno. Por exemplo, no mapa do governo federal, as concessões de estradas param na Bahia, pois ali há mais densidade econômica e o retorno do investimento é garantido. Essa é uma questão urgente. O Nordeste não tem ainda a infraestrutura necessária. Muitos de seus potenciais se perdem por falta de infraestrutura.

Também permaneceu nessas décadas a carência na infraestrutura social e manteve-se a estrutura fundiária. Os dois fatores estão relacionados, embora a carência de infraestrutura social seja típica de áreas urbanas e a estrutura fundiária seja mais expressiva no meio rural. Falta infraestrutura de saneamento. Faltam água, esgotamento e tratamento de resíduos principalmente nas periferias urbanas, nas áreas pobres tanto das grandes quanto das médias cidades.

Há insuficiência do investimento em habitação de interesse social. Persiste o déficit habitacional muito alto, apesar do programa *Minha casa, minha vida*. Esse programa é planejado pelo setor privado. Ele é aplicado onde tem demanda. Com o processo de favelização em curso nas cidades médias, o setor imobiliário já está investindo nesse mercado. Coloca-se um importante debate sobre o futuro desses centros urbanos médios, hoje expostos à especulação imobiliária. Permanece baixo o investimento em infraestrutura social. Saúde,

urbanização de áreas pobres, educação infantil, educação fundamental e média de qualidade. Existe uma demanda crescente desses serviços, mas o avanço se dá a passos lentos.

Manteve-se a estrutura fundiária. O uso da palavra *manutenção* nesse contexto é um excesso de generosidade. Os dados do último censo mostram concentração fundiária, já que novas áreas são ocupadas com grandes propriedades. Essa é uma persistência importante entre os problemas nacionais e o Brasil deixou de discuti-la. Trata-se de uma questão que desapareceu da agenda nacional.

Por fim, no resto do Brasil permanece dominando uma imagem distorcida do Nordeste. A visão do Nordeste pobre, dependente do Bolsa Família, terra de arribação, peso para o Brasil é muito forte no Sul e no Sudeste. A última campanha eleitoral para presidente da República revelou isso na Internet com elevado grau de grosseria. O nível da ignorância nos argumentos que ali se reproduziram era revoltante. O Brasil não conhece a região. Tal imagem distorcida dificulta a apreciação do potencial da região. Acentuando-se o lado ruim, fica empanada a visão do potencial.

Principalmente nas universidades do Sudeste grassa uma visão do Nordeste dominado pelas oligarquias, como se tal domínio existisse apenas no Nordeste... Chega a ser cômico. Se a oligarquia ocorre no Nordeste, o que dizer do Paraná? E Santa Catarina? Não há oligarquia nesses estados?

A visão distorcida da região se mostra também nas propostas restritivas, como a que havia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A fruticultura irrigada e o turismo constituíam a proposta hegemônica de seus dois governos. Apenas essas eram as potencialidades que se atribuíam ao Nordeste. O Nordeste é muito mais do que isso. Mudar essa distorção torna-se outro desafio importante num mundo pautado pela imagem e pela informação fácil.

## SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM, membro do Grupo Gestor do Nesp, é psicóloga, mestre em Ciências Sociais e doutora em Psicologia Social. Professora da PUC Minas, foi co-autora do projeto de criação do Nesp, tendo sido responsável por sua implantação.

ANA PATRÍCIA SAMPAIO DE ALMEIDA, socióloga, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba. Assessora técnica do Centro de Ação Cultural – Centrac. Atua com programas e projetos sociais com ênfase em desenvolvimento local, integração regional e processos decisórios.

CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES, membro do Grupo Gestor do Nesp, é filósofo, mestre e doutor em Estudos Literários pela UFMG. Professor da PUC Minas.

FÁBIO RONALDO DA SILVA, doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Membro do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

JAIMEVIEIRA ROCHA, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Natal. Mestre em Ciências da Religião. Presidente do Obserne. Bispo referencial da Comissão Pastoral para os Ministros Ordenados e Vida Consagrada do Regional Nordeste II, CNBB.

JOÃO JORGE RIETVELD, padre, atualmente vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição e São Bento de Cabaceiras. Diretor do Centro de Estudos Acadêmicos do Seminário João Maria Vianney de Campina Grande, na Paraíba. Professor de missiologia.

JOSINEIDE SILVEIRA DE OLIVEIRA, doutora em Educação. Mestre em Ciências da Religião. Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora permanente do Grupo de Estudos da Complexidade (Grecom/UFRN).

LUCIANO ALBINO, professor no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba.

MARCELO BARROS, monge beneditino, assessor de movimentos populares.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA, doutora em Antropologia. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos da Complexidade (Grecom/UFRN). Membro da *Association Pour La Pensée Complexe* – Paris/França.

RAQUEL DA SILVA GUEDES, mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Membro do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA é licenciado em Filosofia e doutor em Ciências Sociais. É professor da PUC Minas, onde coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp). É membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, da Comissão da Verdade em Minas Gerais e associado pleno do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ROSA FREIRE D'AGUIAR é carioca e jornalista. Repórter da revista *Manchete* nos anos 1970, correspondente em Paris das publicações da editora Bloch e da revista *IstoÉ* nos anos 1970 e 1980, estendeu seu trabalho à Espanha, Portugal e Oriente Médio. Desde 1986 trabalha no mercado editorial, tendo traduzido do francês, espanhol e italiano cerca de cem títulos. Recebeu entre outros prêmios o Jabuti de tradução e o União Latina de Tradução Científica e Técnica; criou e dirige a coleção *Arquivos Celso Furtado*.

ROSILENE DIAS MONTENEGRO, doutora em História pela Unicamp. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFCG) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB). Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal de Campina Grande.

TANIA BAGELAR DE ARAUJO, graduada em Ciências Sociais pela Faculdade Frassinetti do Recife (1966) e em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (1967). Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (1977). Doutorado em Economia Pública, Planejamento e organização do espaço pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (1979). Exerceu vários cargos públicos e atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco, sendo também sócia da CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento.

Este livro foi composto em tipografia Adobe Caslon e Política e impresso em papel Offset 75g no miolo, capa em Cartão Supremo 300g, pela Furnarc Soluções Gráficas, para o Nesp/PUC Minas.